

Estudo de Implantação

RELATÓRIO DE ESTUDO/PESQUISA NATURAL, SOCIAL,
ECONÔMICA E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E
REGIÃO LÍMITROFE, DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO E
DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RENAPI

REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

IFG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior – Pesquisador Gestor

Walmir Barbosa – Pesquisador Orientador

Maxmillian Lopes da Silva – Pesquisador Orientador

Denise Talitha Soares Carneiro – Economista

Letícia Daniele Silva Ferreira – Aluna Bolsista – Observatório

Luiza Batista da Costa – Aluna Bolsista – Observatório

Kênia Mara Brandão – Aluna Bolsista - IFG

Rebeca Suely Gabriela Soares Carneiro – Estagiária

Jéssica Farias Paiva – Estagiária

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	4
2	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
3	METODOLOGIA.....	8
3.1	Pesquisa em Bancos de Dados	8
3.2	Pesquisa de Campo.....	9
3.3	Identificação de Modalidades e de Cursos	9
4	CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO E DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO	11
5	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E DA SUA REGIÃO LIMÍTROFE.....	14
5.1	Aspectos Gerais do Município de Goiás	14
5.2	Aspectos Gerais do Município de Faina.....	17
5.3	Aspectos Gerais do Município de Itaberaí	17
5.4	Aspectos Gerais do Município de Itapirapuã	18
6	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO E DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO	20
6.1	Análise da Evolução do Perfil do Emprego Formal por Subsetores de Atividade Econômica na Mesorregião Noroeste Goiano	21
6.2	Dados Referentes ao Número de Trabalhadores Formalmente Empregados nos Setores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho	25
6.3	Análise da Evolução do Perfil do Emprego Formal por Subsetores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho.....	30
7	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E REGIÃO LIMÍTROFE.....	33
7.1	Aspectos Demográficos do Município de Goiás e Região Limítrofe	33
7.2	Aspectos Econômicos do Município de Goiás e Região Limítrofe	36
7.2.1	Dados Referentes ao Número de Trabalhadores Formalmente Empregados no Município de Goiás e Região Limítrofe	36
7.2.2	Dados Referentes ao Desempenho Agropecuário do Município de Goiás e Região Limítrofe	38
7.3	Aspectos Sociais do Município de Goiás e Região Limítrofe.....	44
7.4	Recursos Naturais do Município de Goiás e Região Limítrofe.....	47
8	ASPECTOS EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO, DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E DA REGIÃO LIMÍTROFE.....	48
8.1	Ensino Básico	48
8.2	Ensino Técnico	52
8.3	Ensino Superior	53
8.3.1	Ensino Tecnológico	53
8.3.2	Bacharelado e Licenciatura.....	54
8.3.3	Pós-Graduação	56
8.4	Indicadores Educacionais do Município de Goiás	56
9	TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO.....	70
10	ARRANJOS PRODUTIVOS, CULTURAIS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E NA REGIÃO LIMÍTROFE	71
10.1	Os Institutos Federais e os Arranjos Locais – “Projeto Sintonia”	72
10.2	Levantamento de Arranjos Produtivos Locais - MDIC	74
10.3	Levantamento de Arranjos Produtivos Locais - IPEA.....	76

10.4	Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais/Regionais	78
10.4.1	Arranjos Produtivos Locais (APL)	79
10.4.2	Arranjos Sociais Locais (ASL)	81
10.4.3	Arranjos Culturais Locais (ACL).....	83
11	APONTAMENTOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO A GESTORES, ASSENTADOS, MEMBROS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EMPRESÁRIOS E ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOIÁS	84
11.1	Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Gestores, a Membros de Organizações da Sociedade Civil, a Empresários e a Assentados do Município de Goiás .	84
11.1.1	Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Gestores do Município de Goiás	84
11.1.2	Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Membros da Sociedade Civil do Município de Goiás	90
11.1.3	Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Empresários do Município de Goiás	91
11.1.4	Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Assentados do Município de Goiás	93
11.1.5	Síntese das Indicações de Cursos dos Membros da Sociedade Civil Organizada, Empresários e Assentados do Município de Goiás	96
11.2	Pesquisa Junto a Alunos de Ensino Médio de Colégios Públicos Estaduais no Município de Goiás.....	98
12	CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS, LICENCIATURAS E BACHARELADOS INDICADOS PELO OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO.....	108
12.1	Cursos de Formação Inicial e Continuada Indicados pelo Observatório.....	108
12.2	Cursos Técnicos Indicados pelo Observatório	109
12.2.1	Considerações Acerca dos Cursos Técnicos Indicados	113
12.3	Cursos Superiores Indicados pelo Observatório.....	116
12.3.1	Cursos Superiores de Tecnologia Indicados pelo Observatório	116
12.3.2	Curso Superior de Licenciatura Indicado pelo Observatório.....	118
12.3.3	Curso Superior de Bacharelado Indicado pelo Observatório.....	119
13	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ACADÊMICA SUGERIDA	121
13.1	Referências para a Organização Curricular	121
13.2	Referências para a Organização Acadêmica.....	121
13.3	Referências para o Regime de Trabalho no Câmpus Cidade de Goiás.....	121
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
13.	FONTES DE PESQUISA	126
	ANEXO 1: Lista de Cursos Para Indicação dos Entrevistados	128
	APÊNDICE 1: Questionário Aplicado a Alunos de Ensino Médio de Colégios Públicos Estaduais no Município de Goiás	134
	APÊNDICE 2: Roteiro de Entrevista Aplicada aos Gestores Públicos.....	135
	APÊNDICE 3: Roteiro de Entrevista Aplicada a Empresários/Executivos	137
	APÊNDICE 4: Roteiro de Entrevista Aplicada à Sociedade Civil.....	138

1 APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Estudo/Pesquisa consiste em levantamento e coleta de dados sobre o Município de Goiás¹ e a sua região limítrofe, bem como sobre a região mais ampla que a envolve. A abordagem de aspectos de caráter natural, demográfico, econômico, educacional e sociocultural, tem o objetivo de proporcionar uma grade de referências para o planejamento da implantação do Câmpus Cidade de Goiás do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Concretamente, visa proporcionar parâmetros para deliberações referentes:

- 1 Às modalidades de educação profissional e tecnológica a serem oferecidas pelo Câmpus Cidade de Goiás;
- 2 Aos Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, Técnicos e Superiores (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) a serem oferecidos pelo Câmpus Cidade de Goiás;
- 3 À organização acadêmica mais adequada para esse Câmpus da Instituição;
- 4 À interação da Instituição com os arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais, bem como com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Goiás e da sua região limítrofe;
- 5 Ao desenvolvimento de pesquisa e de extensão mais adequados às necessidades da região.

Portanto, trata-se de um instrumento que visa contribuir com as deliberações que o Conselho Superior e a Reitoria do IFG venham a estabelecer nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

¹ Usualmente, tem se referenciado o Município de Goiás como “Cidade de Goiás”, visando distingui-lo do Estado de Goiás. No entanto, a partir do entendimento que cidade se refere tão somente a área urbana de uma dada região, optou-se pela designação “Município de Goiás” ou somente “Goiás” referindo-se tanto a área urbana quanto a rural. Entretanto, o Câmpus será chamado de “Câmpus Cidade de Goiás”, tendo em vista uma maior correspondência com a forma utilizada pela população da região. O Estado de Goiás, por sua vez será grafado na forma usual: Estado de Goiás.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo aponta demandas muito amplas presentes no Município de Goiás, por conseguinte, na Microrregião do Rio Vermelho, na qual está inserido. Desta forma, a observação da atuação do IFG em conjunto nessa Microrregião é especialmente importante nesse contexto. Ressalta-se, portanto, a necessidade de uma atenção redobrada à constituição dos eixos científico-tecnológicos na região e da estruturação dos mesmos de forma a permitir a sua transformação em polos de ensino e formação.

Eixos científico-tecnológicos são eixos aglutinadores de áreas científicas e tecnológicas afins, tendo em vista assegurar que um câmpus possa atuar de forma verticalizada e articulada nos diversos níveis e modalidade de ensino, bem como que esta atuação esteja integrada à atuação na pesquisa e na extensão. Eixos científico-tecnológicos, portanto, compõem um esforço para que o câmpus desempenhe a sua função social em sintonia com as demandas sociais, econômicas, educacionais e culturais presentes no contexto local e regional no qual se insere o câmpus da Instituição.

Constata-se que a amplitude das demandas presentes na Microrregião do Rio Vermelho impõe uma atenção redobrada na definição dos eixos científico-tecnológicos aglutinadores da atuação do Câmpus Cidade de Goiás, nos planos do ensino, da pesquisa e da extensão, posto que neste contexto também se encontram estruturados outros câmpus de instituições públicas de educação, tais como a UEG e a UFG. Portanto, a amplitude das demandas sociais e produtivas e a diversidade de instituições presentes no contexto supracitado acentua a necessidade de atuação orientada pelos referidos eixos.

Deve-se salientar ainda que a definição dos eixos científico-tecnológicos também se caracteriza como uma iniciativa defensiva em face de processos que concorrem para a fragmentação da Instituição, bem como para a sua dispersão, o que pode determinar um processo de “senaização”² da Instituição, rebaixando o papel que ela deve desempenhar

² A expressão “senaização” foi formulada primeiramente por diversos estudiosos da educação profissional e tecnológica nos anos 1990, tendo em vista a identificação de processos que concorriam para o rebaixamento do papel social (bem como ameaçavam a existência) das instituições que compunham a atualmente denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – por exemplo: CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago. Ano 2000, p. 89 a 107.). O Observatório do Mundo do Trabalho do IFG compreende por “senaização” a oferta não articulada e não integrada entre os diversos níveis de educação tecnológica nos câmpus de um Instituto Federal (departamentos, áreas acadêmicas etc.) e entre a formação geral e a formação tecnológica, bem como a não articulação entre a educação tecnológica e a condução de projetos de pesquisa e de extensão, e a não articulação entre esses projetos com as demandas sociais e econômicas vinculadas ao desenvolvimento regional/local.

como centro de ensino, de pesquisa e de extensão.

Recomenda-se a constituição de eixos científico-tecnológicos também para uma maior concentração e articulação da atuação pluricurricular do IFG em termos verticais, bem como a composição de uma estruturação da organização e da vida acadêmica da Instituição coerente à consolidação desses eixos. Dessa forma, os eixos científico-tecnológicos norteiam a seleção do corpo docente e técnico-administrativo, tendo em vista a mais elevada titulação e o perfil adequado para o desempenho do papel social da Instituição.

A consolidação dos eixos científico-tecnológicos pertinentes ao contexto do Câmpus Cidade Goiás do IFG, como também aos contextos dos demais câmpus da Instituição, abrirá caminho para a criação de polos de ensino e formação, ao permitir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os polos de ensino e formação são a constituição de convergências entre diversas modalidades de ensino e de cursos incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, bem como a sua articulação com a pesquisa e a extensão, no âmbito de cada câmpus, tendo em vista alcançar uma concentração e excelência em áreas de formação profissional e tecnológica. O estabelecimento de polos constitui-se, portanto, em uma iniciativa de estruturação da vida acadêmica e da organização da instituição, com o objetivo de moderar dinâmicas que tendem a promover a fragmentação e a dispersão de instituições de ensino organizadas por meio de estruturas pluricurriculares e multicampi e que oferecem uma grande diversidade de níveis e de modalidades de ensino, bem como de cursos. Os primeiros passos no sentido da conformação de polos de ensino e formação são determinados pela definição dos eixos científico-tecnológicos de cada câmpus, a partir dos quais serão oferecidos os primeiros cursos, numa perspectiva de agregação pluricurricular.

Esses polos de ensino e formação, por sua vez, poderão se desenvolver no sentido de alcançar uma excelência em termos científicos, tecnológicos e culturais, sobretudo evidenciados na atuação no ensino de pós-graduação *stricto sensu*.

Outro tema igualmente importante para o bom desempenho de um câmpus em estruturação diz respeito ao seu planejamento. Desta forma, cita-se a urgência do estabelecimento de um planejamento estratégico diante da complexidade presente na atuação do IFG.

Saliente-se que o êxito na construção de um planejamento estratégico para a atuação qualificada em seus contextos demanda um grande esforço no sentido de superar

obstáculos e materializar desafios na direção da condução de planejamento estratégico, os obstáculos são:

- Carência de uma cultura e tradição de planejamento;
- Modelo de gestão patrimonialista: personificação e centralização do poder; diluição das fronteiras entre os interesses públicos (institucionais) e os interesses privados (pessoais) dos mandatários;
- Ausência de uma instância encarregada de conduzir o planejamento estratégico da Instituição;
- Ausência de um órgão técnico-científico de assessoria à instância encarregada de conduzir o planejamento estratégico.

Ressalte-se a ocorrência de uma diversidade de problemas acarretados por conta da ausência de planejamento estratégico no IFG, tais como:

- Comprometimento do desenvolvimento da função social, princípios, objetivos e metas institucionais;
- Intensificação de contradições e conflitos intra e inter câmpus;
- Fragmentação da atuação institucional, com isolamento e ‘ensimesmamento’ de pró-reitorias e de câmpus;
- Carência de interação com as demandas sociais e produtivas regionais/locais e comprometimento da inserção da instituição no desenvolvimento regional/local.

Por fim, o Observatório do Mundo do Trabalho, ao fim do processo de estudos de implantação de todos os câmpus do IFG, se dedicará ao estudo para estabelecimento de uma instância de planejamento estratégico e de um órgão de proposição de parâmetros tendo em vista a construção de um planejamento estratégico no IFG. Para tanto, o Observatório compreende ser necessário o assessoramento técnico-científico a esta instância, bem como das condições materiais e políticas de planejamento.

Nesse processo, deve-se buscar a consolidação dos eixos científico-tecnológicos coerentes ao contexto de cada câmpus e dos “polos de ensino e formação” potenciais concebidos com base nesses eixos, assim como o estabelecimento de diálogos com as instituições de educação públicas, presentes no contexto da meso e da microrregião e do município e da região de influência imediata a cada Câmpus, com vista ao estabelecimento de protocolos de intenções, tendo como objetivo contornar sombreamentos e competição no plano da atuação acadêmica, em especial no plano do ensino.

3 METODOLOGIA

O estudo/pesquisa do Município de Goiás e da Região Limítrofe, bem como da região mais ampla que a envolve, apoiou-se em uma metodologia que se distribuiu em três etapas, a saber: pesquisa em fontes secundárias³, em bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – Segplan, por meio do Instituto Mauro Borges – IMB, do Ministério da Educação – MEC, por meio dos sistemas e-MEC, do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e do Portal ODM – Objetivos do Milênio; pesquisa de campo por meio do desenvolvimento de entrevistas com gestores públicos, da aplicação de questionários a alunos dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de colégios públicos e da condução de observação dirigida; e identificação das possíveis modalidades de educação profissional e tecnológica e de cursos a serem oferecidos pelo Câmpus Cidade de Goiás, bem como da promoção de programas e projetos de extensão e de co-participação em arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais existentes ou com potencial para criação.

3.1 Pesquisa em Bancos de Dados

A pesquisa nos Bancos de Dados foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2011. Foram levantados dados sobre os aspectos naturais, demográficos, econômicos e socioculturais de Goiás, sede do Câmpus Cidade de Goiás do IFG, bem como dos municípios de sua Região Limítrofe, a saber, os Municípios de Faina, Itaberaí e Itapirapuã.

Os parâmetros adotados pela Proposta de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – 2007, do Ministério da Educação, estabelecem 60 km como raio para a definição da ‘região de influência imediata’ dos novos Câmpus da Rede. Todavia, essa definição tem sido adaptada a cada estudo em função da peculiaridade de

³ Foram realizadas uma série de estudos/pesquisas sobre o Município de Goiás e sua região limítrofe utilizando-se material bibliográfico e fontes de informações digitais.

cada Município de implantação dos Câmpus bem como da sua região, daí considerar a Região Limítrofe ao Município de Goiás para esse estudo.

3.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de Campo foi realizada no mês de agosto de 2011 e se limitou ao Município de Goiás.

Na oportunidade foram entrevistados os gestores municipais incluindo secretários, servidores públicos da educação, empresários e moradores de assentamentos rurais. Foram buscados dados alternativos e/ou complementares àqueles obtidos nos bancos de dados.

Buscou-se, nesta etapa, confrontar os dados referentes aos aspectos naturais, demográficos, econômicos e socioculturais do Município de Goiás e da Região Limítrofe, anteriormente pesquisados por meio dos bancos de dados, com a observação *in locu* da região; identificar tendências presentes nos referidos aspectos; coletar informações sobre expectativas dos gestores públicos, empresários e movimentos sociais/organizações da sociedade civil; e identificar necessidades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão na região.

Foi conduzida também a aplicação de questionários junto a alunos dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de colégios públicos dos turnos matutino, vespertino e noturno, visando identificar expectativas e necessidades dos estudantes.

De um universo de 5 (cinco) colégios estaduais, foram escolhidos 3 (três), tendo como critérios de seleção a disposição geográfica na cidade e maior número de alunos. Desta forma, os colégios selecionados para aplicação dos questionários foram: Colégio Estadual Dr. Albion de Castro Curado, Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado e Colégio Estadual Professor Alcide Jubé.

3.3 Identificação de Modalidades e de Cursos

Os parâmetros norteadores da identificação das possíveis modalidades de educação profissional e tecnológica e de cursos a serem oferecidos pelo Câmpus Cidade de Goiás foram determinados com base na legislação vigente, que disciplina a oferta de educação profissional e tecnológica pela Rede Federal de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos

Superiores de Tecnologia e com base na pesquisa de campo do Município de Goiás e Região Limítrofe, que compreende os relatórios das reuniões, os questionários aplicados, bem como os apontamentos das observações realizadas.

4 CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO E DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO

O Estado de Goiás encontra-se dividido em 5 Mesorregiões. Essas, por sua vez, se subdividem em 18 Microrregiões, que obedecem a delimitações de caráter sociocultural, econômico e geográfico. O Município de Goiás está localizado, segundo a divisão realizada pelo IBGE, na Mesorregião Noroeste Goiano e integra no âmbito desta a Microrregião Rio Vermelho.

A Mesorregião Noroeste Goiano é composta por 23 (vinte e três) municípios, formada pela Microrregião de São Miguel do Araguaia, pela Microrregião do Rio Vermelho e pela Microrregião de Aragarças.

A Microrregião do Rio Vermelho, por sua vez, é composta pelos seguintes municípios: Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã e Santa Fé de Goiás. Essa Microrregião apresenta o maior contingente demográfico da Mesorregião Noroeste Goiano. Segundo dados da Segplan/IMB (2010) sua população é de 88.389 habitantes e possui uma área total de 20.205,98 km².

As divisões das Unidades Federativas por município, região metropolitana, mesorregião e microrregião atendem a identidades socioeconômicas, bem como espaciais. Essas divisões atendem também a outros aspectos como a formulação de estratégia de planejamento para investimentos governamentais, visando promover desenvolvimento e minimizar os desequilíbrios regionais, e a identificação das demandas ocupacionais e a construção de políticas institucionais para supri-las.

A Ilustração 4.1 traz a divisão do Estado de Goiás em Mesorregiões e a Ilustração 4.2, a Microrregião do Rio Vermelho e o Município de Goiás.

A Região Limítrofe ao Município de Goiás, considerada para esse estudo, é formada pelos Municípios de Faina, Itapirapuã e Itaberaí. A escolha dos municípios limítrofes foi determinada pela vinculação social, política e econômica relativa ao Município de Goiás.

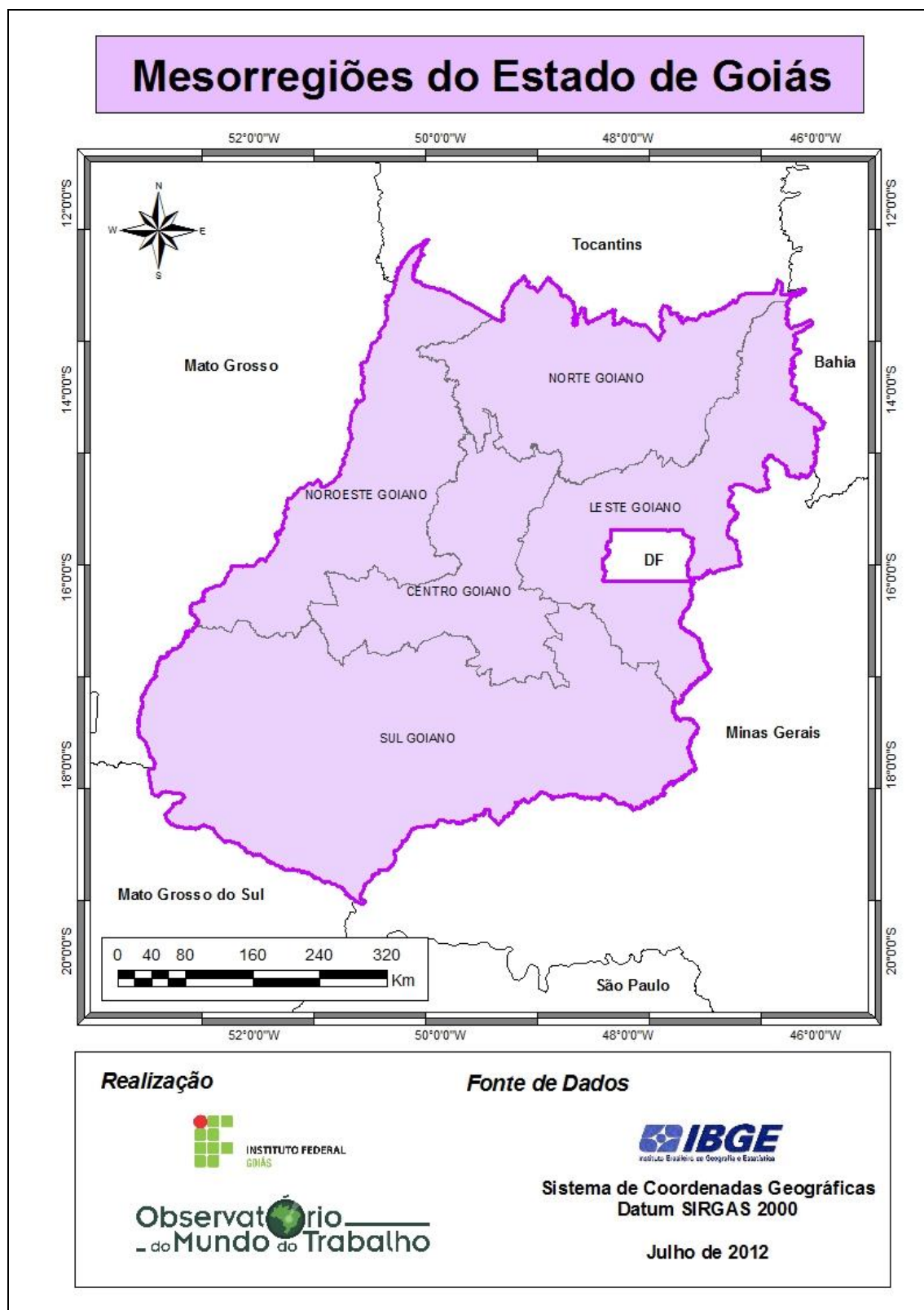


Ilustração 4.1: Mapa das Mesorregiões do Estado de Goiás.

Fonte: Observatório do Mundo do Trabalho.

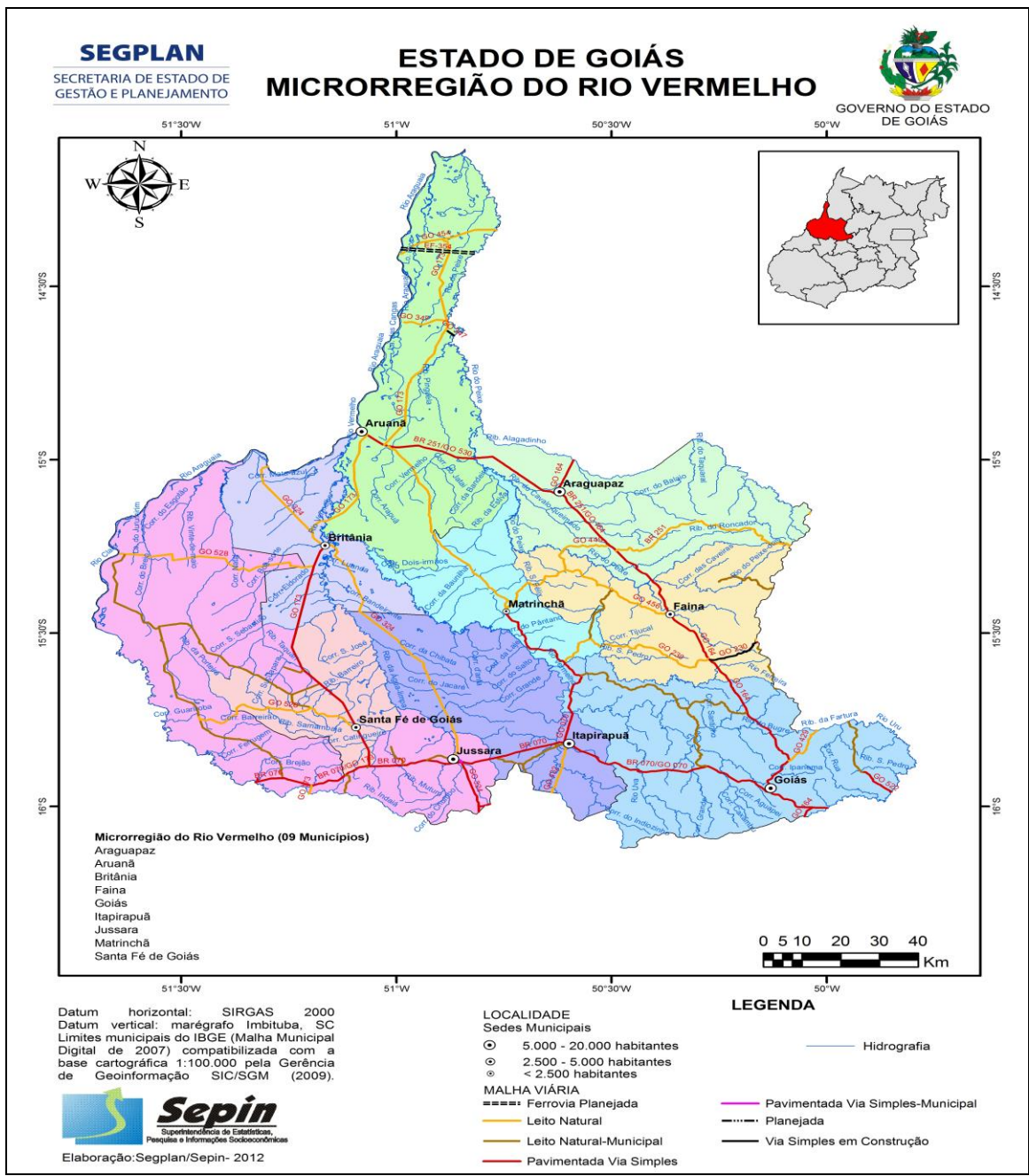


Ilustração 4.2: Mapa da Microrregião Rio Vermelho.
Fonte: Sepin (atual Segplan/IMB).

5 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E DA SUA REGIÃO LIMÍTROFE

5.1 Aspectos Gerais do Município de Goiás

O Município de Goiás foi fundado no século XVIII por bandeirantes paulistas durante a expansão colonial portuguesa patrocinada pela extração de metais preciosos. Teve seu nome vinculado aos seus primeiros habitantes, os índios Goiá, que foram sistematicamente eliminados durante esse processo de colonização, sendo extintos antes dos primeiros sinais de esgotamento dos veios de ouro, que se deram na segunda metade do século XVIII.

A estrutura do trabalho durante o período colonial brasileiro era baseada no trabalho escravo. Assim como na economia canavieira nordestina, a mineração em Goiás não seguiu caminho diferente, com a expansão em determinados períodos do século XVIII do número de escravos no conjunto da população que se direcionou para a economia mineradora.

Apesar do decréscimo populacional verificado no final do século XVIII, com a reorientação da sua economia para a agropecuária, Goiás continuou a polarizar a cultura da região tendo uma ligação relativamente próxima com as tendências presentes na capital do Império. Manifestações culturais como os sarais, jograis, artes plásticas, literatura, arte culinária e cerâmica, estiveram sempre presentes no Município, dentre essas, destaca-se a Procissão do Fogaréu, realizada na Semana Santa.

Goiás foi a capital da então capitania e, posteriormente do Estado de Goiás, sendo que, a partir da década de 1930, com a transferência da capital para Goiânia, perdeu gradativamente influência política e cultural.

Os anos que seguiram a Era Vargas, marcaram para o Município de Goiás um reordenamento político liderado pela ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao poder. Político de estreita confiança do Presidente Getúlio Vargas, o governador Pedro Ludovico estabeleceu uma série de transformações durante sua permanência à frente do Estado de Goiás. A mais significativa, pela qual carrega a imagem de inovador, foi a transferência da Capital do Estado para Goiânia.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as oligarquias que estavam excluídas do processo político assumiram protagonismo, pois a própria revolução de 1930 é um marco das transformações por que passou o Brasil. No Estado de Goiás, a Revolução de

1930 foi marcada por uma transição política de fundo oligárquico. Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor federal pelo Presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1930, em uma disputa que contava com fortes nomes para o cargo, como os de Mário Caiado e Domingos Neto Velasco ligados às forças políticas vinculadas a Goiás.

O processo de modernização pelo qual passou o Estado de Goiás nesse período não acarretou desdobramentos positivos ao Município de Goiás, que durante a era Vargas passou por um processo de isolamento político e econômico. Além da fundação de Goiânia, ocorrida no período, houve a construção da rodovia que ligava a nova capital a Rio Verde, a Usina Rochedo (destinada a fornecer eletricidade para Goiânia) e a ponte sobre o rio Paranaíba (na divisa com Minas Gerais), entre muitas outras transformações realizadas em todo o Estado.

A partir dos anos 1930 teve curso a Marcha para o Oeste, movimento de ocupação da região Centro-Oeste do Brasil a partir do Estado de Goiás. A corrente migratória que se estabeleceu na direção do Estado, orientou populações para o campo e para Goiânia, concorrendo para a consolidação das atividades agropecuárias no Estado de Goiás e da condição de polo dinamizador do Estado à Goiânia.

A partir da segunda metade dos anos 1940 ocorreu um incremento da agricultura na economia de Goiás, com a produção de arroz se destacando nesse processo. Nesse momento iniciou-se um movimento camponês de luta pela terra, com conflitos diversos ligados a posse e utilização da terra. Também ocorreu os primórdios do processo de modernização capitalista no Estado de Goiás, com o desenvolvimento de práticas como a mecanização da lavoura, o crescente uso de fertilizantes, de sementes selecionadas e de inseticidas, entre outras práticas.

Nos anos 1950 consolidou-se no Brasil o processo de industrialização, sobretudo na região sudeste do país, mas com claros desdobramentos no Estado de Goiás. Nesse processo teve destaque o aumento do fluxo migratório, realizado principalmente a partir das obras de construção da nova capital e das estradas de interligação das regiões do estado à nova capital. Também teve destaque o processo de concentração fundiária no Estado.

Fato central dos anos 1960 foi o golpe de Estado de 1964 com a consolidação dos interesses de vários setores das elites econômicas brasileiras associadas a grupos internacionais. Tem-se como consequência a centralização política, a desmobilização da sociedade civil e a constituição de aparelhos repressivos do estado autoritário silenciando a atuação da sociedade civil e dos movimentos populares. No Estado de Goiás esse processo

não foi diferente, para consolidar seus interesses junto à ditadura, as elites goianas apoiaram o segmento militar denominado linha dura, pois esse grupo melhor representava seus interesses agrários no Estado. Nesse processo, consolidou-se a concentração da propriedade com os grandes proprietários de terras mantendo sua parcela de poder no Estado, reafirmando assim, a modernização conservadora no Brasil. No Estado de Goiás esses grupos políticos se consolidaram, pois grande parte deles se atrelaram diretamente ao golpe.

No Estado de Goiás, a partir dos anos 1970, consolidou-se um processo de inserção da agricultura no circuito exportador. Para tanto, concorreu a consecução de determinados objetivos, como melhorar tecnologia, aumentar a área agriculturável e elevar a produtividade das terras cultivadas. O aproveitamento das áreas do cerrado para a agricultura concorreu para a consolidação da agricultura de exportação no Estado. A abertura de novas áreas de exploração agrícola consolidou novos municípios, como Rio Verde e Jataí, iniciando lentamente o declínio da produção agropecuária do Município de Goiás e região circunvizinha.

Nos anos 1980, com um crescente processo de crise da economia brasileira acentuou a estagnação de áreas tradicionais do campo, como a região em torno do Município de Goiás, em contraste com o fortalecimento das novas áreas consolidadas para a expansão do agronegócio.

A estagnação econômica dos grandes centros econômicos nacionais, sobretudo do sudeste, concorreu para que a expansão de novas áreas de exploração capitalista do campo se consolidasse por meio das novas áreas de expansão do agronegócio. O Estado de Goiás se beneficiou de capitais vindos, sobretudo, de São Paulo para os novos empreendimentos do campo.

A partir dos anos 1990 a expansão da agropecuária no Centro-Oeste, coetaneamente à redução da participação dos produtos industriais das pautas de exportação, teve curso o processo de reprimarização da economia brasileira, consolidando um modelo baseado em *commodities* agrícolas e minerais para exportação. Nesse modelo o Centro-Oeste, de um modo geral, e o Estado de Goiás particularmente, assumiram um papel preponderante. Até o presente momento, predominam o modelo agrário-exportador e uma industrialização complementar a esse modelo sem mudanças estruturais.

5.2 Aspectos Gerais do Município de Faina

O Município de Faina teve seu processo de ocupação territorial ligado à extração do ouro. Santa Rita (Jeroaquara), atual distrito de Faina, foi fundada em 1729 exclusivamente para abrigar os bandeirantes, com um acampamento nas proximidades do Córrego Vermelho de Santa Rita, afluente do Rio Peixe, a 84 km do Município de Goiás. (SILVA e ROCHA, 2008)

A exploração aurífera com o uso de trabalho escravo ocorrida em Santa Rita (Jeroaquara), constituiu-se em um dos primeiros núcleos auríferos do Estado de Goiás até sua decadência total, que se deu por volta do ano de 1822. Todavia, apesar da decadência da extração mineral, o arraial não desapareceu, convivendo com uma transição gradual para a atividade agropecuária. (SILVA e ROCHA, 2008)

O distrito de Faina foi criado oficialmente por lei municipal em 1966, subordinado ao Município de Goiás, emancipando-se em 1º de janeiro de 1989. Faina constituiu-se de dois distritos: Jeroaquara e Caiçara e de um aglomerado: Vera Cruz. (SEGPLAN/IMB)

O Município de Faina se distribui em uma área total de 1.944,953 km². Possui uma população de 6.983 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010 e está acerca de 200 km da capital do Estado.

No que tange a economia, a administração pública, direta e autárquica é a que mais emprega trabalhadores sob contrato formal de trabalho, ficando a agropecuária em segundo lugar e o setor de comércio e serviços em terceiro.

5.3 Aspectos Gerais do Município de Itaberaí

O Município de Itaberaí nasceu de um pequeno rancho, construído para pouso dos vaqueiros e tropeiros que circulavam pela região, às margens do Rio das Pedras, dando origem ao povoado de Nossa Senhora D'Abadia no século XVIII. (SEGPLAN/IMB)

A povoação de Curralinho, como ficou conhecido o referido povoado, já apresentava relevante progresso, contando-se cerca de 50 casas em meados do século XIX. A criação extensiva de gado, aliada ao clima e abundância de pastagens, potencializou o desenvolvimento dessa região. Passou a denominar-se Itaberaí (em tupi Rio das Pedras Brilhantes, por estar às margens do Rio das Pedras) a partir de 1924. (SEGPLAN/IMB)

Com área de 1.471,173 km², 35.371 pessoas (Censo IBGE, 2010) residem atualmente no Município de Itaberaí. De acordo com o IBGE, em 1980 foram registrados

25.822 habitantes, havendo queda no número de moradores do município no ano de 1991 (3,75%). Em contraste com alguns dos municípios limítrofes estudados, desde 1991 o contingente populacional tem se mantido em constante crescimento.

Com a implantação de frigoríficos e abatedouros no Município de Itaberaí, cresceu a expressividade do mesmo no que diz respeito à criação de animais para abate, principalmente aves e bovinos. Dessa forma, vê-se também o crescimento do número de produção de ovos e leite.

Na agricultura, é notável o crescimento da produção e do número de lavouras de cana-de-açúcar, soja e tomate. As lavouras de milho também merecem destaque, apesar de apresentarem queda no número de produção e no número de lavouras.

5.4 Aspectos Gerais do Município de Itapirapuã

O início do povoamento do Município de Itapirapuã se deu em 1892, com a construção de uma linha telegráfica pelo Exército Brasileiro, entre Goiás e o Estado de Mato Grosso, quebrando o isolamento da região com o País. (SEGPLAN/IMB)

No ano seguinte, construída a estação telegráfica, foram surgindo os primeiros moradores (entre eles o fundador Domingos Félix) que iniciaram a formação de roças e pastagens, erguendo-se o povoado que recebeu o nome de “Itapirapuã”. Depois de mais de meio século de estagnação, o povoado recebeu um incremento econômico, em 1952, com a venda de uma gleba de terras pela Prefeitura de Goiás à Engenharia Barreto Neto S/A, que, loteada, incentivou a entrada e a fixação de novas famílias, crescendo o movimento comercial por ser ponto de ligação entre os Municípios de Goiás e de Jussara, distrito na época, o que coincidiu com o crescimento da importância da agricultura em todo o Estado nos anos 1950. Em 12 de novembro de 1953, o povoado foi elevado à categoria de distrito, integrado ao Município de Goiás. No final dos anos 1950, com um incipiente desenvolvimento comercial, agropecuário e urbanístico, o Distrito de Itapirapuã obteve sua autonomia político-administrativa, instalando-se oficialmente em janeiro de 1959. (SEGPLAN/IMB)

Localizado na Microrregião do Rio Vermelho, a 189 km de Goiânia, o Município de Itapirapuã possui área de 2.043,714 Km², com 7.835 residentes, segundo o Censo do IBGE de 2010. O Censo, realizado a cada dez anos, aponta oscilações no número de habitantes deste Município. Em 1980 o número de habitantes chegou a 10.824. No Censo

realizado em 1991 esse número diminuiu 16,37% apresentando um total de 9.052 habitantes. Em 2000 foi registrado um novo aumento populacional (19,92%) com a população do Município totalizando 10.856 habitantes. Em 2010 ocorreu nova redução do número de residentes, totalizando 7.835 habitantes. Esse decréscimo populacional pode estar relacionado ao grande êxodo de jovens em busca de melhores condições de emprego e renda em outras regiões do Estado, bem como a estagnação da atividade agropecuária nessa região.

Em relação às atividades econômicas do município, o setor mais expressivo é a pecuária bovina com o seu rebanho efetivo apresentando crescimento de 18,66% nos últimos 12 anos. Em segundo lugar, destaca-se o efetivo de vacas ordenhadas, que cresceu 57,72% também nos últimos 12 anos. Com relação à produção agrícola, os destaques foram o milho e o arroz, com uma produção relativamente significativa, dado ao quadro geral de estagnação por que passa as economias do Município e da região.

6 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO E DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO

A caracterização econômica consiste no levantamento e análise do número de trabalhadores por Grandes Setores, Setores e Subsetores de Atividade Econômica⁴, conforme divisão utilizada na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Essa análise merece destaque por demonstrar mais objetivamente as características municipais, tal como o Grande Setor, Setor ou Subsetor de maior expressão, que demonstra potencial, mas que não apresenta número significativo de trabalhadores formalmente contratados, ou o de menor expressão no que diz respeito ao número de trabalhadores formalmente contratados,.

A leitura comparada desse capítulo com as informações educacionais, por exemplo, permite uma visualização das necessidades a serem supridas pelo Câmpus Cidade de Goiás do IFG. Objetivamente, o Grande Setor, Setor ou Subsetor de maior representatividade na região e que demanda qualificação ou elevação de escolaridade de seus trabalhadores; e o que, apesar de demandar profissionalização de seus trabalhadores, não justifica a atuação do IFG Câmpus Cidade de Goiás devido a sua pouca expressividade local ou regional.

Assim, chama-se a atenção para que à análise da evolução do emprego formal por Grandes Setores, Setores e Subsetores de atividade econômica sejam somados os dados e as análises dos demais aspectos contemplados nesse estudo/pesquisa.

⁴ Para melhor compreensão, subdividimos as atividades econômicas por Grandes Setores (Primário, Secundário e Terciário), por Setores (Indústria, Construção Civil, Serviços e Administração Pública, Comércio e Agropecuária, Extrativo Vegetal, Caça e Pesca) e por Subsetores (Extrativo mineral; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria de madeira e do mobiliário; Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas; Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Serviços industriais de utilidade pública; Construção civil; Comércio varejista; Comércio atacadista; Instituições de crédito, seguros e capitalização; Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, serviços técnicos; Transportes e comunicações; Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino; Administração pública direta e autárquica e Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal).

6.1 Análise da Evolução do Perfil do Emprego Formal por Subsetores de Atividade Econômica na Mesorregião Noroeste Goiano

Conforme exposto anteriormente, a Mesorregião Noroeste Goiano é composta por 23 (vinte e três) municípios, formada pela Microrregião de São Miguel do Araguaia, pela Microrregião do Rio Vermelho e pela Microrregião de Aragarças. A presente Mesorregião possui baixa representatividade econômica e demográfica em relação as outras mesorregiões do Estado. É importante destacar que a Mesorregião Noroeste Goiano apresenta como setores de atividade econômica que mais empregam trabalhadores, com contrato formal de trabalho, a Administração Pública Direta e Autárquica; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal; Comércio e administração de Imóveis, Valores Mobiliários e Serviço Técnico; o Comércio Varejista; a Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico; e a Indústria Extrativa Mineral, conforme podemos observar por meio da Ilustração 6.1. Esses setores são responsáveis por 86,36% dos empregos formais da Mesorregião. Neste estudo analisar-se-á a evolução do número de trabalhadores nos setores que, além de terem apresentado crescimento no número de contratos formais de trabalho, estão relacionados às modalidades de ensino/cursos oferecidos pelo IFG.

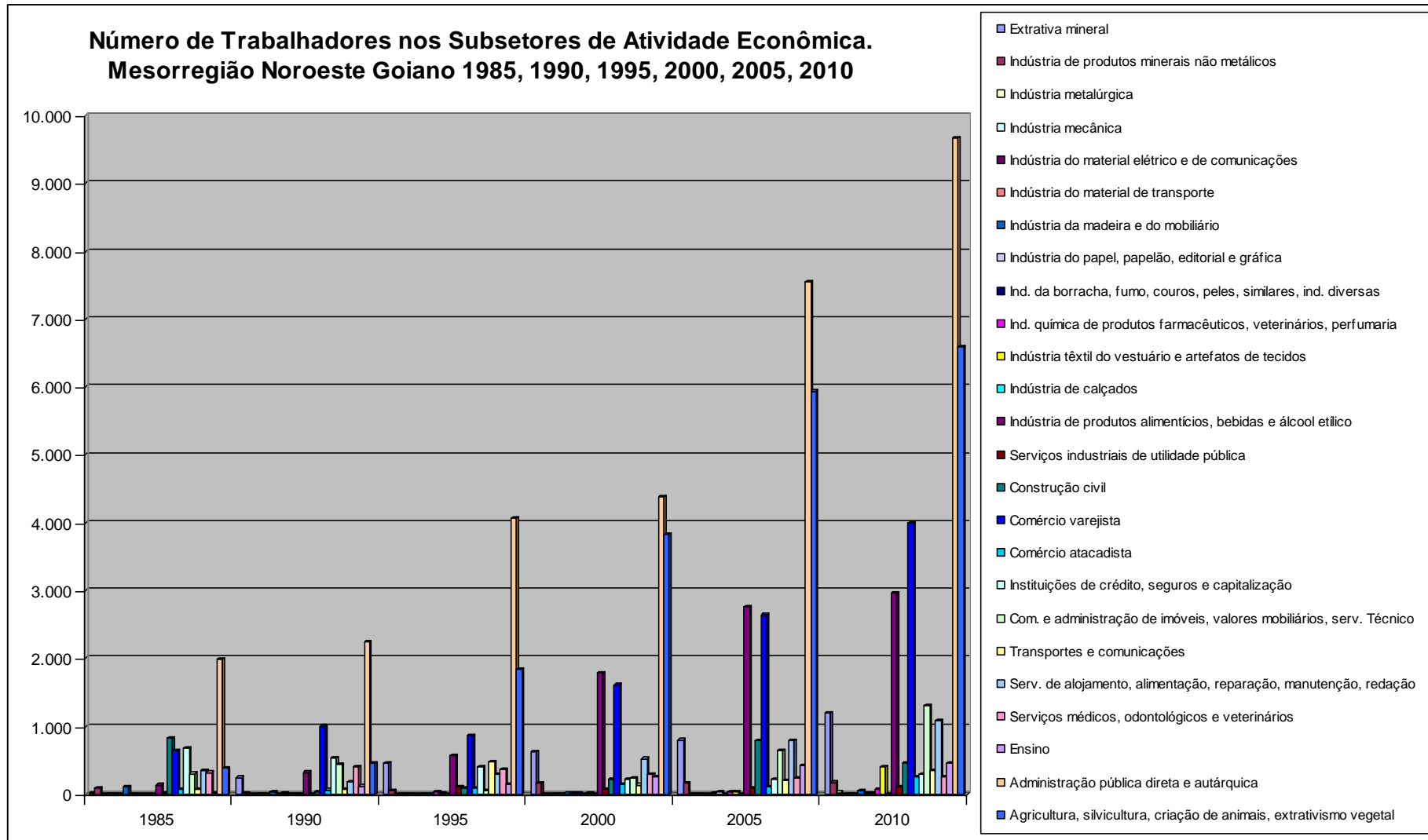


Ilustração 6.1: Número de Trabalhadores nos Subsetores de Atividade Econômica. Mesorregião Noroeste Goiano. 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

A análise de desempenho do emprego formal nos principais⁵ subsetores de atividade econômica na Mesorregião Noroeste Goiano, listados na Ilustração 6.2, indicou uma representatividade considerável do subsetor da Administração Pública Direta e Autárquica, visto que apresentou evolução significativa durante o período analisado, principalmente nos quinquênios de 1990/1995, 2000/2005 e, em 2010 (quando manteve o crescimento com 31,04% dos empregos formais).

O Subsetor de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais e Extrativismo Mineral, apresentou participação expressiva com acentuado crescimento no período de 1985 a 2005. Inicialmente, em 1985, o Subsetor contava com 381 trabalhadores com contrato formal. Em 1995, esse número aumentou para 1.844 trabalhadores. Em 2005, a quantidade de trabalhadores aumentou para 5.939, fazendo com que a participação do Subsetor chegasse a 25% do total de 23.501 trabalhadores formalmente contratados no referido ano. Comparando-se 2005 com 2010, houve um crescimento de 10,89%, chegando a 6.586 trabalhadores formalmente contratados, o que representa 22,11% do total de trabalhadores formalmente empregados naquele ano. Esse crescimento pode estar relacionado com a evolução do rebanho bovino e de vacas ordenhadas, bem como ao combate ao trabalho informal no campo.

A Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilíco contava com 139 trabalhadores em 1985. Em 1995, esse número cresceu para 576 trabalhadores; essa ascensão se manteve até chegar a 2.761 trabalhadores em 2005. Assim, mais de 11,74% dos trabalhadores formalmente contratados na Mesorregião no referido ano pertenciam a esse subsetor. A partir de 2005, esse subsetor perde importância no conjunto dos empregos formais da Mesorregião, no entanto, em 2010, ocupou a quarta posição em número de trabalhadores com contrato formal, representando 9,96% dos trabalhadores formais na Mesorregião Noroeste Goiano, refletindo a expansão das atividades agroindustriais na região.

O Subsetor do Comércio Varejista totalizou 650 contratos de trabalho em 1985; crescendo para 1.004 empregados em 1990. Porém, em 1995, esse número de trabalhadores decresceu para 863, subindo novamente em 1990 para 1.611; chegando ao número de 2.643 contratos formais em 2005. Dessa forma, o Subsetor foi responsável por mais de 11,24% dos contratos formais de trabalho realizados em 2005 e finalmente, em

⁵ Subsetores que têm apresentado crescimento considerável do número de trabalhadores e que estão relacionados com as modalidades de ensino/cursos ofertados pelo IFG.

2010, manteve o grande crescimento chegando a 3.997 trabalhadores formais com 13,41% do total na Mesorregião em análise.

O Subsetor de Extrativismo Mineral registrou 18 contratos formais em 1985. Em 1995, o número de contratos subiu para 468. Em 2005, chegou a 800 trabalhadores contratados. Representando, assim, 3,40% do total de trabalhadores no respectivo ano. Em 2010, obteve um grande crescimento em relação a 2005 com 50,25%, chegando ao número de 1.202 trabalhadores.

O Subsetor de Comércio e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários e Serviço Técnico ocupou em 2010 o quinto lugar em número de trabalhadores na Mesorregião, com 1.305 ocupados, o que equivale a 4,38% do total de trabalhadores.

A Construção Civil contava com 828 trabalhadores formalmente contratados em 1985 na Mesorregião. Em 1990, esse número caiu acentuadamente para 42 trabalhadores. Em 1995, o número de trabalhadores apresentou uma ligeira recuperação, subindo para 86 trabalhadores. Em 2000, registraram-se 218 contratos. Em 2005, o número de contratos formais de trabalho chegou a 793. Em 2010, voltou a sofrer um declínio chegando a 468 trabalhadores, longe de alcançar a quantidade de trabalhadores registrados em 1985.

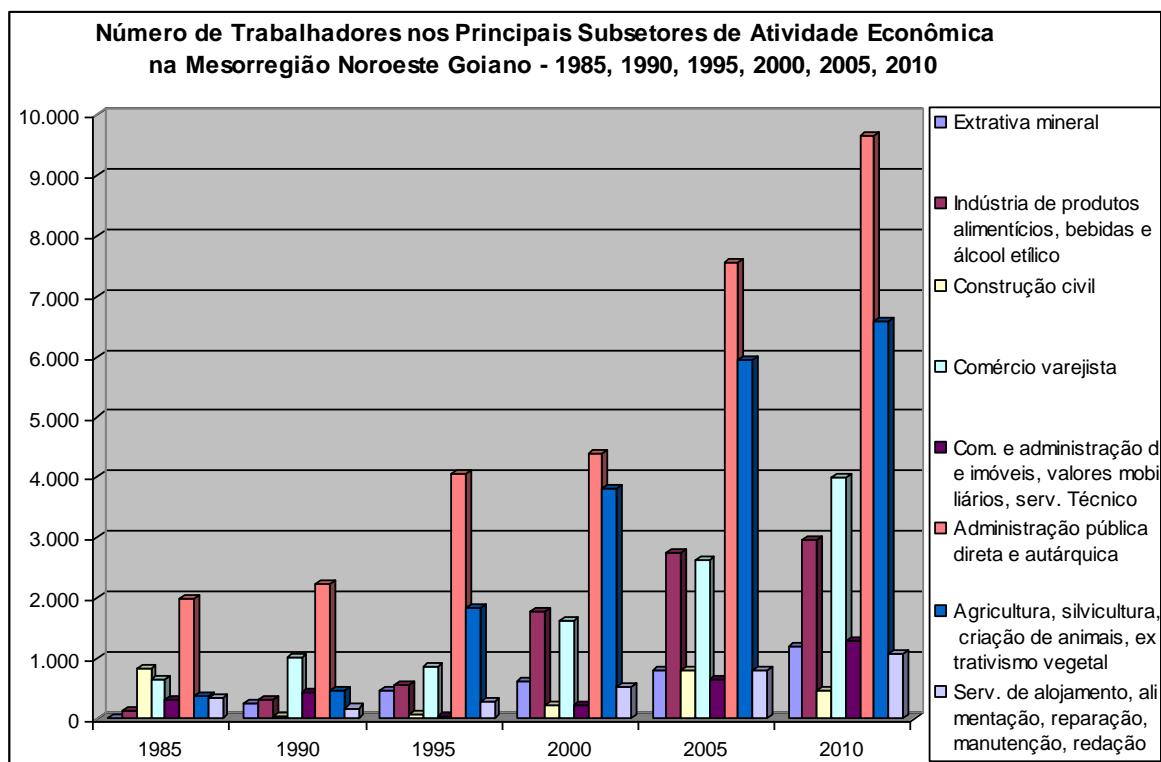


Ilustração 6.2: Número de Trabalhadores nos Principais Subsetores de Atividade Econômica na Mesorregião Noroeste Goiano - 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011).

6.2 Dados Referentes ao Número de Trabalhadores Formalmente Empregados nos Setores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho

No que diz respeito à empregabilidade, havia no ano de 2010 12.381 trabalhadores formalmente contratados na Microrregião do Rio Vermelho, distribuídos nos Setores de Atividade Econômica, conforme demonstra a Ilustração 6.3, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e emprego – MTE. O reduzido número de trabalhadores formais na Microrregião Rio Vermelho confirma o elevado nível de informalidade presente na região, visto que somente cerca de 15% da população era empregada sob contrato formal de trabalho.

Com relação aos Setores, fica evidente a alocação majoritária de trabalhadores no Setor de Serviços e Administração Pública (5.514 trabalhadores no ano de 2010, ou seja, 44,54%), e no Setor da Agropecuária, Extrativo Vegetal, Caça e Pesca (2.877 no ano de 2010, ou seja, 23,24%).

O Setor de Comércio é o terceiro que mais empregou trabalhadores com contrato formal, 2.104 trabalhadores, o equivalente a 17% do total.

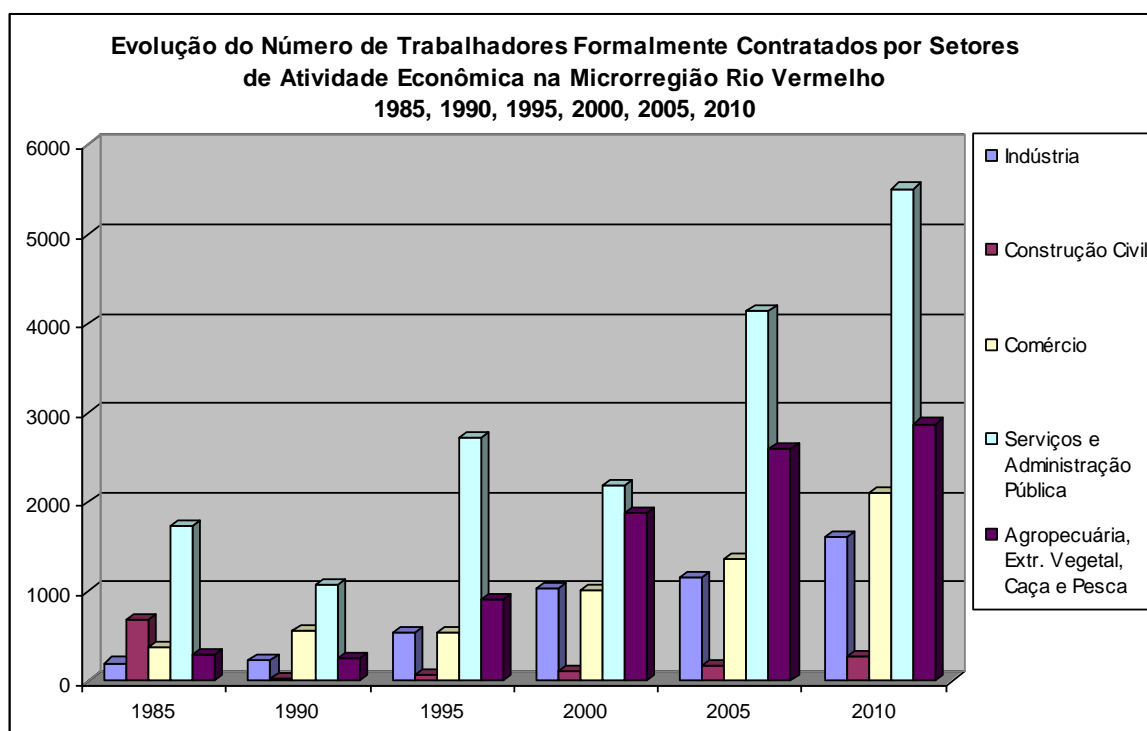


Ilustração 6.3: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados por Setores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

Com relação ao Subsetor de Administração Pública é possível perceber uma oscilação do número de trabalhadores contratados nos primeiros anos da série histórica e um crescimento gradativo nos anos posteriores. Em 1985, esse subsetor contratou 888 trabalhadores, já em 1990, esse número decaiu bruscamente para 206⁶. Em meados da mesma década esse número aumentou para 1.616 e, no ano 2000, houve nova queda, agora com 1.212 trabalhadores. No ano de 2005 foram registrados 2.924 trabalhadores. Em 2010, foi registrado aumento ainda maior no número de trabalhadores nesse subsetor (3.844).

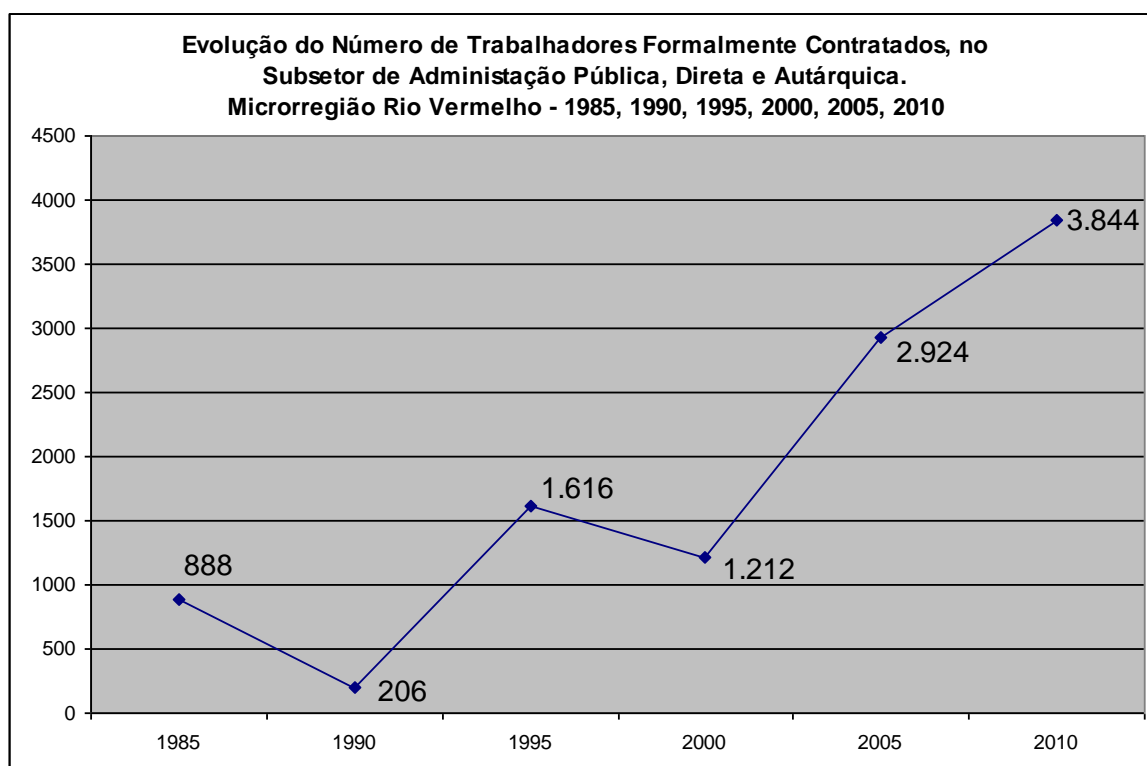


Ilustração 5.4: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados no Subsetor de Administração Pública da Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

Conforme demonstram os dados da Ilustração 6.5, o Subsetor de serviços que mais contratou na região foi o de Serviços de Alojamento, Reparação, Manutenção, Redação. Esse Subsetor respondeu por quase 50% das contratações de todos os Subsetores de

⁶ Com o advento da lei 8.112/1990 parte dos servidores públicos municipais e estaduais que eram celetistas e contratados no regime de previdência geral, portanto, dentro da área de abrangência da RAIS/CAGED, foram absorvidos por regime jurídico próprio e por instituto de previdência específicos ou em sistema de convênios com Institutos de Previdências estaduais, deixando de fazer parte do regime geral de previdência e perdendo o vínculo empregatício pela CLT, logo, se desvinculando do sistema RAIS/CAGED.

serviços em 2010. Essa tendência pode ser justificada pela presença dos Municípios de Aruanã, Britânia e Goiás na região, que são municípios com potencialidades turísticas.

Os Subsetores de serviços que fazem parte do Setor “Serviços e Administração Pública” são: Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização; Comércio e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviço Técnico; Transporte e Comunicações; Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação; Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários; e Ensino.

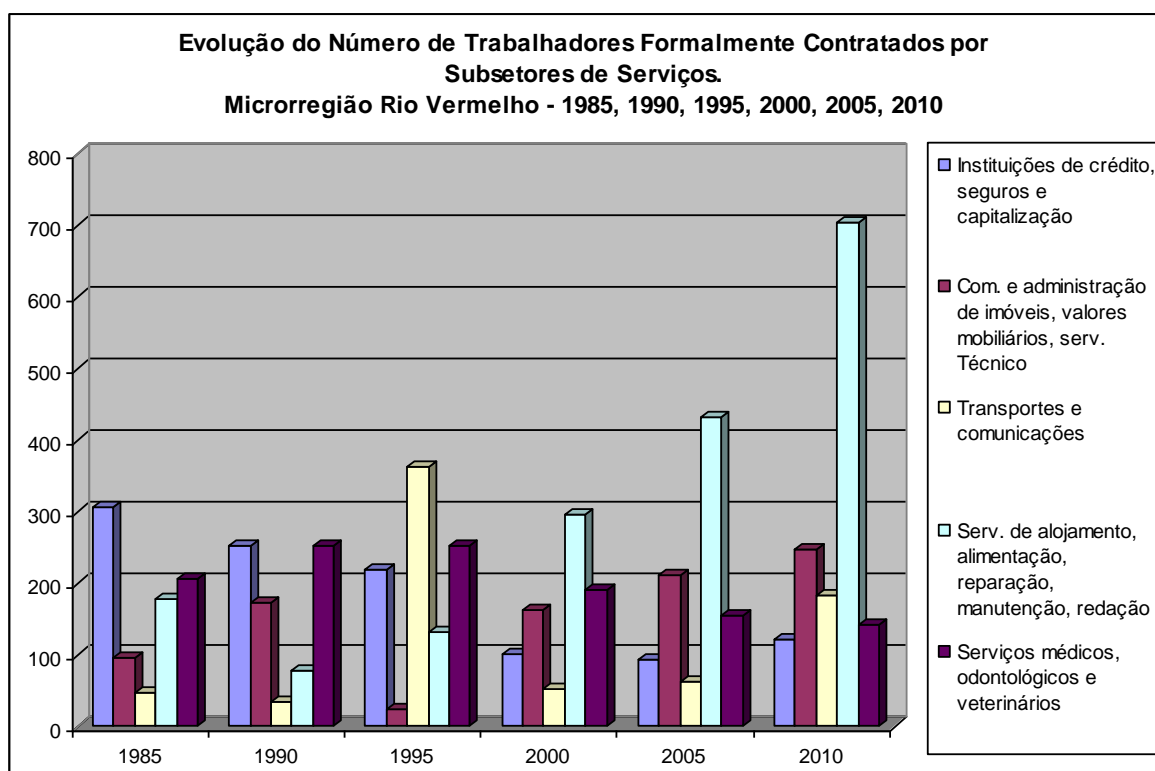


Ilustração 5.5: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, nos Subsetores de Serviços, da Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

O Setor de Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca, representado pelo Subsetor de Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal é o segundo em número de contratos formais na Microrregião Rio Vermelho.

Esse Setor apresentou aumento do número de empregos formais no decorrer da série histórica. Em 1985, empregou 294 trabalhadores, reduzindo este número para 249 em 1990. A partir de meados da década de 1990 obteve um crescimento considerável. Em

1995 empregou 908, em 2000 alcançou 1.880 contratos. Já em 2005 e em 2010, contratou 2.601 e 2.877 trabalhadores, respectivamente.

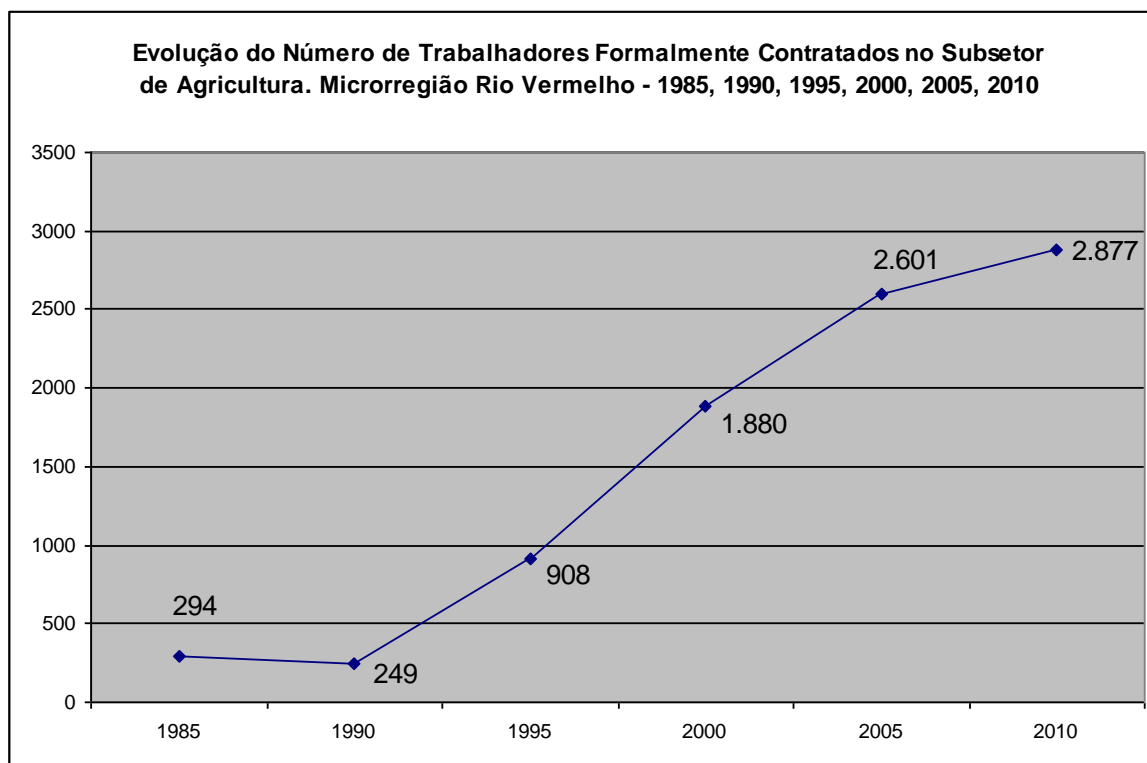


Ilustração 6.6: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, no Subsetor de Agricultura, da Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

Após o Setor de Serviços e Administração Pública e o Setor de Agricultura, o Setor de Comércio foi o que mais contratou em 2010. Esse Setor é composto pelos Subsetores de Comércio Varejista e Comércio Atacadista. Na Microrregião Rio Vermelho o Subsetor de Comércio Varejista demonstra expressividade no que se refere a contratações, visto que somou, em 2010, 1.932 postos de trabalho, o equivalente a 91,82% do total do Setor e apresentou crescimento gradativo ao longo dos anos. A Ilustração 6.7 apresenta a evolução do número de trabalhadores formalmente empregados no Subsetor de Comércio Varejista entre 1985 e 2010.

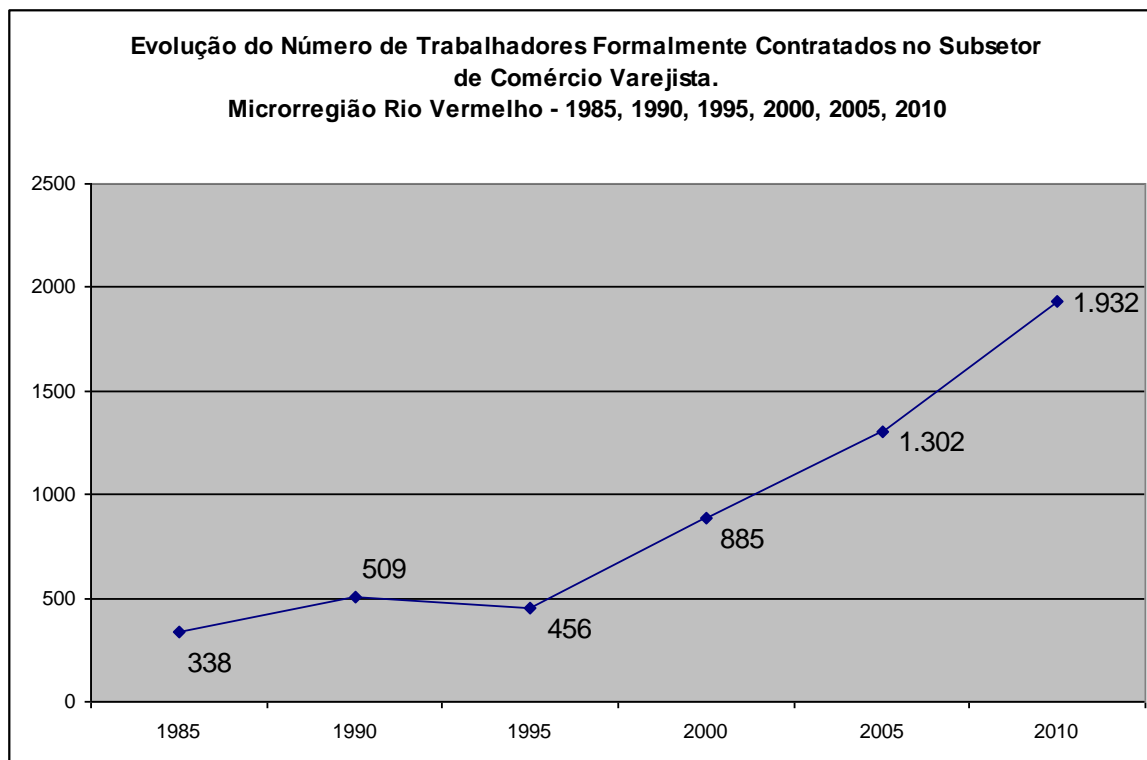


Ilustração 6.7: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, no Subsetor de Comércio Varejista, da Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

Quanto ao Setor da Indústria, os dados do MTE/RAIS situam-no em quarto lugar no *ranking* dos setores que mais empregam. Os subsectores industriais são: Extrativa Mineral; da Madeira e do Mobiliário; de Calçados; Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria; de Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico; Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos; de Produtos Minerais não Metálicos; do Material de Transporte; da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, ind. diversas; Indústria Metalúrgica; do Material Elétrico e de Comunicações; do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica; e Indústria Mecânica

Conforme demonstra a Ilustração 6.8, os principais Subsectores Industriais da região, em 2010, foram a Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico; Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos; Extrativa Mineral; e dos Produtos Minerais Não Metálicos. O Subsetor de Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico foi responsável pelo maior número de contratados dos Subsectores industriais da região em 2010.

Esses principais Subsetores industriais somavam 1.423 ocupados de um universo de 1.608, correspondendo a 88,49% dos trabalhadores com vínculo formal no ano de 2010. Estes números evidenciam a pequena presença de atividade industrial na região.

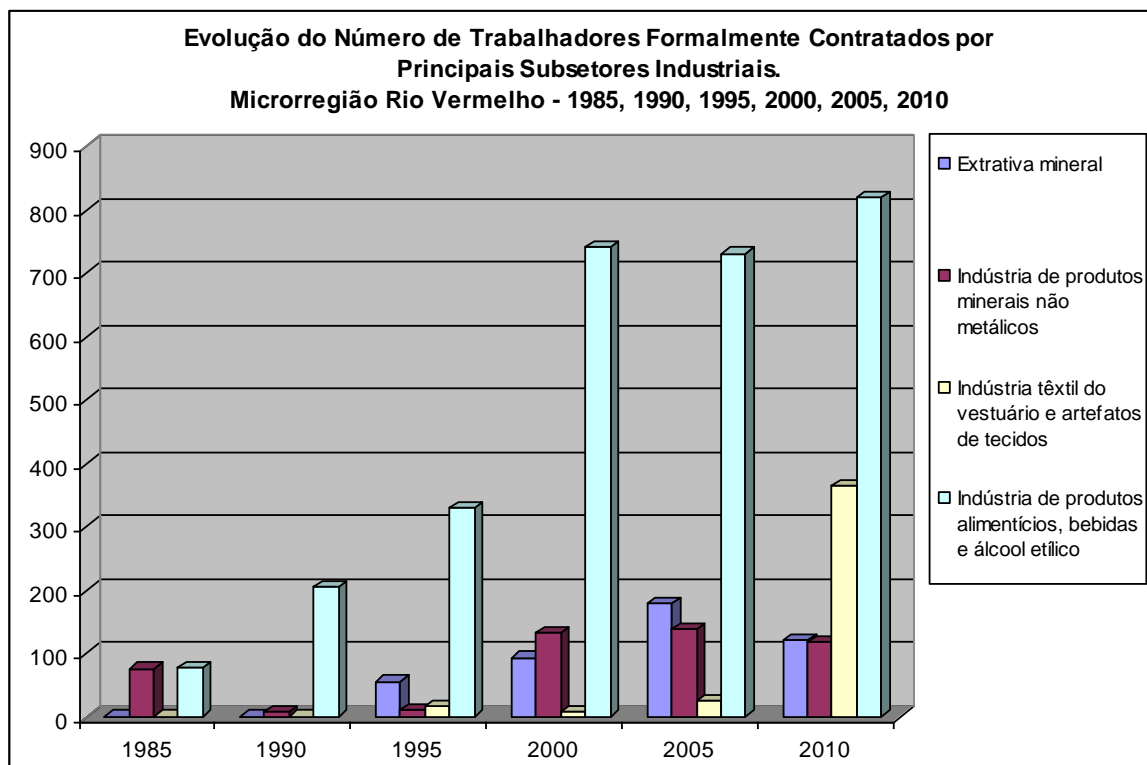


Ilustração 6.8: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, por Principais Subsetores Industriais, da Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010. Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

6.3 Análise da Evolução do Perfil do Emprego Formal por Subsetores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho

No que se refere à empregabilidade nos subsectores da Microrregião Rio Vermelho, os Subsectores de Administração Pública Direta e Autárquica; da Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais e Extrativismo Vegetal; do Comércio Varejista; da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico; de Serviço de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção e Redação; de Ensino e o Subsector de Comércio e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários e Serviços Técnicos são alguns dos que mais empregam trabalhadores com contrato formal, conforme se pode verificar por meio da Ilustração 6.9.

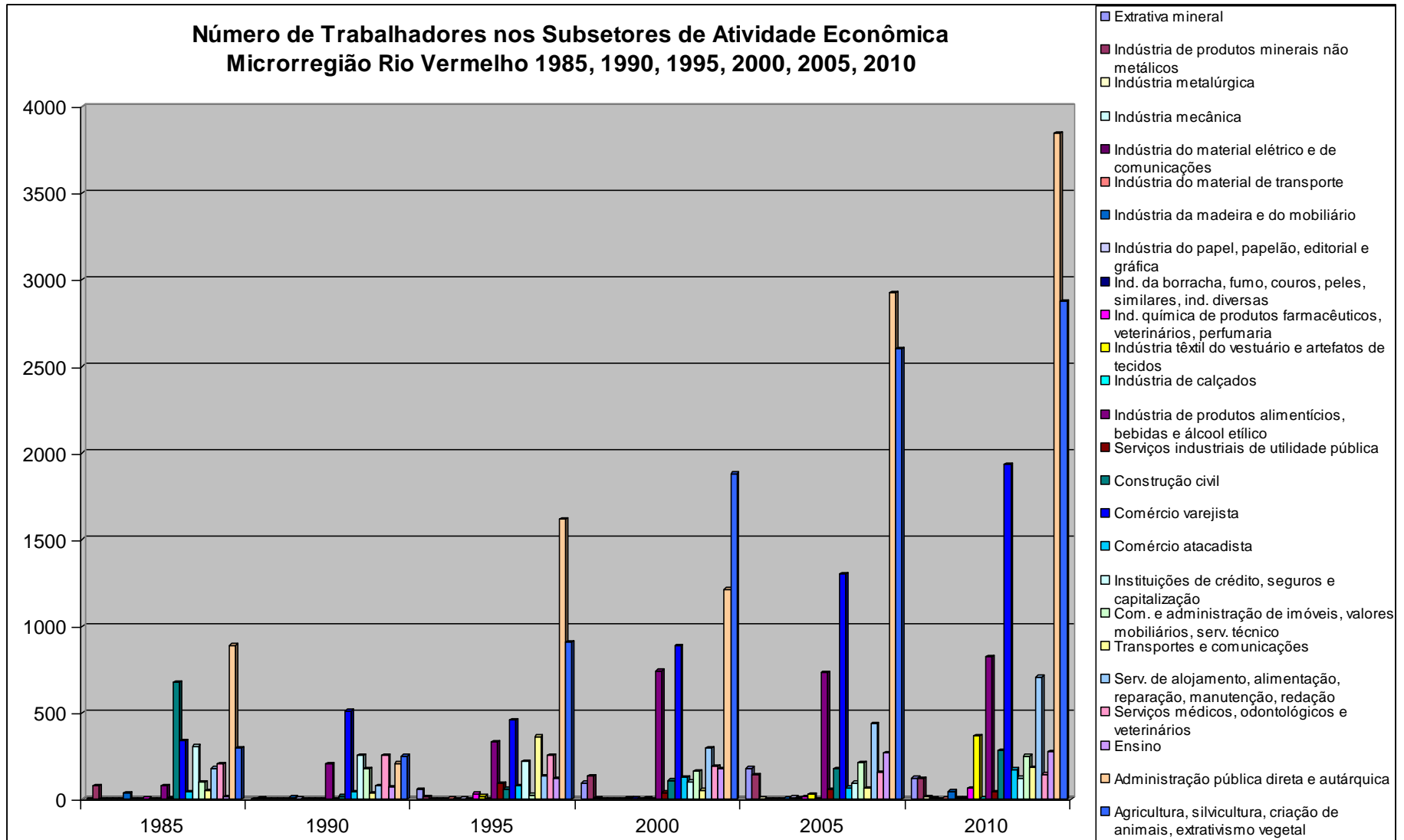


Ilustração 6.9: Número de Trabalhadores nos Subsetores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011).

Os subsetores apresentados na Ilustração 6.10, por sua vez, são os que se destacam por terem crescido em termos de empregabilidade. O Subsetor de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais e Extrativismo Vegetal que, em 1985 registrou 294 empregos formais, em 1990, apresentou uma leve queda, chegando a 249 contratos. Entretanto, no período compreendido entre 1990 e 1995, houve um crescimento de 264,65% no número de trabalhadores, alcançando a quantidade de 908 empregados em 1995. No ano 2000, foram registrados 1.880 trabalhadores, representado, portanto, um forte crescimento, que se confirmou também em 2005, com o registro de 2.601 empregados. Já o crescimento registrado entre 2005 e 2010 foi pequeno (10,61%), chegando, em 2010, a 2.877 trabalhadores formalmente contratados.

O número de trabalhadores com contrato formal de trabalho no Subsetor de Comércio Varejista cresceu consideravelmente entre 1985 e 2010, quando passou de 338 para 1.932 trabalhadores, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 471,59%. Nos anos intermediários, 1990, 1995, 2000 e 2005, o número de trabalhadores foi de respectivamente 509, 456, 885 e 1.302. Em face desses números, nota-se que em 1995 houve uma ligeira queda na quantidade de trabalhadores. Porém, nos anos subsequentes, observa-se uma recuperação no número de empregos formais registrados, apresentando, portanto, um crescimento no número de contratos formais de trabalho.

O Subsetor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etílico cresceu acentuadamente entre 1985 e 2010. O número de trabalhadores passou de 77 em 1985 para 205 em 1990. Em 1995, este número passou para 330. Em 2000, alcançou 742 trabalhadores. Todavia, em 2005, apresentou uma discreta redução do número de contratos formais de trabalho, totalizando 731 trabalhadores. Em 2010, registrou-se novamente um crescimento no número de trabalhadores, apresentando 820 empregados formais. Assim, pode-se notar que o crescimento do Subsetor no período de 1985 a 2010 foi de mais de nove vezes.

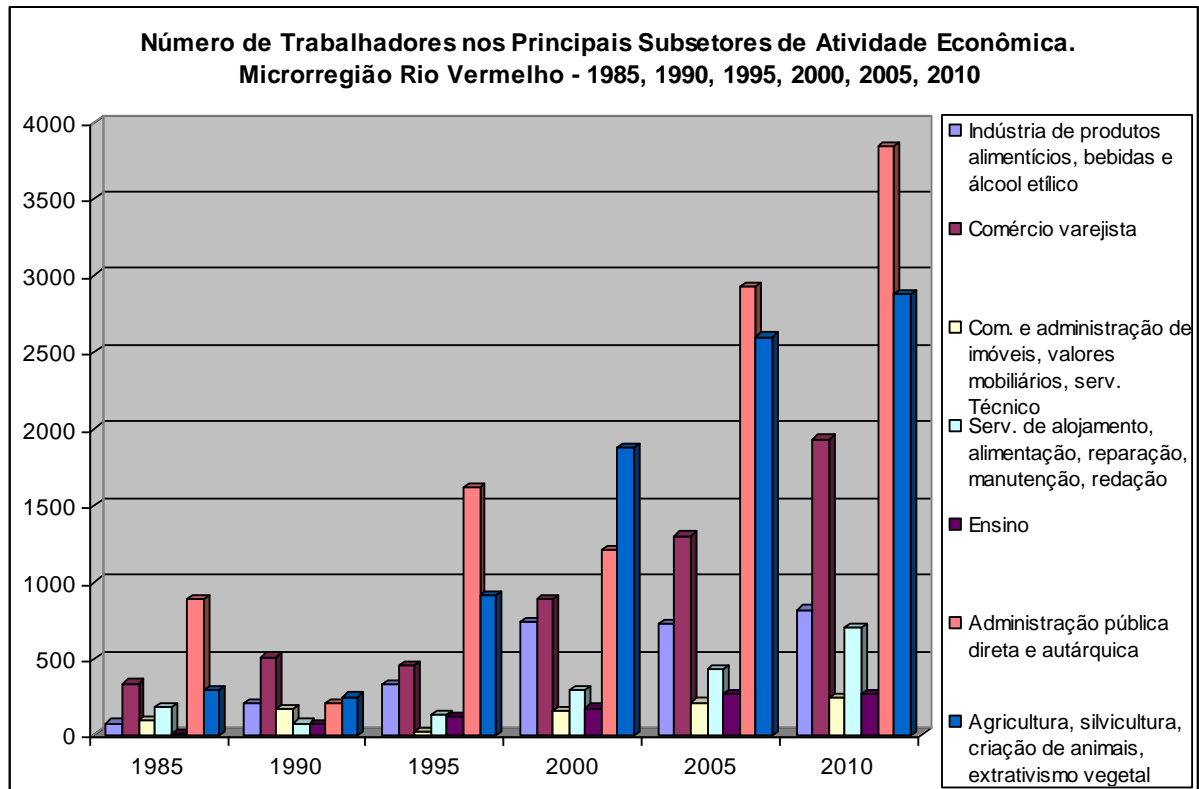


Ilustração 6.10: Número de Trabalhadores nos Principais Subsetores de Atividade Econômica na Microrregião Rio Vermelho – 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011).

7 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E REGIÃO LIMÍTROFE

7.1 Aspectos Demográficos do Município de Goiás e Região Limítrofe

Os Municípios de Goiás, de Faina e de Itapirapuã, localizados na Mesorregião Noroeste Goiano, convivem com decréscimo populacional. Esse processo é diferente do que ocorre no Município de Itaberaí, localizado na Mesorregião Centro Goiano, mas que também compõe a Região Limítrofe do município de Goiás. O fato desses municípios pertencerem a mesorregiões diferentes e microrregiões também diversas, embora próximos, não justificaria, em princípio, tais decréscimos populacionais. Todavia, a diferenciação das características geográficas entre a Microrregião Rio Vermelho (de formação predominantemente planáltica) e a região do Vale do São Patrício (de formação predominantemente de planície e vale) conduziu a contrastes em termos de desenvolvimento agrícola, geração de renda e empregos, de presença de agroindústria, entre outros, quase sempre mais favoráveis à Microrregião do Vale do São Patrício. Não por acaso o Município de Itaberaí é o mais industrializado, pois recebeu a maioria das empresas que se dirigiram para aquela região, sendo o mais dinâmico econômica e socialmente. Este município também se beneficiou da maior proximidade com Goiânia.

No período de 2000 a 2010, o Município de Goiás sofreu queda de 8,82% no número de habitantes, ao contrário da Região Limítrofe que teve crescimento populacional de 8,74%. O crescimento da população na Região Limítrofe pode ser atribuído, em grande medida, ao crescimento populacional de Itaberaí, que foi de 26,87% no período. Com destaque, temos a instalação de indústrias do complexo agroindustrial do Centro-sul do país no Estado de Goiás.

Faina sofreu queda de 13,15% no número de habitantes entre 1991 e 2011 e Itapirapuã sofreu queda de 29,75% entre 1980 e 2011. A partir desses dados, pode-se inferir que essa região encontra-se estagnada e que a sua população migra em busca de melhores condições de trabalho, renda e educação.

Os dados do Censo Demográfico e da Contagem da População confirmam as Estimativas Populacionais que apontaram, em sua maioria, decréscimos populacionais, exceto em Itaberaí, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 7.1: Evolução do Número de Habitantes –Goiás e Região Limítrofe

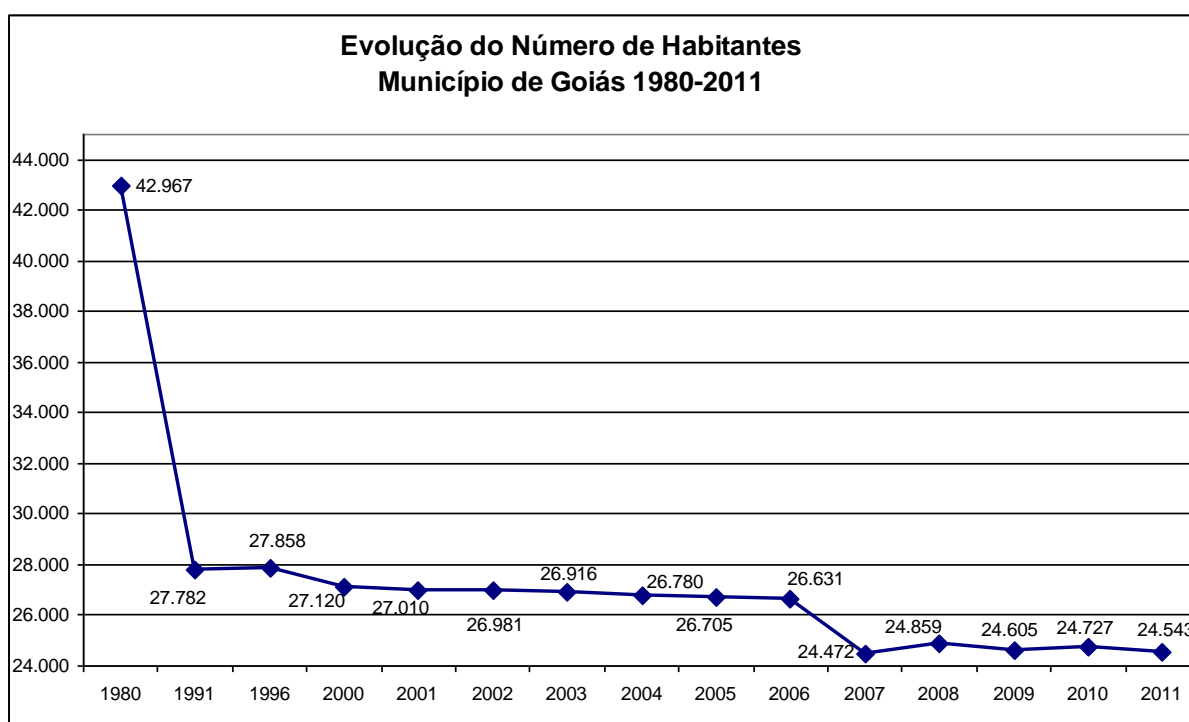
ANO	Goiás	Faina	Itaberaí	Itapirapuã	Total Região Limítrofe
1980	42.967	-	25.822	10.824	36.646
1991	27.782	8.003	24.852	9.052	41.907
1996	27.858	7.745	26.407	9.126	43.278
2000	27.120	7.419	27.879	10.856	46.154
2001	27.010	7.337	28.224	11.144	46.705
2002	26.981	7.296	28.516	11.236	47.048
2003	26.916	7.239	28.811	11.412	47.462
2004	26.780	7.119	29.432	11.782	48.333
2005	26.705	7.053	29.775	11.986	48.814
2006	26.631	6.987	30.116	12.189	49.209
2007	24.472	6.918	30.609	8.208	45.735
2008	24.859	7.063	31.965	8.084	47.112
2009	24.605	7.020	32.356	7.792	47.168
2010	24.727	6.983	35.371	7.835	50.189
2011	24.543	6.950	35.946	7.603	50.499

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE

Nota: 1996, 2007 – Contagem da População;

1980, 1991, 2000, 2010 – Censo Demográfico;

Demais anos – Estimativas Populacionais.

**Ilustração 7.1:** Evolução do Número de Habitantes no Município de Goiás – 1980 - 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE

Nota: 1996, 2007 – Contagem da População;

1980, 1991, 2000, 2010 – Censo Demográfico;

Demais anos – Estimativas Populacionais.

Igualmente importante é a análise da pirâmide etária de Goiás nos anos 2000 e 2010. Conforme fica demonstrado nas ilustrações a seguir tanto a taxa de natalidade, principalmente de mulheres, quanto a de mortalidade caem, visto que em 2010 a base da pirâmide diminui e seu topo fica ligeiramente mais largo em relação à pirâmide etária referente ao ano 2000.

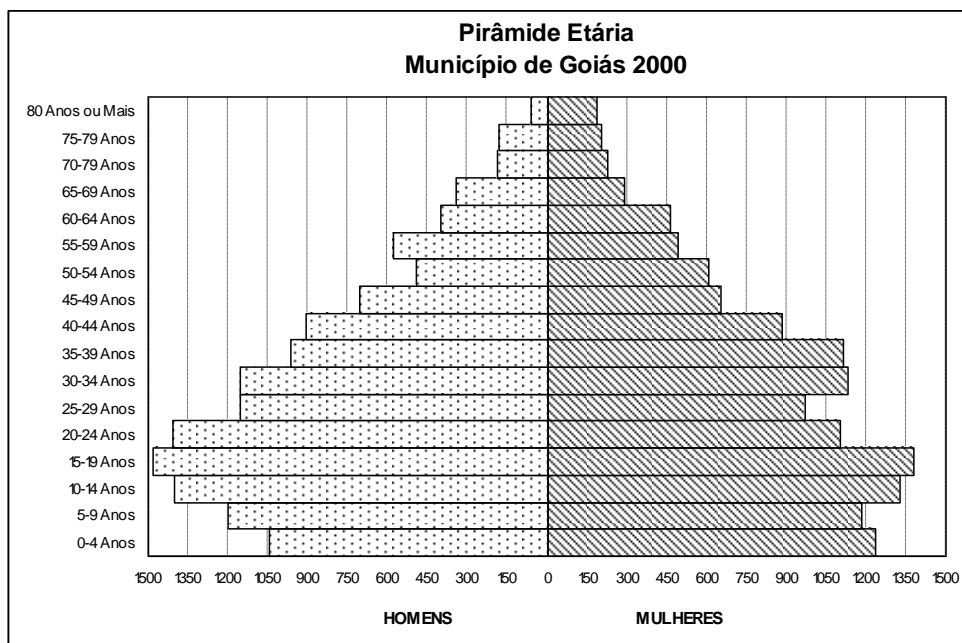


Ilustração 7.2: Pirâmide Etária – Município de Goiás 2000.
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE

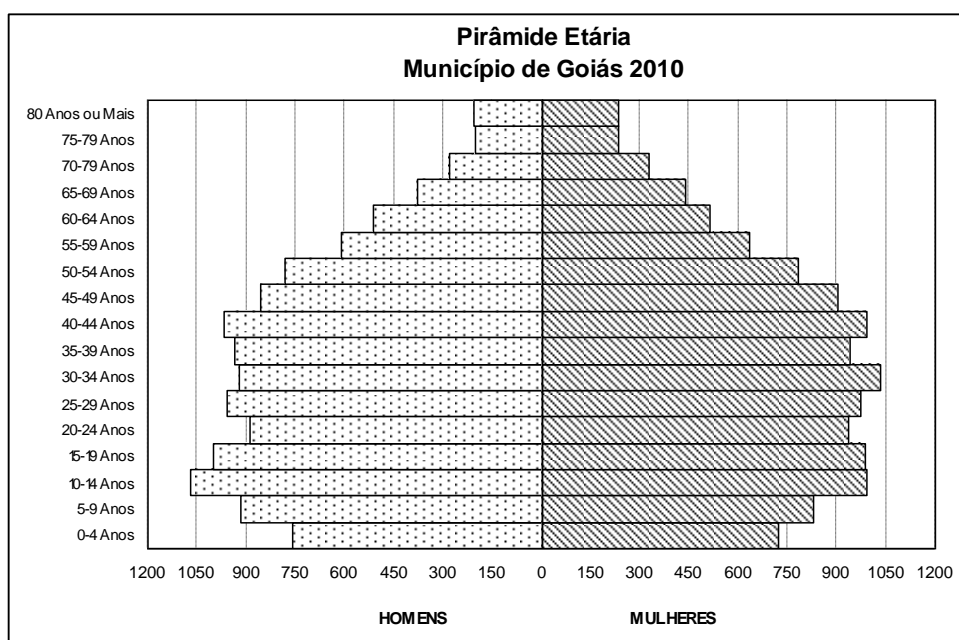


Ilustração 7.3: Pirâmide Etária – Município de Goiás 2010.
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE

A ilustração abaixo, por sua vez, apresenta as duas pirâmides etárias sobrepostas, facilitando a comparação. A pirâmide transparente refere-se ao ano 2000, enquanto a pirâmide sombreada refere-se ao ano de 2010.

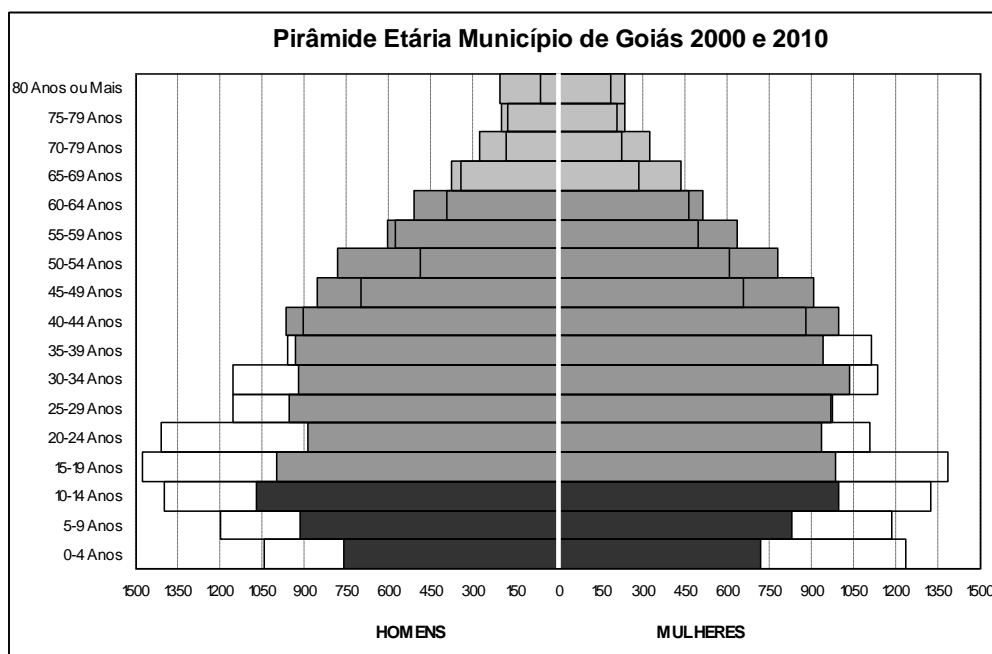


Ilustração 7.4: Pirâmide Etária – Município de Goiás 2000 e 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE

Desta forma, o IFG Câmpus Cidade de Goiás deverá implementar ações educacionais, seja de ensino ou extensão, que acolham não somente a população jovem, mas que contemple também a população adulta e idosa que, conforme demonstrado nas pirâmides etárias, tem apresentado representatividade no Município de Goiás.

7.2 Aspectos Econômicos do Município de Goiás e Região Limítrofe

7.2.1 Dados Referentes ao Número de Trabalhadores Formalmente Empregados no Município de Goiás e Região Limítrofe

Considerando o seu número de habitantes o Município de Goiás apresentou números expressivos relacionados ao emprego formal. Em face de tais dados deve ser considerado, de um lado, que pode existir uma quantidade expressiva de trabalhadores no mercado informal e,

de outro, que pode haver inconsistência no banco de dados, posto que ele depende dos contratantes para obter as informações sobre o mercado formal de trabalho.

A partir da ilustração apresentada abaixo, fica clara a forte tendência de crescimento dos Setores de Comércio e de Serviços e Administração Pública em Goiás. Em toda a evolução demonstrada esses Setores foram os que mais contrataram formalmente. Precisamente, os Setores de Comércio e de Serviços e Administração Pública somaram, em 2010, 2.599 contratos formais, o que representa 72,21% do total de contratos naquele ano. Somente o Subsetor de Administração Pública contratou 938 pessoas e o Subsetor de Comércio Varejista contratou 628 nesse mesmo ano. O Subsetor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação destacou-se com 415 empregos formais em 2010. Em menor grau, também se destacou o Subsetor de Transportes e Comunicações, que faz parte do Setor de Serviços e Administração Pública, somando 114 contratações.

É importante observar a evolução do número de contratações do Setor de Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca, que engloba o Subsetor de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais e Extrativismo Vegetal. Esse setor foi o terceiro em crescimento nos anos de 2005 e 2010. O Setor de Indústria apresentou queda no número de contratações, ocupando atualmente a quarta posição em número de contratos formais de trabalho. Já o setor de Construção Civil não foi significativo ao longo do período estudado, mas apresentou crescimento expressivo em 2010, conforme pode ser observado a seguir.

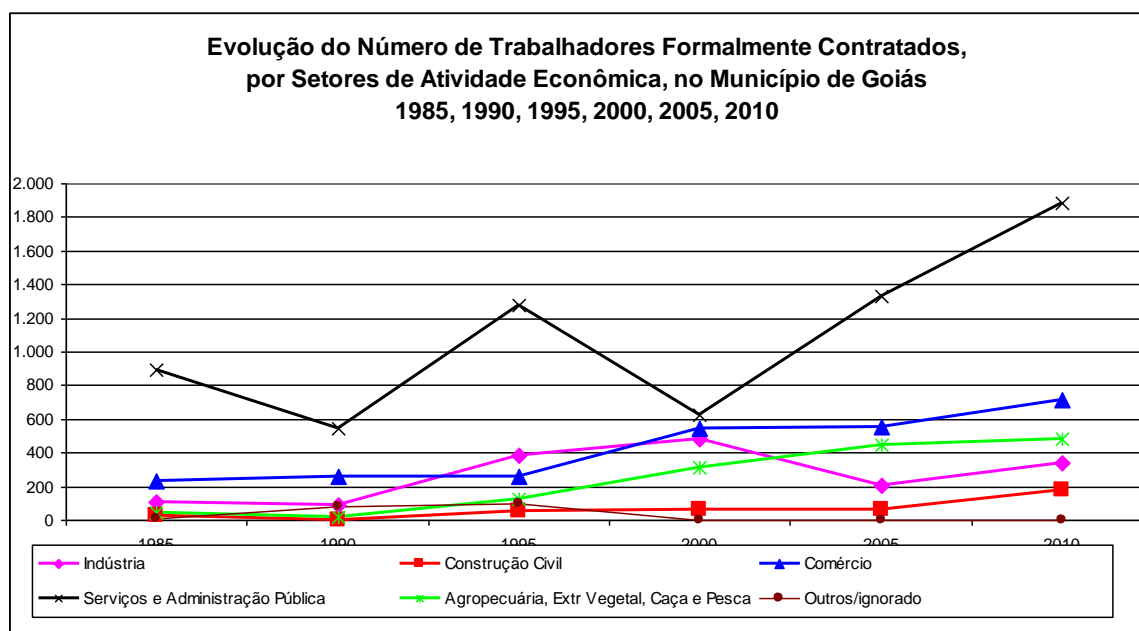


Ilustração 7.5: Evolução do Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, por Setores de Atividade Econômica, no Município de Goiás. 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

Da mesma forma, com relação a Região Limítrofe, nota-se o inexpressivo número de contratos formais de trabalho. Em 2010 os contratos formais dos Municípios de Faina, de Itaberaí e de Itapirapuã somados chegaram a 8.845, número baixo se considerado o contexto de 50.189 habitantes (Censo 2010). É importante ressaltar que Itaberaí é responsável por 7.079 desses empregos, ou seja, 80,03%. Tal fato confirma o alto nível de informalidade e a possível transferência de mão de obra para outras regiões do Estado de Goiás.

Tabela 7.2: Número de Trabalhadores Formalmente Contratados, por Setores de Atividade Econômica, na Região Limítrofes - 2010

Setores de Atividade Econômica	Faina	Itaberaí	Itapirapuã	TOTAL
Indústria	28	2.680	190	2.898
Construção Civil	0	105	44	149
Comércio	76	1.066	114	1.256
Serviços e Administração Pública	404	2.362	394	3.160
Agricultura	150	866	366	1.382
TOTAL	658	7.079	1.108	8.845

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/RAIS (2011)

7.2.2 Dados Referentes ao Desempenho Agropecuário do Município de Goiás e Região Limítrofe

O Grande Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), cuja base de sustentação reside nas atividades agropecuárias, apresentou crescimento linear no Município de Goiás. O número de aves cresceu 8,74% no período de 2005 a 2010. O desempenho do município referente a criação de bovinos e suínos foi melhor. O primeiro apresentou crescimento de 10,47% e o segundo, 13,13% no mesmo período. O número de vacas ordenhadas nos anos estudados passou de 19.110 para 23.030, representando crescimento de 17,03% e contribuindo para o aumento em 29,47% da produção de leite. Somente a produção de ovos sofreu queda entre 2005 e 2010, diminuindo a produção em 8,27%.

Tabela 7.3: Efetivo da Pecuária – Município de Goiás

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Aves (cab)	125.875	129.230	130.370	131.200	135.255	137.918
Bovinos (cab)	230.750	241.280	242.200	245.100	252.680	257.730
Prod. de leite (1.000 l)	19.492	20.267	21.522	22.766	23.690	27.636
Prod. de ovos (1.000 dz)	393	408	387	346	357	363
Suínos (cab.)	13.165	13.785	14.020	14.410	14.860	15.155
Vacas ordenhadas (cab)	19.110	19.870	21.100	21.890	22.570	23.030

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

No que tange às atividades agropecuárias a Região Limítrofe apresentou um desempenho melhor, sendo o Município de Itaberaí o grande responsável pela maior parte dos números apresentados na tabela a seguir. No que tange a criação de aves, a Região Limítrofe somou quase 4 milhões de cabeças no ano de 2010, sendo que o Município de Itaberaí respondeu por 97% de toda a criação. Esse fato pode ser explicado pela implantação de grandes granjas e abatedouros de aves na região. A produção de ovos na Região Limítrofe cresceu 8,48%, sendo Itaberaí responsável por mais de 60% da produção na região.

A evolução percentual do número de bovinos foi de 7,07% entre 2005 e 2010. Neste mesmo período o desempenho do Município de Itaberaí na criação de bovinos foi um pouco menor, com crescimento de 6,6% e foi responsável por 25% da criação. Faina, por sua vez, teve participação de 27,57% em 2010.

A criação de suínos, por sua vez, cresceu 10,08% e o número de vacas ordenhadas obteve taxa de crescimento de 8,2%. Já a produção de leite na região apresentou crescimento de 16,77% durante o período em questão. Os dados aqui apresentados demonstram o potencial relativo de Goiás e de sua Região Limítrofe no que diz respeito a expansão e desenvolvimento da atividade pecuária.

Tabela 7.4: Efetivo da Pecuária – Região Limítrofe

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Aves (cab.)	2.715.685	2.727.605	2.918.610	3.121.470	3.123.410	3.928.040
Bovinos (cab.)	521.550	532.985	521.050	533.900	549.320	558.425
Prod. de Leite (1.000 l)	57.732	59.075	58.030	60.488	62.832	69.366
Prod. de Ovos (1.000 dz)	367	375	376	388	392	401
Suínos (cab.)	28.370	29.370	29.490	30.130	30.605	31.550
Vacas Ordenhadas (cab.)	64.235	65.505	64.000	65.960	68.030	69.975

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

No que tange a atividade agrícola, a Microrregião Rio Vermelho foi a 16^o maior produtora de grãos do Estado em 2010, com participação de 0,39%⁷. O Município de Itaberaí se destacou pela quantidade de produção, entretanto, nota-se um decréscimo nos números

⁷ As estatísticas relativas a produção agrícola no Estado estão relacionadas principalmente a produção sob controle sanitário e fiscal, portanto, dentro do controle que o poder público exerce sobre as mercadorias que circulam nos limites do Estado, principalmente aquelas voltadas para a produção em larga escala e para exportação, capazes de gerar divisas para o país e impostos para o Estado. É importante salientar que a pequena produção, voltada a mercados internos e circulação circunscrita a pequenos grupos de consumidores, quase sempre não aparece nas estatísticas oficiais de produção agrícola, sobretudo a de pequenos produtores e assentados que, pela natureza da sua produção, não geram receita de impostos ou exportação, o que pode gerar, ao se analisar as estatísticas de produção agrícola do Estado, distorções a respeito da importância da produção agrícola de algumas microrregiões.

referentes a esta produção no Município de Goiás e Região Limítrofe no período de 2005 a 2010. Os dados apontam que a diminuição da produção de alguns itens, chega a mais de 50%, principalmente na Região Limítrofe⁸.

Dentre as culturas da Região Limítrofe, destacam-se o arroz, a mandioca e o milho, conforme demonstra a tabela a seguir. Tanto a área colhida, quanto a produção nas lavouras de milho sofreram queda, já a produtividade apresentou crescimento de 5,8% em todo o período estudado, o que evidencia um processo de progressiva modernização dessa atividade. As lavouras de arroz, apesar de serem significativas, apresentaram queda nas três variáveis consideradas.

Tabela 7.5: Área Colhida, Total da Produção e Produtividade, por Itens da Agricultura – Região Limítrofe

Produtos	Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição no Período
Arroz	Área (ha.)	8.150	5.000	3.850	1.850	2.000	2.200	-73,00%
	Prod. (t)	22.090	13.500	10.700	4.700	4.700	4.960	-77,54%
	Produtividade (t/ha)	2,71	2,70	2,77	2,54	2,35	2,25	-16,97%
Mandioca	Área (ha.)	380	400	400	470	470	470	23,68%
	Prod. (t)	5.560	5.800	5.950	7.080	7.080	7.080	27,33%
	Produtividade (t/ha)	14,63	14,5	14,87	15,06	15,06	15,06	1,02%
Milho	Área (ha.)	10.800	11.750	10.650	10.650	8.800	9.050	-16,20%
	Prod. (t)	53.993	59.070	40.705	54.205	47.400	47.960	-11,17%
	Produtividade (t/ha)	5,00	5,03	3,82	5,09	5,39	5,29	5,8%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

⁸ Podemos definir ‘produção agrícola’ como a atividade de transformação de insumos em produtos, num processo de utilização do campo para realização de atividades agropecuárias, bem como o conjunto da produção realizada. A ‘produtividade’ pode ser compreendida como o processo que potencializa a capacidade produtiva dessas atividades, lançando mão de conquistas científicas e tecnológicas e de recursos humanos e culturais, assegurando elevada racionalidade nos processos de produção. Quanto à ‘área colhida’, diz respeito a efetiva utilização da disponibilidade de terras agriculturáveis destinadas a produção agrícola.

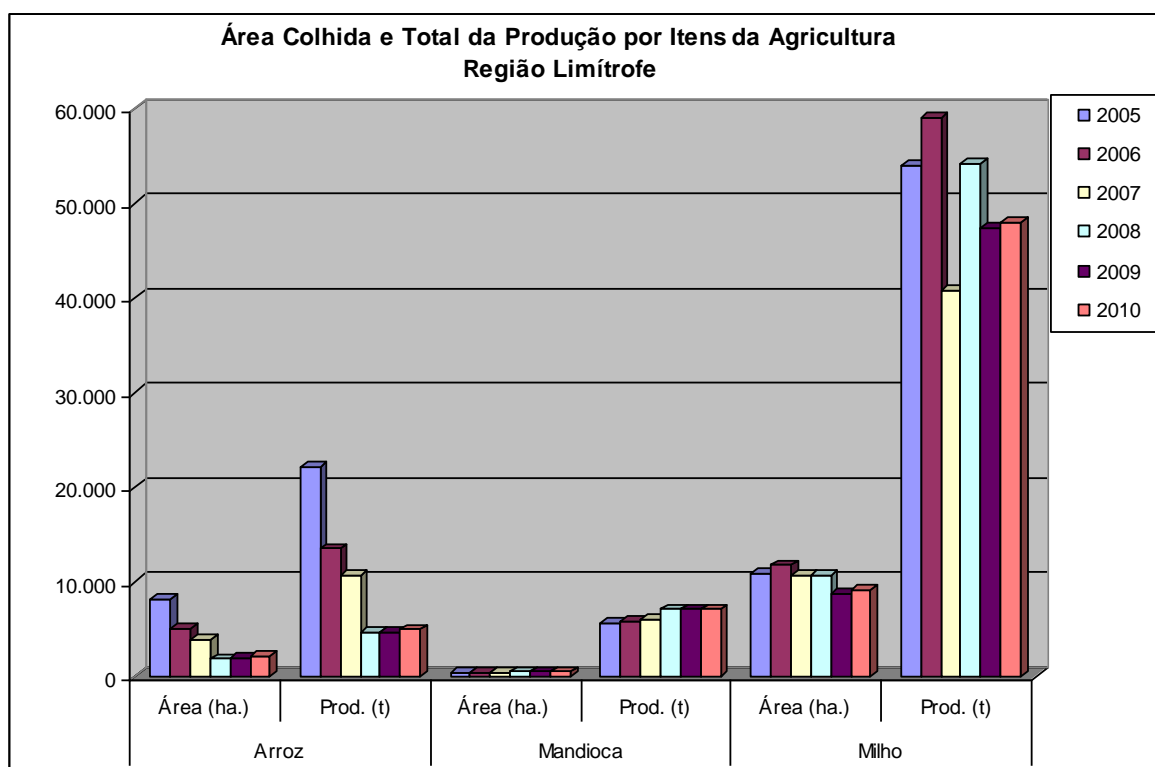


Ilustração 7.6: Área Colhida e Total da Produção por Itens da Agricultura – Região Limítrofe
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

No Município de Goiás destacam-se as culturas de arroz e milho. Essas culturas sofreram queda tanto na área colhida quanto na produção, porém apresentaram crescimento em torno de 10% na produtividade. Já as lavouras de cana-de-açúcar apresentaram crescimento na área colhida e na produção, porém a produtividade manteve-se. Destaca-se também, no Município de Goiás, a produção de palmito. Em 2005, Goiás era o maior produtor de palmito do Estado com participação de 19,73%. Em 2010, a representatividade da produção, no contexto do Estado, sofreu queda de 1,82%, representando naquele ano 17,91% da produção do Estado.

Tabela 7.6: Área Colhida, Total da Produção e Produtividade, por Itens da Agricultura – Município de Goiás

Produtos	Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação no Período
Arroz	Área (ha.)	2.900	2.600	2.500	2.500	2.600	2.500	-13,79%
	Prod. (t)	4.640	4.680	5.000	5.000	5.200	4.500	-3,01%
	Produtividade (t/ha)	1,60	1,80	2,00	2,00	2,00	1,80	12,5%
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	110	120	120	120	120	120	10,90%
	Prod. (t)	1.760	1.920	1.920	1.920	1.920	1.920	9,09%
	Produtividade (t/ha)	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	0
Milho	Área (ha.)	3.850	3.800	3.500	3.500	3.650	3.500	-9,09%
	Prod. (t)	9.850	9.880	9.275	9.275	10.220	9.800	-0,50%
	Produtividade (t/ha)	2,56	2,60	2,65	2,65	2,80	2,80	9,37%
Palmito	Área (ha.)	180	180	180	180	180	180	0
	Prod. (t)	4.500	4.500	4.500	4.500	4.500	4.500	0
	Produtividade (t/ha)	25	25	25	25	25	25	0

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

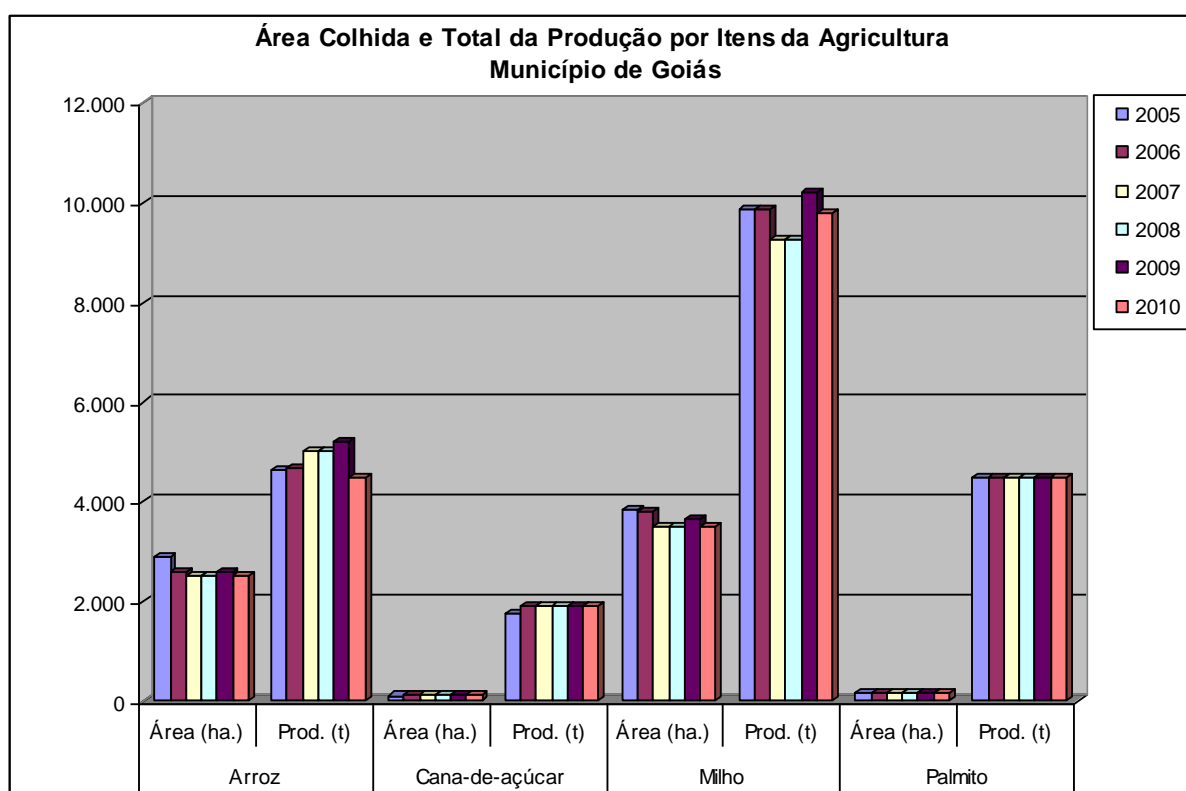


Ilustração 7.7: Área Colhida e Total da Produção por Itens da Agricultura – Município de Goiás

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

O Município de Itaberaí possui maior característica agricultora do que os demais municípios da Região Limítrofe e ao próprio Município de Goiás. Neste município, vários itens são produzidos em larga escala, dentre eles, destacam-se a cana-de-açúcar, o milho, a soja, o tomate e o tomate industrial. É importante destacar que em 2005 Itaberaí foi o maior produtor de tomate do Estado de Goiás com participação de 16,62% na produção. Em 2010, Itaberaí teve a maior produção de laranja, com participação de 14,27% na produção do Estado.

Tabela 7.7: Área Colhida, Total da Produção e Produtividade, por Itens da Agricultura – Município de Itaberaí

Produtos	Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição no Período
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	4.922	4.927	3.855	8.328	8.328	8.328	69,19%
	Prod. (t)	400.159	400.239	312.943	665.280	665.280	665.280	66,25%
	Produtividade (t/ha)	81,30	81,23	81,18	79,88	79,88	79,88	-1,74%
Soja	Área (ha.)	10.000	9.000	8.000	3.000	9.000	9.000	-10%
	Prod. (t)	30.000	27.000	24.000	8.100	25.200	25.200	-16%
	Produtividade (t/ha)	3,00	3,00	3,00	2,70	2,80	2,80	-6,66%
Tomate	Área (ha.)	1.620	30	380	1.490	1.386	1.386	-14,44%
	Prod. (t)	129.000	1.500	29.500	133.200	103.700	103.700	-19,61%
	Produtividade (t/ha)	79,62	50	77,63	89,39	74,81	74,81	-6,04%
Tomate Industrial	Área (ha.)	1.600	0	350	1.460	1.376	1.376	-14%
	Prod. (t)	128.000	0	28.000	131.400	103.200	103.200	-19,37%
	Produtividade (t/ha)	80	0	80	90	75	75	93,75%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

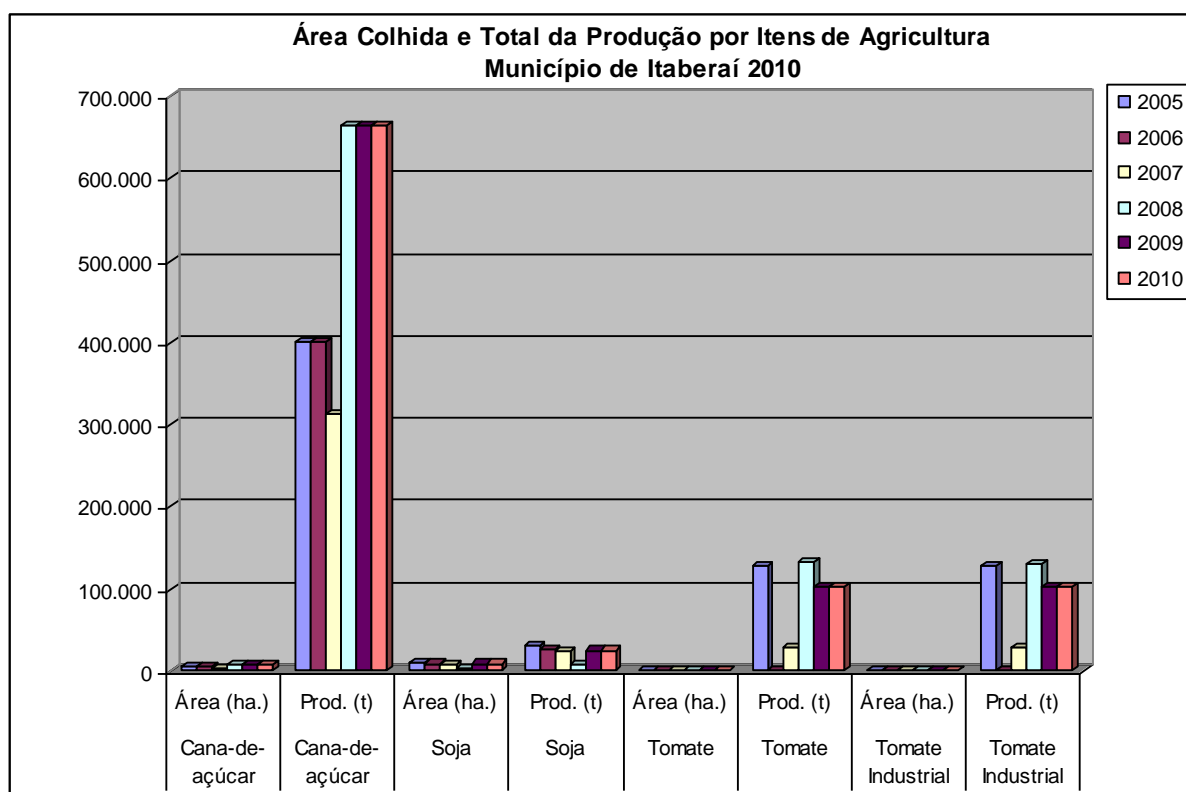


Ilustração 7.8: Área Colhida e Total da Produção por Itens da Agricultura – Município de Itaberaí
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB (2011).

7.3 Aspectos Sociais do Município de Goiás e Região Limítrofe

Vários municípios da Mesorregião Noroeste Goiano tem sofrido com a diminuição do número de habitantes, inclusive o Município de Goiás. Um dos fatores que pode explicar esse fato é a própria localização desses municípios. A Mesorregião Noroeste Goiano possui baixa representatividade no conjunto do Estado de Goiás no que tange a economia, a empregabilidade e ao próprio contingente populacional.

Concorre para essa realidade os baixos investimentos na região, o que reduz a oferta de emprego, com efeitos incidindo principalmente sobre a população jovem que migra em busca de melhores condições de trabalho e formação educacional. Seus destinos podem ser a Região Metropolitana de Goiânia, a Mesorregião Sul Goiano, onde estão as atividades agropecuárias e os complexos agroindustriais mais desenvolvidos do Estado de Goiás, e a Mesorregião Leste Goiano, onde se encontra a Microrregião Entorno de Brasília e o próprio Distrito Federal.

O número de empregos formais no Município de Goiás, que totalizou 3.599 em 2010, de acordo com o MTE/RAIS, é muito baixo quando se leva em consideração o número de

habitantes do município (24.727 residentes em 2010), ou seja, apenas 14,55% da população do município trabalha com contrato formal. A partir desses dados pode-se inferir que a maioria da população está em condição de informalidade⁹. A faixa etária mais representativa dos trabalhadores do município é a de 30 a 39 anos, com 1.020 pessoas empregadas formalmente, seguida dos trabalhadores entre de 18 a 24 anos, que somam 617 contratos formais.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH permite aquilatar o nível médio de vida no Município de Goiás e Região Limítrofe. Nota-se que os índices sociais devem ser melhorados para atingir padrões satisfatórios, ou seja, que se encontrem em torno de 0,800. A tabela apresenta também o IDH da Região Limítrofe e da Microrregião Rio Vermelho.

Tabela 7.8: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Total e Estratificado – Município de Goiás, Região Limítrofe e Microrregião Rio Vermelho 1991 – 2000

Índices	Município de Goiás		Região Limítrofe		Microrregião Rio Vermelho	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
IDH-M/Renda	0,615	0,655	0,593	0,642	0,594	0,638
IDH-M/Educação	0,714	0,847	0,674	0,794	0,672	0,805
IDH-M/Longevidade	0,626	0,705	0,606	0,711	0,611	0,716
IDH - Municipal	0,652	0,736	0,624	0,716	0,626	0,720

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Dados extraídos do Portal ODM¹⁰ referentes ao Município de Goiás revelam que, no ano de 2010, 21,7% da população do município estava entre a linha da indigência e pobreza, cuja renda familiar se encontrava entre um quarto do salário mínimo até meio salário mínimo. Foi apontado também que 7,7% da população estava abaixo da linha da pobreza, ou seja, com renda familiar abaixo de um quarto do salário mínimo.

Outro dado relevante é o número de crianças desnutridas. Em 2010, o número de crianças pesadas pelo Programa Saúde da Família – PSF, foi de 1.958, destas, 0,2% foram consideradas desnutridas, o que equivale a aproximadamente 4 crianças entre zero e seis anos. Entretanto, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, no ano de 2008, em 25,9% das

⁹ Deve-se considerar que um grande número de residentes trabalham em pequenos empreendimentos familiares que lhes permite ocupação e renda.

¹⁰ O Portal ODM é um sistema de indicadores que disponibiliza as informações referentes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que são metas pactuadas pelo Brasil e por outros 190 países membros das Nações Unidas para melhorar indicadores sociais, ambientais e econômicos com disponibilização de dados atuais que norteiam as projeções.

famílias pesquisadas a quantidade de alimentos consumidos “às vezes” não era suficiente e que em 7,4% “normalmente” não era suficiente. Por meio desses dados pode-se inferir que o número de crianças desnutridas é bem maior que o constatado oficialmente.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, permite a coleta de dados sobre mortalidade infantil por grupo etário. A ilustração a seguir demonstra que no ano de 2010 houve uma queda no número de mortes infantis no Município de Goiás em relação ao ano de 2009. Também se verifica que o maior número de mortes é do grupo neonatal precoce, ou seja, entre zero e seis dias completos, seguido do grupo pós-neonatal, mortes entre 28 e 364 dias de vida completos. Segundo o banco de dados no grupo etário neonatal tardia, que tem idade entre sete e 27 dias de vida completos, ocorreram 3 mortes em 2008 e uma morte nos anos 2010 e 2011. É importante ressaltar que os dados disponibilizados do ano de 2011 pelo DATASUS, são dados preliminares.

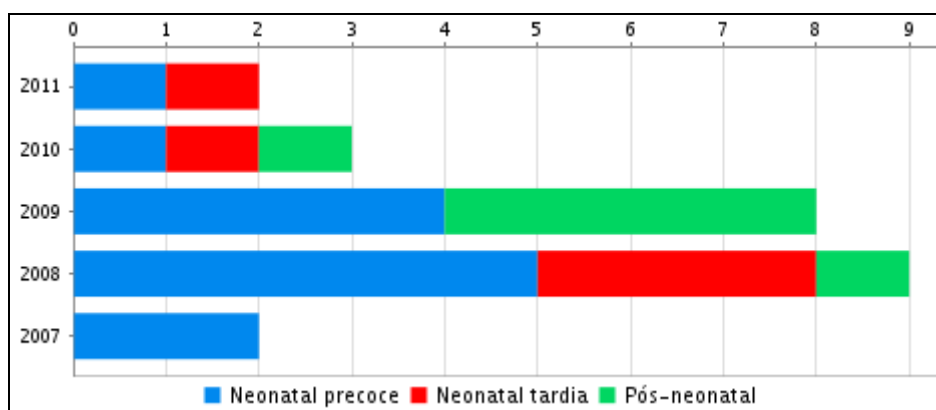


Ilustração 7.9: Número de óbitos infantis por ocorrência (masculinos e femininos) notificados, segundo grupo etário no Município Goiás 2007 – 2011

Nota: 2011 - Dados preliminares.

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (Agosto 2011)

No Município de Goiás 74,9% dos moradores tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo do domicílio em 2010. O percentual de moradores que no mesmo ano viviam em domicílios com formas de esgotamento consideradas adequadas foi de 49,2%, segundo dados do IBGE constantes no Portal ODM.

Desta forma, fica constatada a necessidade de implementação de programas e projetos educacionais de cunho social que venham a colaborar na redução desses índices e de outros,

tais como o percentual de crianças nascidas de mães adolescentes (com idade inferior a 20 anos de idade), que chegou a 20,6% no ano de 2009.

Sendo assim, a implantação do Câmpus Cidade de Goiás do IFG pode contribuir para a permanência da população jovem no município e em toda a sua Região Limítrofe, por meio de condições favoráveis para a realização de investimentos públicos ou privados na região, permitindo o aumento do número de empregos formais, da ampliação de projetos e ações educativas e culturais na região, e do apoio aos arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais que estimulem a organização da sociedade civil e das atividades produtivas da sociedade local. Buscar-se-á, dessa forma, atender as demandas da população local promovendo o desenvolvimento regional.

7.4 Recursos Naturais do Município de Goiás e Região Limítrofe

Com relação à presença de recursos naturais o Município de Goiás, bem como a sua Região Limítrofe possuem ocorrências de diversos minerais com potencial para exploração econômica. A seguir, apresenta-se essas reservas minerais e permite identificar o destaque na produção de rochas ornamentais e calcário agrícola.

Tabela 7.9: Reservas Minerais no Município de Goiás e Região Limítrofe¹¹. (Situação Vigente em 31.12.2009)

MUNICÍPIO/ SUBSTÂNCIAS	UNID.	RESERVAS			
		Medida	Teor	Indicada	Indeferida
Goiás					
Água Mineral	l/h	33.200	-	-	-
Areia	m ³	93.739	-	-	-
Calcário Agrícola	t	27.357.133	-	42.058.681	14.098.354
Cascalho	m ³	3.951	-	-	-
Rochas Ornamentais	m ³	356.700	-	178.350	356.700
Talco	t	4.642.190	-	1.889.000	-
Faina					
Calcário Agrícola	t	6.798.193	-	3.967.920	4.535.000
Ouro	t	707.709	9,87gAu/t	234.423	496.534
Rochas Ornamentais	m ³	482.298	-	7.032.895	-
Itaberaí					
Berílio	Kg	15.851	-	1.600	2.200
Esmeralda	t	800	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (2010) p. 133-134.

¹¹ Não há dados de reservas minerais no município de Itapirapuã no banco de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO, DO MUNICÍPIO DE GOIÁS E DA REGIÃO LIMÍTROFE

Para se analisar os aspectos educacionais da região de Goiás, utilizar-se-á uma abrangência territorial maior, ao invés da Região Limítrofe será considerada a Microrregião Rio Vermelho, incluindo assim, todos os municípios que a compõem, pois as análises comparativas mais amplas, em especial no aspecto educacional, darão uma dimensão mais precisa da situação educacional do contexto no qual se insere o Município de Goiás.

Assim, no âmbito da Microrregião Rio Vermelho que compreende nove municípios (Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã e Santa Fé de Goiás), o Município de Goiás é o maior em número de habitantes (24.727), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), e, por conseguinte, o maior em número de estabelecimentos de ensino (41) e matrículas de alunos (5.725), segundo o MEC/Inep (2010), ou seja, do total de 21.436 matrículas registradas na Microrregião Rio Vermelho, 26,70% estão concentradas no Município de Goiás.

A Microrregião Rio Vermelho, conforme dados do MEC/Inep (2009) possui seis Instituições de Ensino Superior instaladas em três municípios, a saber: Itaberaí (2), Goiás (2) e Jussara (2). No Município de Goiás, encontram-se instaladas a Universidade Paulista, a Universidade Federal de Goiás – UFG e a Universidade Estadual de Goiás – UEG, sendo que os cursos presenciais ofertados pelo Câmpus da UFG no Município de Goiás são: Bacharelado em Direito, Bacharelado em Serviço Social e Licenciatura em Filosofia. A UEG, por sua vez, atua no município oferecendo os cursos presenciais de Licenciatura em Geografia, História, Letras e Matemática; e de Tecnologia em Turismo. Também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especialização, nas seguintes áreas: Matemática e Educação; Literatura e Ensino; Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Turismo.

8.1 Ensino Básico

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica (2010), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, permitem uma visualização parcial da realidade deste nível educacional na Microrregião Rio Vermelho e do Município de Goiás.

A respeito do número de estabelecimentos de ensino na Microrregião Rio Vermelho, observa-se que no ano 2000 o número de estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental

e médio era de 254. A partir de 2000, houve decréscimo de 51,96% ao longo dos 10 anos seguintes, chegando a registrar, em 2010, apenas 122 estabelecimentos. O Município de Goiás também apresentou redução no número de estabelecimentos de ensino ao longo do período pesquisado: dos 106 estabelecimentos levantados em 2000, registrou-se apenas 41 em 2010 – o que representou um decréscimo de 61,32% de 2000 a 2010.

Tabela 8.1: Estabelecimentos de Ensino na Microrregião Rio Vermelho 2000-2010.

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Araguapaz	13	14	15	15	10	10	9	9	10	10	11
Aruanã	6	3	4	4	5	6	6	6	6	5	5
Britânia	11	10	10	10	10	10	9	8	8	7	7
Faina	37	35	29	31	28	22	19	17	14	12	12
Goiás	106	68	79	77	61	56	52	44	42	40	41
Itapirapuã	27	26	26	26	24	18	15	15	15	14	13
Jussara	40	35	33	32	30	29	27	27	26	26	25
Matrinchã	9	7	7	5	5	6	5	4	4	4	4
Santa Fé de Goiás	5	4	4	4	4	4	5	5	5	4	4
TOTAL	254	202	207	204	177	161	147	135	130	122	122

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep e Secretaria de Estado da Educação – SEE.
Nota: TOTAL é a soma de estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

No que tange ao número de matrículas na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião Rio Vermelho, em consonância com o que havia sido apontado quanto à redução de número de estabelecimentos, o número de matrículas também decresceu, passando de 32.369 em 2000, para 21.436 em 2010, representando assim uma redução de 33,77%.

No Município de Goiás o decréscimo do número de matrículas foi ainda maior, de 10.269 matrículas registradas em 2000, para 5.725 em 2010, ou seja, um decréscimo acentuado de 44,24%. Essa forte queda no número de matrículas pode ser explicada em grande medida, pela progressiva queda da taxa de natalidade em curso desde os anos 1980 e pela evasão da população jovem do Município. Contudo, para uma análise definitiva é necessário que se realize um estudo específico desse fato, buscando informações acerca dos deslocamentos dos estudantes, do número de alunos estudando em outros municípios etc.

Destaca-se que ao longo da série em análise somente dois municípios (Aruanã e Santa Fé de Goiás) apresentaram um leve crescimento no número de matrículas; os demais municípios apresentaram decréscimo.

Tabela 8.2: Número de Matrículas na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Araguapaz	2.898	3.206	3.056	3.097	2.504	2.247	2.036	1.692	1.629	1.643	1.643
Aruanã	1.710	2.146	1.897	2.111	2.065	1.908	1.989	1.876	1.831	1.874	1.857
Britânia	2.288	2.041	2.190	2.080	1.992	1.876	1.721	1.633	1.599	1.574	1.496
Faina	2.267	2.773	2.335	2.751	2.599	2.744	2.288	1.791	1.655	1.654	1.576
Goiás	10.269	9.479	9.815	9.876	9.103	8.534	7.913	6.349	5.963	5.891	5.725
Itapirapuã	2.784	2.558	2.725	2.812	2.733	2.661	2.457	2.190	2.145	2.103	1.940
Jussara	6.924	6.902	6.667	6.326	6.012	5.629	5.470	5.044	4.820	5.007	4.794
Matrinchã	1.995	1.914	1.947	1.663	1.663	1.686	1.434	1.245	1.141	1.136	1.161
Santa Fé de Goiás	1.234	1.497	1.360	1.350	1.323	1.291	1.314	1.347	1.265	1.275	1.244
TOTAL: 9	32.369	32.516	31.992	32.066	29.994	28.576	26.622	23.167	22.048	22.157	21.436

Fonte: MEC/Inep/Secretaria de Estado da Educação – SEE

Quando se analisa a Microrregião Rio Vermelho, observa-se que a esta corresponde 1,83% das matrículas do Estado. A Educação Infantil no Município de Goiás corresponde a 0,55% do total de matrículas no Estado de Goiás. Assim, o quantitativo de matrículas do Município de Goiás é de 30,26% do número de matrículas levantado na Microrregião Rio Vermelho.

No que tange ao Ensino Fundamental, verifica-se que no Estado de Goiás registraram-se 765.404 matrículas, desse total 1,63% (12.536) referem-se à Microrregião Rio Vermelho sendo 0,37% (2.806) ao Município de Goiás.

Quanto ao Ensino Médio, registraram-se 229.284 matrículas no Estado de Goiás, sendo que 1,65% (3.787) referem-se à Microrregião Rio Vermelho e 0,40% (933) ao Município de Goiás.

No Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), constata-se o registro de 77.473 matrículas no Estado de Goiás em 2010, sendo que 1,13% (875) referem-se à Microrregião Rio Vermelho e 0,45% (348) ao Município de Goiás.

Nesse sentido, a Educação Básica (da Educação infantil ao Ensino Médio, incluindo a modalidade EJA) na Microrregião Rio Vermelho concentrou 1,62% (19.174) do número de matrículas realizadas no Estado de Goiás (1.180.364). O Município de Goiás, por sua vez, registrou 0,40% (4.685) do número de matrículas do Estado. No âmbito da Microrregião Rio Vermelho, o Município de Goiás teve participação de 24,43%.

Tabela 8.3: Matrículas iniciais na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

Regiões em Estudo	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
ESTADO DE GOIÁS														
Estadual Urbana	0	0	290	0	33.199	10.539	227.259	13.091	223.197	2.936	16.228	0	32.626	0
Estadual Rural	0	0	0	0	1.686	390	4.469	8	2.623	74	70	0	0	0
Municipal Urbana	6.240	26.241	62.232	9.775	310.815	18.170	106.359	2.662	311	0	27.176	0	730	0
Municipal Rural	157	154	3.016	98	24.608	513	10.924	712	124	19	628	0	15	0
Estadual e Municipal	6.397	26.395	65.538	9.873	370.308	29.612	349.011	16.473	226.255	3.029	44.102	0	33.371	0
MICRORREGIÃO RIO VERMELHO														
Estadual Urbana	0	0	185	0	871	609	4785	427	3.599	145	229	0	328	0
Estadual Rural	0	0	0	0	65	0	34	0	0	43	0	0	0	0
Municipal Urbana	139	576	815	85	4.391	20	129	106	0	0	310	0	0	0
Municipal Rural	0	0	86	0	652	0	342	5	0	0	8	0	0	0
Estadual e Municipal	139	576	1.176	85	5.979	629	5.390	538	3.599	188	547	0	328	0
MUNICÍPIO DE GOIÁS														
Estadual Urbana	0	0	179	0	175	491	1.036	169	840	50	120	0	170	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	0	0	0	0
Municipal Urbana	19	191	135	45	442	4	0	0	0	0	58	0	0	0
Municipal Rural	0	0	29	0	294	0	190	5	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	19	191	343	45	911	495	1.226	174	840	93	178	0	170	0

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep – Censo Escolar 2010

8.2 Ensino Técnico

No contexto do Município de Goiás, relativo ao Ensino Técnico, o Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás – CEPCG, atua prioritariamente nos eixos de Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; e Gestão e Negócios. Conforme a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás – SECTEC (2011), o CEPCG oferece dois cursos técnicos; a saber: Técnico em Restauração e Técnico em Turismo com Habilitação em Gastronomia.

Também foi levantada, junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, a oferta de curso Técnico Integrado em Agropecuária, na Escola Família Agrícola do Município de Goiás, que também oferta Ensino Fundamental no local, cuja dependência administrativa é particular sem fins lucrativos.

Conforme os dados levantados, estão sendo oferecidos apenas os três cursos técnicos citados. Dessa maneira, com base nos dados econômicos e sociais do município, bem como na pesquisa de campo, percebe-se a carência de cursos técnicos que possam formar trabalhadores para atender a demanda de profissionais tanto no âmbito do Município quanto no âmbito da Microrregião Rio Vermelho.

Cabe também frisar que o CEPCG oferece 29 cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, sem elevação de escolaridade. Os cursos apresentados na ilustração a seguir não são ofertados regular e concomitantemente, sendo oferecidos conforme disponibilidade da Instituição.

Ilustração 8.1: Cursos de Formação Inicial e Continuada Oferecidos pelo CEPCG

1.	Garçom/Garçonete
2.	A Arte de Falar em Público
3.	Biologia I
4.	Cuidador de Idosos
5.	Culinária Regional e Contemporânea
6.	Empadão Goiano
7.	Formação de Condutores de Visitantes
8.	Fotografia
9.	Informática Básica
10.	Introdução ao Secretariado
11.	Línguas Aplicadas ao Atendimento – Espanhol
12.	Línguas Aplicadas ao Atendimento – Inglês
13.	Matemática Básica I e II
14.	Oficina de Pães
15.	Panificação e Confeitaria
16.	Planejamento e elaboração de Ceias Natalinas
17.	Português Instrumental
18.	Preparação de Panetone
19.	Preparação e decoração de bombons

20.	Qualidade no Atendimento
21.	Química I
22.	Recepcionista de Eventos
23.	Redação: Práticas de Leitura e Escrita
24.	Saladas
25.	Salgados
26.	Segurança de Eventos
27.	Técnicas de Bordado em Pedrarias
28.	Técnicas de Vendas
29.	Tortas Doces

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Sectec (2011)¹²

8.3 Ensino Superior

8.3.1 Ensino Tecnológico

No Município de Goiás apenas a UEG oferece curso tecnológico presencial, qual seja, Tecnologia em Turismo. Quanto aos demais cursos tecnológicos oferecidos no âmbito da Microrregião Rio Vermelho, esses se situam na modalidade à distância. Eles se concentram nos Municípios de Itaberaí e de Jussara. Em Itaberaí são oferecidos os cursos de Gestão de Sistemas de Informação, Gestão Financeira, Logística, Processos Gerenciais, Marketing, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais. Já no Município de Jussara, são oferecidos os cursos de Gestão Comercial e de Logística, totalizando na Microrregião, a oferta de 550 vagas em cursos de Tecnologia.

Ilustração 8.2: Cursos Tecnológicos Oferecidos, por Município, Instituição de Ensino, Número de Vagas Anuais Autorizadas e Modalidade.

Município	Instituição	Curso Superior de Tecnologia	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Goiás	Universidade Estadual de Goiás - UEG	Turismo	40	Presencial
Itaberaí	Universidade Paulista - UNIP	Gestão de Sistemas de Informação	60	À Distância
		Gestão Financeira	60	À Distância
		Logística	60	À Distância
		Processos Gerenciais	60	À Distância
		Marketing	60	À Distância
	Universidade Castelo Branco - UCB	Gestão de Recursos Humanos	–	À Distância
Processos Gerenciais		–	À Distância	
Jussara	Faculdade de Jussara	Gestão Comercial	150	Presencial
	Universidade Paulista - UNIP	Logística	60	À Distância

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do e-MEC e Portais Eletrônicos das IES.

¹² Disponível em: <http://www.sectec.go.gov.br/porta1/?page_id=1791> Acesso em: 04 nov. 2011.

8.3.2 Bacharelado e Licenciatura

A Microrregião Rio Vermelho possui seis instituições de ensino superior e o total de vagas anuais autorizadas totaliza 3.570, sendo que desse total, 58,26% estão concentradas no Município de Goiás, onde se encontram instaladas atualmente três Instituições de Ensino que oferecem cursos superiores, a saber, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Universidade Federal de Goiás – UFG e Universidade Paulista – UNIP. Atualmente, apenas a UEG e UFG oferecem cursos na modalidade de bacharelado e licenciatura presencial em Goiás.

O total de vagas autorizadas para cursos de bacharelado e licenciatura chega ao número de 2.150, todavia, desse número apenas 330 são para modalidade presencial, ou seja, 15,34%.

Salienta-se que o total de vagas anuais autorizadas não pode ser confundido com o total de matrículas, pois é sabido que aquele é o número máximo de matrículas que cada instituição poderá oferecer, o que não garante que esse quantitativo de vagas esteja sendo efetivamente oferecido pela instituição. Cabe ressaltar, ainda, que do total de vagas autorizadas na Microrregião, somente 34,63% são na modalidade presencial, ou seja, no âmbito da Microrregião ainda existem poucas instituições que dispõem de estrutura física e de recursos humanos para oferecerem cursos presenciais, sendo, portanto, pequeno o quantitativo de vagas autorizadas para cursos presenciais.

Os cursos de bacharelado e licenciatura no âmbito da Microrregião Rio Vermelho estão distribuídos conforme a ilustração a seguir.

Ilustração 8.3: Cursos Superiores, Modalidade, Total de Vagas Anuais Autorizadas e Tipo de Ensino, por Instituição de Ensino Superior na Microrregião Rio Vermelho

Goiás			
Universidade Estadual de Goiás – UEG			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Geografia	Licenciatura	40	Presencial
História	Licenciatura	40	Presencial
Letras - Português e Inglês	Licenciatura	40	Presencial
Matemática	Licenciatura	40	Presencial
Universidade Federal de Goiás - UFG			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Artes Cênicas	Licenciatura	160	À Distância
Artes Cênicas - Interpretação Teatral	Licenciatura	160	À Distância
Artes Visuais	Licenciatura	250	À Distância
Artes Visuais - Artes Plásticas	Licenciatura	250	À Distância

Artes Visuais - Design de Interiores	Licenciatura	250	À Distância
Artes Visuais - Design Gráfico	Licenciatura	250	À Distância
Ciências Biológicas	Licenciatura	250	À Distância
Ciências Biológicas - Biologia	Licenciatura	250	À Distância
Física	Licenciatura	-	À Distância
Educação Física	Licenciatura	-	À Distância
Administração	Bacharelado	-	À Distância
Filosofia	Licenciatura	50	Presencial
Direito	Bacharelado	60	Presencial
Serviço Social	Bacharelado	60	Presencial
Universidade Paulista - UNIP			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Letras - Português e Espanhol	Licenciatura	60	À Distância

Itaberaí			
Universidade Estadual de Goiás - UEG			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Pedagogia	Licenciatura	40	Presencial
Pedagogia - Adm. Escolar de 1º e 2º graus e Mag. Das séries iniciais do 1º grau	Licenciatura	40	À Distância
Sistemas de Informação	Bacharelado	40	Presencial
Universidade Paulista - UNIP			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Serviço Social	Bacharelado	60	À Distância
Administração	Bacharelado	60	À Distância
Ciências Contábeis	Bacharelado	-	À Distância
Letras - Português e Espanhol	Licenciatura	60	À Distância
Letras - Português e Inglês	Licenciatura	60	À Distância
Matemática	Licenciatura	60	À Distância
Pedagogia	Licenciatura	60	À Distância
Faculdade Aliança			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Administração	Bacharelado	100	Presencial
Ciências Contábeis	Bacharelado	200	Presencial
Universidade Castelo Branco - UCB			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
Ciências Sociais	Licenciatura	-	À Distância
Pedagogia	Licenciatura	-	À Distância
Negócios Imobiliários	Bacharelado	-	À Distância

Jussara			
Universidade Estadual de Goiás - UEG			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Autorizadas	Ensino
História	Licenciatura	40	Presencial

Letras - Português e Inglês	Licenciatura	40	Presencial
Matemática	Licenciatura	40	Presencial
Universidade Paulista - UNIP			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Auto-rizadas	Ensino
Letras - Português e Espanhol	Licenciatura	60	À Distância
Faculdade de Jussara - FAJ			
Curso Superior	Modalidade	Vagas Anuais Auto-rizadas	Ensino
Administração	Bacharelado	230	Presencial
Ciências Contábeis	Bacharelado	80	Presencial
Direito	Bacharelado	100	Presencial

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do e-MEC e Portais Eletrônicos das IES (2011).

8.3.3 Pós-Graduação

Conforme apontado anteriormente, são oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, em seu polo em Goiás, os cursos de pós-graduação *latu sensu* em Matemática e Educação; Literatura e Ensino; Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Turismo. Não foram considerados dados de instituições que atuam na Microrregião ofertando cursos de pós-graduação à distância.

8.4 Indicadores Educacionais do Município de Goiás

Os dados e indicadores educacionais do Município de Goiás permitem visualizar, ainda que parcialmente, aspectos quantitativos e qualitativos da educação nesse Município.

Nesse sentido, conforme a Tabela 7.4, a taxa de escolarização líquida no Município de Goiás é de 92,40% no Ensino Fundamental (7 a 14 anos) e de 25,30% no Ensino Médio (15 a 17 anos). Nota-se que a taxa de escolarização no Ensino Médio encontra-se acentuadamente inferior ao do Ensino Fundamental, o que pode indicar que grande parte dos alunos no município que terminam o Ensino Fundamental não prosseguem seus estudos no Ensino Médio, bem como que ocorre uma grande evasão da população jovem do Município. Assim, a interpretação desse indicador deve ser feita com cautela, pois essa taxa é calculada com base na percentagem dos estudantes de um determinado grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo, sem, contudo, identificar se a oferta é suficiente para atender a demanda na

faixa etária estabelecida, o que pode ser visualizado com indicador de taxa de escolaridade bruta¹³.

Tabela 8.4. Taxa de Escolarização Líquida no Município de Goiás

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
92.40	25.30

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE– Censo Demográfico de 2000.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é um dos principais indicadores utilizados no Brasil para avaliar o desenvolvimento da educação básica, afim de que se tenha parâmetros objetivos para estruturação das políticas públicas educacionais que visam alcançar a meta da média nacional (6,0) em 2022, ou seja, da média nacional de 3,8 (primeira fase do Ensino Fundamental), essa deverá ser elevada até o nível das médias dos países da Organização para a Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Assim, o indicador é calculado a partir dos dados sobre fluxo escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, do Saeb e da Prova Brasil.

Nesse contexto, o Município de Goiás, na amplitude desse indicador que é de 0 a 10, apresentou, em 2009, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o índice de 5,5 na rede estadual e 5,1 na rede municipal. Observa-se, portanto, que no município em estudo os índices dos anos iniciais da rede estadual e municipal são superiores à média nacional que de 4,9 e 4,4, respectivamente.

¹³ Taxa de escolarização, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é a porcentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário), podendo ser líquida ou bruta. Ela refere-se ao percentual da população em idade escolar que frequenta a escola. A “taxa de escolarização líquida” indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade. A “taxa de escolarização bruta” permite que se compare o total da matrícula em um dado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a esse nível. Por exemplo, a Taxa de Escolarização Líquida identifica a parcela da população na faixa etária de 7 a 14 anos matriculada no Ensino Fundamental e a Taxa de Escolarização Bruta identifica se a oferta de matrícula no Ensino Fundamental é suficiente para atender a demanda na faixa etária de 7 a 14 anos.

Tabela 8.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

	Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	
Brasil	Total	2005	3.8	-	3.5	-	3.4	-
		2007	4.2	3.9	3.8	3.5	3.5	3.4
		2009	4.6	4.2	4.0	3.7	3.6	3.5
		2021	-	6.0	-	5.5	-	5.2
	Rede Pública	2005	3.6	-	3.2	-	3.1	-
		2007	4.0	3.6	3.5	3.3	3.2	3.1
		2009	4.4	4.0	3.7	3.4	3.4	3.2
		2021	-	5.8	-	5.2	-	4.9
	Rede Estadual	2005	3.9	-	3.3	-	3.0	-
		2007	4.3	4.0	3.6	3.3	3.2	3.1
		2009	4.9	4.3	3.8	3.5	3.4	3.2
		2021	-	6.1	-	5.3	-	4.9
	Rede Municipal	2005	3.4	-	3.1	-	-	-
		2007	4.0	3.5	3.4	3.1	-	-
		2009	4.4	3.8	3.6	3.3	-	-
		2021	-	5.7	-	5.1	-	-
	Rede Privada	2005	5.9	-	5.8	-	5.6	-
		2007	6.0	6.0	5.8	5.8	5.6	5.6
		2009	6.4	6.3	5.9	6.0	5.6	5.7
		2021	-	7.5	-	7.3	-	7.0
Rede Estadual do Estado de Goiás	2005	3.9	-	3.3	-	2.9	-	
	2007	4.3	4.0	3.4	3.3	2.8	2.9	
	2009	4.9	4.3	3.6	3.5	3.4	3.0	
	2021	-	6.1	-	5.3	-	4.7	
Rede Estadual no Município de Goiás	2005	4.6	-	3.6	-	-	-	
	2007	4.6	4.6	3.7	3.7	-	-	
	2009	5.5	5.0	3.9	3.8	-	-	
	2021	-	6.6	-	5.6	-	-	
Rede Municipal do Município de Goiás	2005	-	-	-	-	-	-	
	2007	-	-	4.1	-	-	-	
	2009	5.1	-	-	4.2	-	-	
	2021	-	6.6	-	5.8	-	-	

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

A Tabela 8.6 traz dados de 2007 a 2010 do número de escolas, por etapa de ensino da rede estadual em Goiás. Com base nestes dados disponibilizados, visualiza-se que o total de escolas da rede estadual que ofertam Educação Infantil se manteve constante ao longo da série analisada. Relativo às escolas de Ensino Fundamental, observa-se que das 10 escolas

identificadas em 2007, foram registradas nove em 2010. Quanto às escolas de Ensino Médio, registrou-se aumento, passando de três escolas em 2007, para cinco em 2010. Nota-se que há apenas uma escola da rede estadual em Goiás que atua no âmbito rural, oferecendo Ensino Médio.

Tabela 8.6: Número de Escola por Etapa de Ensino – Rede Estadual em Goiás

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	1	0	1	10	0	10	3	0	3
2008	1	0	1	9	0	9	3	0	3
2009	1	0	1	9	0	9	4	1	5
2010	1	0	1	9	0	9	4	1	5

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

A Tabela 8.7 apresenta o número de escolas por etapa de ensino da rede municipal em Goiás de 2007 a 2010. Verifica-se que não há escola da rede municipal com turmas de Ensino Médio. Observa-se, ainda, que o número de escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, decresceu de 14 para 13 e de 11 para 8, respectivamente. Essa redução do número de escolas acompanhou a redução do número de matrículas registradas. Quanto às escolas rurais, houve uma redução no número de escolas que passou de 10 em 2007, para seis em 2010. O quantitativo de escolas de Educação Infantil em 2007, era de três, subiu para cinco em 2008, decresceu para quatro em 2009 e retornou ao número inicial de três escolas em 2010.

Tabela 8.7: Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal de Goiás

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	11	3	14	1	10	11	0	0	0
2008	11	5	16	1	9	10	0	0	0
2009	9	4	13	2	7	9	0	0	0
2010	10	3	13	2	6	8	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

Na Tabela 8.8, encontra-se estratificado por áreas o número de escolas rurais da rede estadual no Município de Goiás. São quatro as áreas especificadas na Tabela, a saber: Escola do Campo; Escola em Área de Assentamento; Escola em Área Remanescente de Quilombola; Escola Comunidade Indígena. Assim, no Município de Goiás levantou-se apenas uma Escola do Campo da rede estadual em 2010. Apesar de o município possuir grande número de

assentamentos, não se tem dados de nenhuma escola rural da rede estadual em área de assentamento. Pode-se inferir que existe uma demanda por escolas em assentamento que não está sendo atendida pela rede estadual, ou, ainda, que os alunos dos assentamentos precisam se deslocar por grandes distâncias para frequentar as escolas em área urbana.

Tabela 8.8: Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Goiás

Área	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	-
	2008	-
	2009	1
	2010	1
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

A Tabela 8.9, por sua vez, traz dados de escolas rurais da rede municipal em áreas específicas. Em 2010, foram registradas 11 escolas rurais, sendo seis Escolas do Campo e cinco escolas em área de assentamentos. Observa-se que houve o registro de nove escolas do campo em 2008, contudo, esse número decresceu para sete em 2009 e para seis em 2010. Quanto ao número de escolas em área de assentamento, houve um aumento de três para cinco escolas entre 2008 a 2010. Registra-se, ainda, que em 2007 não foi registrada nenhuma escola rural no município em estudo.

Destaca-se que é de suma importância o estudo da educação no campo no Município de Goiás, haja vista que o Município possui grande número de assentamentos, demonstrando assim, uma demanda educacional para escolarização da população dos assentamentos e das demais áreas rurais.

Tabela 8.9. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Goiás

Área	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	-
	2008	9
	2009	7
	2010	6
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	3
	2009	3
	2010	5
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

O número de escolas por modalidade e etapa de ensino da rede estadual, encontra-se na Tabela 7.10. Nota-se que não há registro de creches, bem como de escolas que ofereçam educação de jovens e adultos (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental/semipresencial e Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série/presencial). Verifica-se que a maioria das modalidades oferecidas pela rede estadual, durante o período analisado, manteve-se constante. Apenas o Ensino Médio regular apresentou um leve crescimento, passando de três escolas em 2007, para quatro em 2010. A Educação de Jovens e Adultos nos anos finais, na modalidade presencial, apresentou decréscimo no número de escolas, passando de duas unidades em 2007, para uma em 2010. Destaca-se que em 2009 foi registrado o número de 103 salas de aula da rede estadual no Município, sendo efetivamente utilizadas 88.

Tabela 8.10: Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Goiás

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
Regular - Creche	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
Regular - Pré-Escola	2007	1	0	1
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2007	7	0	7
	2008	7	0	7
	2009	7	0	7
	2010	7	0	7
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	2007	7	0	7
	2008	5	0	5
	2009	5	0	5
	2010	5	0	5
Regular - Ensino Médio	2007	3	0	3
	2008	3	0	3
	2009	4	1	5
	2010	4	1	5
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	1	0	1
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	2	0	2
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Semipresencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
Educação de Jovens e adultos - Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série/Presencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	2007	2	0	2
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1
Salas de aula da rede estadual no município	Existentes	2009	103	
	Utilizadas	2009	88	

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

A Tabela 8.11 apresenta o número de escolas por modalidade e etapa de ensino da rede municipal de Goiás. Vê-se que o número de creches no município, levantado em 2007, foi de cinco unidades; em 2008 e 2009, registrou-se quatro unidades; e em 2010, o quantitativo de creches retornou ao número de cinco unidades. Verifica-se também que o número de escolas que ofertam a pré-escola decresceu de 11 em 2007, para 9 em 2010. O quantitativo de escolas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental cresceu de um em 2007, para dois em 2010. Quanto às escolas que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental do município, foram levantadas apenas escolas rurais. Em 2007 havia três escolas e em 2010 passou para quatro unidades. Atinente ao número de estabelecimentos que oferecem a educação de jovens e adultos (anos iniciais do ensino fundamental presencial), esse se manteve constante de 2007 a 2010, com apenas uma escola. Nas demais modalidades e etapas de ensino não houve nenhum registro.

Tabela 8.11: Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino – Rede Municipal em Goiás

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
Regular - Creche	2007	5	0	5
	2008	4	0	4
	2009	4	0	4
	2010	5	0	5
Regular - Pré-Escola	2007	11	3	14
	2008	7	5	12
	2009	9	4	13
	2010	9	3	12
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2007	1	10	11
	2008	1	9	10
	2009	2	7	9
	2010	2	6	8
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	2007	0	3	3
	2008	0	5	5
	2009	0	4	4
	2010	0	4	4
Regular - Ensino Médio	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	1	0	1
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-

Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Sempresencial		2007	-	-	-
		2008	-	-	-
		2009	-	-	-
		2010	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Sempresencial		2007	-	-	-
		2008	-	-	-
		2009	-	-	-
		2010	-	-	-
Educação de Jovens e adultos - Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série/Presencial		2007	-	-	-
		2008	-	-	-
		2009	-	-	-
		2010	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio		2007	-	-	-
		2008	-	-	-
		2009	-	-	-
		2010	-	-	-
Salas de aula da rede estadual no município		Existentes	2009	92	
		Utilizadas	2009	88	

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

No que se refere às condições de atendimento diurno, a Tabela 7.12 apresenta os indicadores de média de alunos por turma e média de horas-aula diária. Com base nesses indicadores, observa-se que as escolas de Ensino Médio (urbanas) apresentam a maior média de alunos por turma. Em 2007, foi registrada a média de 30,1 alunos por turma. Em 2010, a média foi de 27,6, representando um decréscimo no número de aluno por turma. A modalidade de Ensino de Jovens e Adultos – EJA, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou a menor média de alunos por turma com 14 alunos em 2007, 11 em 2008, 10 em 2009, retornando a 14 alunos por turma em 2010. Nota-se ainda que em área rural foram levantados dados apenas de 2009 e 2010 e somente para o Ensino Médio.

Tabela 8.12: Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Goiás

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de Alunos por Turma	2007	-	20.6	-	23.3	-	29.2	-	30.1	-	14.0	-	-
	2008	-	20.4	-	23.0	-	27.0	-	29.1	-	11.0	-	-
	2009	-	16.6	-	23.3	-	27.0	14.5	27.0	-	10.0	-	-
	2010	-	20.0	-	24.0	-	26.7	10.8	27.6	-	14.0	-	-
Média de Horas-Aula Diária	2007	-	4.0	-	5.1	-	4.6	-	5.2	-	4.0	-	-
	2008	-	4.0	-	5.3	-	4.5	-	4.4	-	3.0	-	-
	2009	-	4.0	-	5.9	-	4.5	8.0	4.5	-	2.0	-	-
	2010	-	4.0	-	8.6	-	4.9	10.5	4.6	-	3.0	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

No que tange às condições de atendimento diurno na rede municipal, a Tabela 7.13 traz dados da Educação Infantil, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e da EJA (anos iniciais do Ensino Fundamental). A maior média de horas-aula diária está concentrada na Educação Infantil (urbana) com 6,8 em 2007 e 8,1 em 2010. A maior média de alunos por turma se concentra nos anos iniciais do Ensino Fundamental (urbano), com 23,3 em 2007 e 24 em 2010. Foram registrados dados do ensino de jovens e adultos nos anos iniciais do Ensino Fundamental dos dois indicadores em análise, somente em 2009.

Tabela 8.13. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Goiás

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA ¹ - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA ¹ - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de Alunos por Turma	2007	12.0	11.8	12.3	23.3	19.2	-	-	-	-	-	-	-
	2008	12.0	13.9	14.3	23.0	14.4	-	-	-	-	-	-	-
	2009	12.0	17.0	14.3	23.3	13.9	-	-	-	-	21.0	-	-
	2010	9.7	16.7	13.6	24.0	12.3	-	-	-	-	-	-	-
Média de Horas-Aula Diária	2007	4.5	6.8	4.5	4.5	4.5	-	-	-	-	-	-	-
	2008	4.5	6.8	4.5	4.4	4.5	-	-	-	-	-	-	-
	2009	4.3	7.4	4.4	4.5	4.4	-	-	-	-	4.0	-	-
	2010	4.3	8.1	4.4	4.5	4.4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

No que atine às condições de atendimento noturno na rede estadual, verifica-se que foram levantados dados somente dos anos finais do Ensino Fundamental urbano, do Ensino Médio urbano e EJA – anos iniciais e finais do Ensino Fundamental urbano. Nota-se que não há dados de escolas rurais, o que demonstra a dificuldade em se atender a demanda das comunidades rurais no período noturno. A Tabela 7.14 demonstra que houve de 2007 a 2010 decréscimo da média de alunos por turma em todas as etapas levantadas. Quanto ao indicador de horas-aula diária, de 2007 a 2010, nos anos finais do Ensino Fundamental, houve um pequeno aumento, passando de 4,2 em 2007, para 4,4 em 2010. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental da modalidade EJA o indicador apresentou decréscimo em 2009 (2,6), porém retornou para o número inicial (3,0) em 2010. Quanto aos anos finais dessa modalidade de ensino, houve aumento da média de 3,3 horas-aula diária em 2007, para 3,8 em 2010.

Tabela 8.14: Condições de Atendimento Noturno - Rede Estadual em Goiás

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de Alunos por Turma	2007	-	-	-	-	-	17.8	-	29.3	-	12.5	-	24.0
	2008	-	-	-	-	-	16.4	-	25.1	-	12.0	-	21.2
	2009	-	-	-	-	-	13.3	-	24.0	-	12.5	-	16.8
	2010	-	-	-	-	-	14.5	-	21.8	-	9.0	-	14.8
Média de Horas-Aula Diária	2007	-	-	-	-	-	4.2	-	4.2	-	3.0	-	3.3
	2008	-	-	-	-	-	4.2	-	4.2	-	3.0	-	3.3
	2009	-	-	-	-	-	3.9	-	4.7	-	2.6	-	3.3
	2010	-	-	-	-	-	4.4	-	4.3	-	3.0	-	3.8

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Mec/Inep (2011)

A Tabela 8.15, por sua vez, disponibiliza os dados de atendimento noturno na rede municipal. Observa-se que foram levantados apenas dados da EJA nos anos iniciais do Ensino Fundamental em área urbana de 2007 a 2010. Verifica-se um decréscimo acentuado no número de alunos por turma, de nove em 2007, para quatro em 2010. A média de horas-aula diária nessa modalidade de ensino oscilou, apresentando queda em 2009 (2,5) e retorno ao patamar inicial da série em 2010 (3,0).

Tabela 8.15: Condições de Atendimento do Noturno - Rede Municipal em Goiás

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA ¹ - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de Alunos por Turma	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.0	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.6	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.3	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.0	-	-
Média de Horas-Aula Diária	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.0	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.0	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.5	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.0	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

Em face da Tabela 8.16, pode-se visualizar as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) dos alunos da rede estadual em Goiás. A maior taxa de aprovação foi levantada em 2010, da 4ª para 5ª série do Ensino Fundamental (95,30%), por conseguinte, essa série apresentou, nesse mesmo ano, a menor taxa de reprovação (4,30%) do período em análise (2007 a 2010). A menor taxa de aprovação foi levantada em 2009, no 1º ano do Ensino

Médio e, em razão disso, a maior taxa de reprovação (32,30%). A maior taxa de Abandono foi levantada em 2008, no 1º ano do Ensino Médio (19,10%). Observa-se que nos primeiros anos do Ensino Fundamental a taxa de abandono é inferior a 1%, após essa etapa, entretanto, visualiza-se o aumento dessa taxa que chegou a registrar 19,10% de abandono.

Estão disponíveis as taxas de rendimento dos alunos da área rural, a partir de 2009, referentes a apenas o Ensino Médio¹⁴. No 1º ano do Ensino Médio em 2009, a taxa de reprovação foi igual a zero, sendo a taxa de aprovação e abandono de 84,60% e 15,40%, respectivamente. No terceiro ano do Ensino Médio em 2009 e em 2010, foi levantada a taxa de 100% de aprovação e, conseqüentemente, com taxas de reprovação e abandono de zero por cento. Cabe, todavia, destacar que uma taxa de 100% de aprovação não garante que o rendimento do ensino esteja em seu melhor patamar, compreende-se, pois, que esse indicador deverá ser analisado em conjunto com outros indicadores para que se tenha uma visualização mais clara da realidade educacional.

Tabela 8.16: Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Goiás

Série/Ano	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1º Série / 2º Ano do EF	2008	81.70	-	18.30	-	0.00	-
	2009	87.00	0.00	13.00	0.00	0.00	0.00
	2010	88.00	-	12.00	-	0.00	-
2º Série / 3º Ano do EF	2008	90.70	-	8.90	-	0.40	-
	2009	89.30	0.00	10.00	0.00	0.70	0.00
	2010	88.80	-	11.20	-	0.00	-
3º Série / 4º Ano do EF	2008	90.40	-	9.30	-	0.30	-
	2009	91.00	0.00	9.00	0.00	0.00	0.00
	2010	91.90	-	8.10	-	0.00	-
4º Série / 5º Ano do EF	2008	93.00	-	6.60	-	0.40	-
	2009	94.60	0.00	5.40	0.00	0.00	0.00
	2010	95.30	-	4.30	-	0.40	-
5º Série / 6º Ano do EF	2008	75.00	-	19.60	-	5.40	-
	2009	82.80	0.00	14.40	0.00	2.80	0.00
	2010	84.30	-	14.10	-	1.60	-
6º Série / 7º Ano do EF	2008	77.90	-	17.80	-	4.30	-
	2009	71.50	0.00	21.90	0.00	6.60	0.00
	2010	85.80	-	9.70	-	4.50	-
7º Série / 8º Ano do EF	2008	85.30	-	11.20	-	3.50	-
	2009	82.10	0.00	12.60	0.00	5.30	0.00
	2010	82.20	-	12.70	-	5.10	-

¹⁴ Os mecanismos de extração de dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira se estabelecem a partir do recebimento de informações por meio de um sistema específico de coleta de dados chamado Educacenso. É possível que haja inconsistências no sistema, uma vez que as informações são fornecidas pela própria escola e ratificadas pelas secretarias municipais e estaduais de educação, conforme sua vinculação. Destaca-se ainda, que os mecanismos de correção e verificação são amostrais, feitos por meio de visita técnica de verificação de informações que são realizadas no período de outubro a novembro do ano do Censo.

8º Série / 9º Ano do EF	2008	74.30	-	20.50	-	5.20	-
	2009	82.10	0.00	12.20	0.00	5.70	0.00
	2010	83.90	-	11.40	-	4.70	-
1º Ano do EM	2008	60.90	-	20.00	-	19.10	-
	2009	59.60	84.60	32.30	0.00	8.10	15.40
	2010	71.00	86.70	18.40	6.70	10.60	6.60
2º Ano do EM	2008	73.50	-	14.50	-	12.00	-
	2009	74.90	72.70	19.60	9.10	5.50	18.20
	2010	78.60	75.00	11.70	12.50	9.70	12.50
3º Ano do EM	2008	87.90	-	6.00	-	6.10	-
	2009	84.80	100.00	7.60	0.00	7.60	0.00
	2010	86.20	100.00	5.50	0.00	8.30	0.00

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

A taxa de rendimento dos alunos das escolas da rede municipal de 2008 a 2010 é apresentada na Tabela 8.17. A maior taxa de aprovação foi levantada em 2010 da 3ª para 4ª série do Ensino Fundamental em escolas da área urbana, com 100% de aprovação. A maior taxa de aprovação em escolas rurais foi levantada em 2009 também da 3ª para 4ª série do Ensino fundamental. A maior taxa de reprovação, por sua vez, foi da 1ª para 2ª série do Ensino Fundamental em escolas em área urbana (33,30%) e da 5ª para 6ª série do Ensino Fundamental em área rural. As maiores taxas de abandono foram em 2008, da 3ª para 4ª série do Ensino Fundamental em área urbana (14,30%) e da 5ª para 6ª série do Ensino fundamental em área rural (15,20%).

Tabela 8.17: Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Goiás

Série/Ano	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1º Série / 2º Ano do EF	2008	55.60	92.50	33.30	2.50	11.10	5.00
	2009	87.60	89.80	12.40	10.20	0.00	0.00
	2010	89.40	86.10	9.90	13.90	0.70	0.00
2º Série / 3º Ano do EF	2008	70.00	88.60	25.00	7.10	5.00	4.30
	2009	76.20	95.00	23.80	5.00	0.00	0.00
	2010	93.60	89.10	6.40	10.90	0.00	0.00
3º Série / 4º Ano do EF	2008	85.70	81.40	0.00	8.50	14.30	10.10
	2009	84.20	96.10	15.80	3.90	0.00	0.00
	2010	100.00	89.50	0.00	10.50	0.00	0.00
4º Série / 5º Ano do EF	2008	91.70	81.70	0.00	11.30	8.30	7.00
	2009	85.00	88.20	15.00	10.30	0.00	1.50
	2010	90.90	87.10	9.10	12.90	0.00	0.00
5º Série / 6º Ano do EF	2008	0.00	76.10	0.00	8.70	0.00	15.20
	2009	0.00	91.70	0.00	8.30	0.00	0.00
	2010	-	78.00	-	22.00	-	0.00
6º Série / 7º Ano do EF	2008	0.00	86.20	0.00	4.60	0.00	9.20
	2009	0.00	80.00	0.00	20.00	0.00	0.00
	2010	-	89.50	-	10.50	-	0.00
7º Série / 8º Ano do EF	2008	0.00	87.20	0.00	12.80	0.00	0.00
	2009	0.00	95.30	0.00	4.70	0.00	0.00
	2010	-	93.80	-	6.20	-	0.00

8º Série / 9º Ano do EF	2008	0.00	84.10	0.00	2.30	0.00	13.60
	2009	0.00	88.90	0.00	11.10	0.00	0.00
	2010	-	92.30	-	7.70	-	0.00
1º Ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
2º Ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
3º Ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MEC/Inep (2011)

9 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA MICRORREGIÃO RIO VERMELHO

Segundo o conceito do Portal da Cidadania do Governo Federal¹⁵, “os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.”

Lançado em 2008 como esforço do Governo Federal para concentrar e integrar ações dos diversos entes federativos no sentido de promover acesso e inserção das populações mais carentes em áreas consideradas de atuação prioritária por parte do poder público nos seus diversos níveis, sua meta é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

O Município de Goiás está inserido no Programa Territórios da Cidadania integrando o Território Vale do Rio Vermelho, composto por 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossamedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru e Uruana. A população total do território é de 156.393 habitantes, dos quais 33.059 vivem na área rural, o que corresponde a 21,14% do total. Possui 7.287 agricultores familiares e 1.080 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,74, ficando um pouco acima do índice brasileiro que é de 0,699 segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Câmpus Cidade de Goiás do IFG poderá integrar ações relacionadas às políticas educacionais realizadas dentro desse território, uma vez que o Ministério da Educação, um dos 11 ministérios que integram o programa, promove uma série de ações em parceria com o Estado e municípios, no sentido de melhorar os indicadores educacionais dos municípios partícipes.

Poderão ser realizadas ações conjuntas de formação: profissional, de professores, de gestores, de empreendedores individuais, da agricultura familiar, no sentido de estabelecer um canal permanente de parcerias e projetos entre órgãos públicos nos diversos níveis que compõem o território da Cidadania.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>
Acesso em: 04 nov. 2011.

10 ARRANJOS PRODUTIVOS, CULTURAIS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E NA REGIÃO LIMÍTROFE

O desenvolvimento local/regional, capaz de articular sustentabilidade econômica, social e ambiental, inclusão social e democratização política, cultural e informacional, demanda um envolvimento profundo das instituições públicas de educação com o universo local/regional.

As Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica estão chamadas a assumir um papel singular nesse processo, de forma a proporcionar:

- Produção de conhecimento voltado para o local/regional;
- Formação científica, tecnológica e cultural por meio da Educação Profissional e Tecnológica, inserida local e regionalmente;
- Implementação de Políticas, Programas e Projetos de extensão, voltados para a superação das contradições sociais locais/regionais;
- Investigação das vocações locais/regionais, organização e atendimento das suas demandas.

As Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica devem concorrer para organizar as demandas de desenvolvimento local/regional por meio de Arranjos Produtivos Locais (APL), Arranjos Sociais Locais (ASL) e Arranjos Culturais Locais (ACL). A atuação do IFG, em especial por meio do Câmpus Cidade de Goiás, deve incorporar, numa visão estratégica, a implementação dos Arranjos Locais incorporados aos processos e prioridades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) podem ser definidos como “aglomerados de micro, pequenas e médias empresas que atuam em uma atividade produtiva específica, localizadas num mesmo território, promovendo trabalho e geração de renda na comunidade, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno de atividades produtivas, em arranjos com outros atores locais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa” (AMORETTI, 2006, p. 4). À ação política da sua criação formal se segue a elaboração de políticas, de planejamento e de estratégias para a sua materialização, quando se lança mão de dados do IBGE, pesquisas de emprego formal e não formal, dados das atividades econômicas, identificação do número e das formas das organizações sociopolíticas dos atores socioeconômicos envolvidos, entre outros.

Arranjos Sociais Locais (ASL) podem ser definidos como “Rede de grupos sociais e atividades características de um território que, integrados aos índices sociais da região, revelam sobre o contexto, o ambiente, as formas de organização e associação, a carência e o desenvolvimento, o nível de inclusão ou exclusão social, a formação social, rural ou urbana, industrial ou comercial, enfim a identidade e a realidade social da região”. (AMORETTI, 2006, p. 6-7). Os ASL’s podem ser “ASL Positivos”, quando de fomento de atividades, ou “ASL Negativos”, quando de indução para a reversão de uma realidade social de carência. À ação política da sua criação formal se segue a elaboração de políticas, de planejamento e de estratégias para a sua materialização, quando se lança mão de dados de IDH, educacionais, saúde e saneamento básico, número e natureza das organizações não governamentais e dos movimentos sociais, entre outros.

Arranjos Culturais Locais (ACL) podem ser definidos como “aglomerados de unidades de patrimônio histórico material e de patrimônio histórico imaterial, localizadas num mesmo território, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno da identidade cultural de um povo, no sentido religioso, místico e artístico, do patrimônio e da memória cultural, promovendo a articulação de atores locais, tais como comunidade, grupos, associações, instituições religiosas, educacionais, musicais, artesanais e outras” (AMORETTI, 2006, p. 6). À ação política de sua criação formal se segue a elaboração de políticas, de planejamento e de estratégias para a sua materialização, quando é se lançado mão de registros de bens culturais de natureza material e imaterial, patrimônio arqueológico, parques e paisagens, festas populares tradicionais, acervo iconográfico, museus e centros culturais, entre outros.

10.1 Os Institutos Federais e os Arranjos Locais – “Projeto Sintonia”

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, por meio do “Projeto Sintonia”¹⁶, buscou promover uma interação profunda entre a oferta de cursos, o desenvolvimento de pesquisa e a promoção da extensão, de um lado, e as demandas sociais, econômicas e culturais da região em que se insere a Instituição que compõe a rede das Instituições Federais de Educação Tecnológica, de outro. A perspectiva era alcançar a implementação de desenvolvimento local/regional sustentável econômica e ambientalmente,

¹⁶ Uma cópia do chamado “Projeto Sintonia” pode ser acessada no núcleo do Observatório do Mundo do Trabalho, localizado na Reitoria do IFG.

inclusivos socialmente e democratizados em termos políticos, culturais e informacionais. O “Projeto Sintonia” foi concebido com base em uma metodologia participativa e integrado aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

As direções e os segmentos internos dos Institutos Federais criados, bem como dos Câmpus a serem criados na II Fase de Expansão da Rede, a exemplo do Câmpus Cidade de Goiás, devem se engajar nesse processo. Portanto, há de se compreender a dimensão política e o sentido estratégico desse processo, que deve orientar desde o processo de seleção dos professores e dos técnico-administrativos da Instituição às modalidades e cursos de Educação Profissional e Tecnológica a serem oferecidos, até o caráter e natureza dos núcleos de Pesquisa às relações políticas da Instituição para com a sociedade, e assim por diante.

Tendo o “Projeto Sintonia” como referência, recomendamos ao Câmpus Cidade de Goiás alcançar pelo menos três objetivos, a saber:

- a) Identificar as demandas produtivas, sociais e culturais locais/regionais para realizar a oferta das modalidades de ensino e de cursos, bem como o desenho dos projetos curriculares dos mesmos. Para tanto, deve instituir uma Coordenação Institucional de Estudo/Pesquisa ou criar o Núcleo de Base do Observatório para identificar as demandas produtivas, sociais e culturais, de um lado, e um fórum participado por gestores públicos, empresários e representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, de outro.
- b) Incorporar na Coordenação Institucional de Estudo/Pesquisa ou no Núcleo de Base do Observatório, metodologias geradas pelo Observatório Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que possibilitem a sintonia permanente entre a oferta das modalidades e dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica e as demandas produtivas, sociais e culturais locais/regionais.
- c) Criar uma publicação, de caráter periódico e permanente, que se constitua em espaço de apresentação dos resultados dos estudos/pesquisas conduzidos, de debate e de convergência entre as demandas produtivas, sociais e culturais da sociedade local/regional e as modalidades de Educação Profissional e Tecnológica e de cursos oferecidos, as pesquisas realizadas e os projetos de extensão desenvolvidos.

Dentre as metodologias de prospecção que permitem a sintonia permanente entre a oferta das modalidades de Educação Profissional e de curso e as demandas locais/regionais, destacam-se:

- a) Prospecção de Mercado e de Trabalho, que se desdobra em: 1. Prospecção Tecnológica, que procura conceber “percepções coletivas sobre estimativas de probabilidade de difusão de novas tecnologias de produto, processo e organização da produção”; 2. Prospecção Organizacional, que “foca os impactos ocupacionais prováveis no futuro próximo (de cinco a dez anos), tendo em vista as profundas mudanças que estão ocorrendo nas formas de organizar o trabalho”; 3. Análise de Ocupações Emergentes, que aborda as “mudanças ocupacionais nos setores elencados para a prospecção, a partir de dados de outros países”;
- b) Prospecção social e cultural, que se desdobra em: 1. Prospecção Social, que procura identificar as necessidades da população, tendo em vista proporcionar referências para o desenvolvimento de projetos de extensão, de educação inclusiva, etc.; 2. Prospecção Cultural, que procura identificar as manifestações culturais das camadas populares, expressas em formas musicais, festivas, artesanais, etc., tendo em vista contribuir com a sistematização e divulgação das referidas manifestações;

Portanto, o Câmpus Cidade de Goiás deve promover uma sintonia entre a oferta de cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de extensão, observando ao mesmo tempo a vocação regional e a perspectiva do desenvolvimento sustentável e inclusivo socialmente.

O “Projeto Sintonia” indicava a implementação de Arranjos Locais no período 2008-2010. Tendo em vista que o projeto não teve a continuidade prevista, far-se-á uso dos levantamentos realizados pelo MDIC e pelo IPEA¹⁷.

10.2 Levantamento de Arranjos Produtivos Locais - MDIC

Em 2005 o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC realizou um levantamento dos Arranjos Locais existentes no Brasil. A pesquisa levou em consideração a ligação com as seguintes instituições: Basa, BNB, Banco do Brasil, BNDES,

¹⁷ Disponíveis em: <www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/livro.asp> Acesso em: 26 abr. 2011.

MCT, Caixa, Finep, Sebrae, Ipea e o próprio MDIC. O levantamento identificou 958 APLs no Brasil, distribuídos por Grande Setores conforme demonstra a Tabela 10.1 abaixo.

Tabela 10.1: Número de APLs por Setor Produtivo no Brasil – MDIC

Grandes Setores Produtivos	Nº de APLs	%
Grande Setor Primário	567	59
Grande Setor Secundário	344	36
Grande Setor Terciário	47	5
Total	958	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados contidos em Costa (2010)

Quanto ao Centro-Oeste o levantamento identificou a existência de 51 APLs, sendo que a maioria (27 APL, ou seja, 53%) se concentrava no Grande Setor Secundário. O Grande Setor Primário somou 14 APLs (27%) e o Grande Setor Terciário somou 10 (20% do total).

Destes 51 Arranjos identificados no Centro-Oeste o Estado de Goiás responde por 14, sendo 2 no Grande Setor Primário, 11 no Grande Setor Secundário e 1 no Grande Setor Primário. O MDIC caracteriza ainda a Intensidade Tecnológica dos Arranjos Produtivos do Setor Secundário. A Ilustração 10.1 abaixo, apresentará a listagem de APLs em Goiás, por Cidade Polo, Área de Abrangência e Setor Produtivo.

Ilustração 10.1: APLs em Goiás, por Cidade Polo, Área de Abrangência e Setor Produtivo - MDIC

Nome do APL	Cidade Polo	Área de Abrangência	Setor Produtivo
Cerâmica Não Refratária	Anápolis	Abadiânia Anápolis	Setor Secundário (Média Baixa tecnologia)
Farmacologia/ Produtos Fitoterápicos	Anápolis	Anápolis Aparecida de Goiânia Goiânia	Setor Secundário (Alta intensidade Tecnológica)
Turismo	Caldas Novas	Caldas Novas	Setor Terciário
Gemas e Jóias	Campos Verdes	Campos Verdes	Setor Secundário (Média-Baixa tecnologia)
Artesanato Mineral	Cristalina	Cristalina	Setor Secundário (Baixo conteúdo Tecnológico)
Confecções	Goiânia	Aparecida de Goiânia Goiânia	Setor Secundário (Baixo conteúdo Tecnológico)

		Trindade	
Couro e Calçados	Goiânia	Goianira Goiânia	Setor Secundário (Baixo conteúdo tecnológico)
Madeira e Móveis	Goiânia	Goiânia	Setor Secundário (Baixo conteúdo tecnológico)
Transformados Plásticos	Goiânia	Goiânia	Setor Secundário (Média-Baixa tecnologia)
Tecnologia da Informação	Goiânia	Aparecida de Goiânia Goiânia	Setor Secundário (Alta intensidade tecnológica)
Confecções	Jaraguá	Goianésia Itaguaru Jaraguá São Francisco de Goiás Uruana	Setor Secundário (Baixo conteúdo tecnológico)
Extração Mineral/Quartzito	Pirenópolis	Corumbá de Goiás Pirenópolis	Setor Secundário (Média-Baixa tecnologia)
Grãos, Aves e Suínos	Rio Verde	Chapadão do Céu Jataí Montividiu Rio Verde	Setor Primário
Produtos Lácteos	São Luis de Montes Belos	São Luis de Montes Belos	Setor Primário

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados contidos em Costa (2010)

10.3 Levantamento de Arranjos Produtivos Locais - IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por sua vez, identificou, em seu levantamento, a existência de 762 APLs no Brasil, sendo que considerou apenas as aglomerações do Grande Setor Secundário.¹⁸ Esse levantamento corrobora o posicionamento do MDIC de que os aglomerados brasileiros concentram-se fundamentalmente nos setores de baixo conteúdo tecnológico e de média-baixa tecnologia.

¹⁸ Para aprofundamento na metodologia utilizada pelo IPEA ver: BOX III e o item referente a identificação de aglomerações produtivas no Capítulo VI do Livro Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, de Eduardo José Monteiro da Costa, disponível em: <www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/livro.asp>

Tabela 10.2: Número de APLs por intensidade tecnológica no Brasil – Levantamento do Ipea.

Setores Produtivos	Nº de APLs	%
Grande Setor Secundário	762	100
Baixo conteúdo tecnológico	339	44,5
Média-Baixa tecnologia	230	30,2
Média-Alta tecnologia	113	14,8
Alta intensidade tecnológica	80	10,5
Total	762	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados contidos em Costa (2010)

No Estado de Goiás, o IPEA identificou 30 Arranjos, sendo 14 de Baixo Conteúdo tecnológico, 11 de Média-Baixa tecnologia, 2 de Média-Alta tecnologia e 3 de Alta intensidade tecnológica, conforme apresenta a Ilustração abaixo.

Ilustração 10.2: APLs em Goiás, por Cidade Polo e Setor Produtivo - IPEA

Nome do APL	Cidade Polo	Setor Produtivo
Artefatos de Couro	Anicuns	Baixo conteúdo tecnológico
Artefatos de Couro e Calçados	Goiânia	Baixo conteúdo tecnológico
Artefatos de Plástico	Anápolis	Média-Baixa tecnologia
Artefatos de Plástico	Goiânia	Média-Baixa tecnologia
Artigos de Perfumaria e Cosméticos	Goiânia	Média-Alta tecnologia
Atividades de TIC	Goiânia	Alta intensidade tecnológica
Beneficiamento de Algodão	Goiás	Baixo conteúdo tecnológico
Beneficiamento, Fiação e Confecções	Vale do Rio dos Bois	Baixo conteúdo tecnológico
Brinquedos	Anápolis	Baixo conteúdo tecnológico
Cabines e Carrocerias pra Caminhões	Anápolis	Média-Alta tecnologia
Colchões	Goiânia	Baixo conteúdo tecnológico
Equipamentos Médico-Hospitalares	Goiânia	Alta intensidade tecnológica
Escovas, Pinceis e Vassouras	Anápolis	Baixo conteúdo tecnológico
Madeira e Móveis	Brasília	Baixo conteúdo tecnológico
Madeira e Móveis	Goiânia	Baixo conteúdo tecnológico
Madeira e Móveis	Ceres	Baixo conteúdo tecnológico

Pedras Preciosas	Goiânia	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Pires do Rio	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Anápolis	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Anicuns	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Catalão	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Rio Vermelho	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Vale do Rio dos Bois	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Vão do Paranã	Média-Baixa tecnologia
Produtos Cerâmicos	Porangatu	Média-Baixa tecnologia
Software	Goiânia	Alta intensidade tecnológica
Tecidos e Artefatos Têxteis	Ceres	Baixo conteúdo tecnológico
Tecidos e Confecções	Meia Ponte	Baixo conteúdo tecnológico
Tecidos e Confecções	Anápolis	Baixo conteúdo tecnológico
Tecidos e Confecções	Goiânia	Baixo conteúdo tecnológico

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados contidos em Costa (2010)

Esses Arranjos Produtivos Locais, tanto levantados pelo MDIC quanto pelo IPEA, deverão receber uma atenção e empenho de todas as instituições públicas que puderem assumir responsabilidades com seu fortalecimento. O IFG, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão por ele desenvolvidos, deve buscar se integrar nesse empenho institucional.

10.4 Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais/Regionais

Para o levantamento dos Arranjos Produtivos Locais potenciais foi levado em consideração, além dos levantamentos do MDIC e do IPEA, o Mapeamento das Aglomerações Produtivas Especializadas de Goiás (Identificação e Caracterização de APLs Potenciais do Estado) do SEBRAE (2004), de autoria de Sérgio Duarte de Castro. Neste trabalho, para o Município de Goiás e Região Limítrofe, são identificados como Arranjos Produtivos Locais potenciais o APL de Processamento de Aves do Município de Itaberaí e o APL de Turismo do Município de Goiás.

Importante ressaltar que, segundo o Relatório 01: Arranjos Produtivos Locais (APL) em Goiás: Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios de Seleção para Políticas de Apoio¹⁹, “das 33 aglomerações produtivas especializadas identificadas pelo levantamento do

¹⁹ Que integra o projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste

Sebrae, em 2004, 16 não são, e nunca foram, objeto de políticas públicas com base na abordagem de APLs” (BNDES, 2009, p. 24), dentre elas o APL de Aves do Município de Itaberaí.

10.4.1 Arranjos Produtivos Locais (APL)

Os levantamentos de APLs, realizados pelo MDIC e IPEA, não identificam APLs estabelecidos no Município de Goiás e na Microrregião Rio Vermelho. No entanto, as pesquisas realizadas pelo Observatório na região em estudo apontam para um possível estabelecimento de APLs nas áreas de Turismo e Hospitalidade; de Derivados da Cana-de-açúcar e doces; Processamento de Aves; de Facção; e Produtos Cerâmicos.

10.4.1.1 APL Potencial na área de Turismo e Hospitalidade

As atividades do setor de Turismo e Hospitalidade ocupam local de destaque na economia do Município de Goiás, principalmente aquelas ligadas à alimentação e hospedagem. Entretanto, é possível notar que tais atividades não tem apresentado desenvolvimento compatível com sua importância. Ou seja, os estabelecimentos de alimentação e hospedagem possuem grande representatividade numérica, sobretudo em Goiás, porém, em sua maioria, são equipamentos pequenos, de administração familiar e sem profissionais qualificados. Também é possível inferir que existe um índice de informalidade considerável, visto que os dados do MTE/RAIS apontam que no ano de 2010 havia 94 pessoas formalmente contratadas em ‘Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas’ e 76 em ‘Hotéis e similares’, números que, empiricamente, não refletem a realidade do município.

Em pesquisa de demanda turística realizada pelo Núcleo de Pesquisa da Agetur²⁰, no ano de 2002, ficou constatado que durante os grandes eventos de Goiás (Semana Santa, Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – FICA e Festival de Artes) os turistas se hospedam em hotéis ou pousadas. Em contrapartida, em outros meses pesquisados, a saber, maio e julho, a maioria dos turistas não se hospedavam no município. Essa característica

e Centro-Oeste do Brasil, encomendado pelo BNDES à Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - FEPESE, do Centro Socioeconômico - CSE da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_GO.pdf> Acesso em: 16 nov. 2011.

²⁰ Disponível em: <<http://www.pirenopolis.tur.br/arquivo/Ouro.pdf>> Acesso em: 21 out. 2011.

sazonal do turismo tem levado gestores públicos, empresários e moradores a subestimar o potencial turístico do município, direcionando os esforços para outras atividades econômicas, à exemplo da atividade agropecuária.

Assim, a implementação do potencial APL em Turismo e Hospitalidade no Município de Goiás deve objetivar a qualificação profissional dos trabalhadores, bem como o incremento das atividades de *Marketing* do Município, tal como orientação no Plano Nacional de Turismo e Plano Estadual de Turismo. O IFG, por meio do Câmpus Cidade de Goiás, também poderá atuar na análise de dados e desenvolvimento de cenários de mercado e investimentos públicos, também conforme ações estabelecidas no Plano Estadual de Turismo²¹ (GOIÁS TURISMO, pág. 39) e também no Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Goiás (SEBRAE, 2011).

10.4.1.2 APL Potencial na área de Derivados da Cana-de-açúcar e Doces junto a Assentamentos Rurais

Quando da pesquisa de campo em assentamentos rurais do Município de Goiás ficou constatada a vocação para a produção de derivados da cana-de-açúcar, tais como a cachaça e doces variados.

O Município de Goiás é o município com maior concentração de assentamentos rurais do país, com 22 assentamentos, com aproximadamente 1.500 famílias ou cinco mil pessoas. Estima-se que os assentamentos presentes no Estado de Goiás abrigam cerca de 14 mil famílias assentadas²². A estimativa do número de famílias assentadas no Município de Goiás corresponde a 10,7% das famílias assentadas no Estado de Goiás, o que faz desse município um dos maiores acolhedores de famílias assentadas. Esse quantitativo demonstra a necessidade e importância da atuação do IFG por meio do Câmpus Cidade de Goiás junto aos assentamentos rurais. Por outro lado, também foi possível constatar que os assentamentos rurais do Município de Goiás não tem desenvolvido uma integração satisfatória que favorecesse a viabilidade do APL em Derivados da Cana-de-açúcar. Objetivamente, os obstáculos a serem superados para a implementação do APL são:

- Educação – baixa escolaridade dos produtores;
- Infraestrutura – estruturas de produção inadequadas;

²¹ Disponível em: <<http://www.4shared.com/document/x2GBLyDa/plano-estadual.html>> Acesso em 26 out. 2011.

²² Disponível em: <<http://incragoias.wordpress.com/tag/cidade-de-goias/>> Acesso em: 28 out. 2011.

- Produção – encontra-se incipiente;
- Comercialização – falta articulação entre os produtores, distribuidores e representantes.

Desta forma, os desafios seriam: capacitar os produtores assentados; adequar as estruturas de produção, possibilitando melhores condições de produção, armazenagem etc.; aumentar a produção, por meio da melhoria das instalações e técnicas utilizadas; e promover a articulação entre produtores, distribuidores e representantes, por exemplo, por meio da promoção de encontros, feiras e eventos de negócios.

A implementação desse APL potencial deve objetivar:

- Elevar a escolaridade dos assentados, por meio de projetos de parceria entre os assentamentos e o IFG Câmpus Cidade de Goiás;
- Consolidar a produção nos assentamentos;
- Elevar a renda do pequeno produtor;
- Promover maior articulação entre os assentamentos.

Sugere-se ao IFG Câmpus Cidade de Goiás que realize pesquisas de campo específicas para a implementação do APL de produção de Derivados da Cana-de-açúcar junto aos assentamentos rurais do Município de Goiás que possuem essa vocação²³, haja vista que alguns tem se destacado na produção de frutas, hortifrutigranjeiros, entre outros. Outrossim, é necessário que se busque orientações e parceria junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que tem atuado nesses assentamentos. Sugere-se também a consulta ao Plano de Desenvolvimento do APL de Derivados da Cana-de-açúcar no Estado da Bahia²⁴. Por fim, é importante ressaltar que a prospecção para esse APL não inviabiliza o estudo de outras áreas, a saber, a produção de mel, doces, frutas, entre outras.

10.4.2 Arranjos Sociais Locais (ASL)

Os estudos do Observatório no Município de Goiás e Região Limítrofe não identificaram a existência de arranjos sociais locais estabelecidos na região. Em contrapartida, os elementos coletados quando da pesquisa de campo apontam na direção do estabelecimento de diversos arranjos sociais locais possíveis na região.

O comportamento demográfico da região demonstra um incremento da população situada na terceira idade. Nos próximos anos a tendência é que esse incremento ocorra a uma

²³ A exemplo do assentamento Dom Tomas Balduino/São José do Ferreirinho.

²⁴ Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146507.pdf> Acesso em: 28 out. 2011.

taxa superior às médias estadual e nacional. O Câmpus Cidade de Goiás deve estabelecer diálogos com o poder público municipal, com vista a sua co-responsabilidade com a implementação de projetos de proteção, orientação e acompanhamento de famílias, com atenção particular a idosos. A instituição deve estudar, no contexto da sua consolidação e do estabelecimento de um arranjo social local voltado para a saúde, a oferta em caráter extraordinário do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

O Município de Goiás e a Região Limítrofe apresentam um grande potencial nas atividades de artesanato e na agropecuária familiar. Todavia, esse potencial não tem se confirmado em termos práticos. Para tanto, tem concorrido processos como o caráter sazonal da atividade turística, a carência de políticas públicas e a ausência de quadros técnicos voltados para a estruturação das atividades acima referidas.

O Câmpus Cidade de Goiás deve atuar no sentido de criar as condições para o estabelecimento de um ASL voltado para proporcionar condições políticas, infraestruturais e técnico-científicas que venham a fortalecer as atividades artesanais e agropecuárias familiares. O Câmpus Cidade de Goiás pode proporcionar, no âmbito da implementação de um ASL com estas características a oferta em caráter extraordinário do Curso Técnico em Cooperativismo, tendo em vista a formação técnico-profissional de trabalhadores que possuam competências, habilidades e domínios acerca da implantação, orientação e assessoria de cooperativas e de outras organizações comunitárias.

O desenvolvimento de ASL voltado para o fortalecimento das atividades de artesanato e de agropecuária familiar também demanda a estruturação da atividade produtiva direta. Os estudos destacaram as atividades de produção de bebidas e alimentos, com foco para a produção e o beneficiamento de derivados de cana-de-açúcar, de frutas e de pequenos animais. Compreende-se que deve-se estudar a viabilidade da oferta de um curso para o qual venha convergir competências, habilidade e domínios próprios dos Cursos Técnico em Cozinha e Técnico em Alimentos, oferecido extraordinariamente, bem como cursos FIC que se encontram nos Arcos Ocupacionais de Agro-Extrativismo e de Alimentação.

Recomenda-se que o Câmpus Cidade de Goiás do IFG realize diálogos com o Poder Público municipal e estadual e com organizações da sociedade civil, bem como conduza estudos específicos para que se identifique outras demandas sociais que justifiquem a concepção de arranjos sociais locais. Recomenda-se, ainda, a condução de projetos de pesquisa e extensão articulados aos ASL's.

10.4.3 Arranjos Culturais Locais (ACL)

No Município de Goiás e na Região Limítrofe ocorre uma significativa presença de eventos, tais como o Festival de Artes, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – FICA, bem como diversas festas religiosas, principalmente as da Semana Santa. Estes eventos promovem forte movimento turístico no município.

Esta riqueza cultural do município nos campos do teatro, da música, das expressões culturais regionais, entre outros, possibilita a constituição de Arranjos Culturais Locais (ACLs). A viabilidade desses arranjos demanda uma articulação que envolva o poder público (federal, estadual e municipal) e as organizações da sociedade civil.

Salienta-se que a atuação do Câmpus Cidade de Goiás na implementação desses arranjos não se restringe à oferta de cursos. Ele também pode proporcionar aspectos como infraestrutura, assessoria, pesquisas e projetos de extensão.

No tocante especificamente ao potencial histórico-arquitetônico do Município de Goiás, o Câmpus Cidade de Goiás pode compartilhar responsabilidades com a formação de profissionais voltados para a atividade de conservação e restauro de patrimônio. O Centro de Educação Profissional de Goiás (CEPCG), por meio da oferta do Curso Técnico em Conservação e Restauro, já atua na formação de profissionais voltados para esta atividade. O Câmpus Cidade de Goiás deve estabelecer relações interinstitucionais no sentido de assegurar a continuidade e o fortalecimento de oferta deste curso pelo CEPCG, com vista na elevação da qualidade do mesmo.

O Curso Técnico em Conservação e Restauro que atualmente é ofertado pelo CEPCG deve se estabelecer como um arranjo cultural local que envolva o Câmpus Cidade de Goiás, o Governo do Estado de Goiás, o Município de Goiás e outros municípios que também possuem potencial histórico-arquitetônico, bem como organizações da sociedade civil (associações culturais, etc.). Nesta perspectiva, o CEPCG, com a participação do IFG, pode se constituir em um centro de amplitude estadual no que tange à condução de cursos voltados para patrimônio e restauro.

O Câmpus Cidade de Goiás deve estabelecer diálogos com movimentos sociais e organizações governamentais e não governamentais envolvidas com a cultura, tendo em vista participar ou co-protagonizar a criação de arranjos culturais locais e eventos voltados para o fortalecimento de manifestações culturais e artísticas presentes no município e na Região Limítrofe.

11 APONTAMENTOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO A GESTORES, ASSENTADOS, MEMBROS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EMPRESÁRIOS E ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOIÁS

As entrevistas conduzidas junto a gestores, empresários, membros de organizações da sociedade civil e assentados, bem como os questionários aplicados junto a alunos de colégios públicos estaduais Município de Goiás redundaram em uma grande quantidade e variedade de indicações de Cursos Técnicos, Tecnológicos, Bacharelados e Licenciaturas. Tal fato era previsto, posto que cada aluno poderia indicar nos questionários até três cursos técnicos e até três cursos tecnológicos que faria. Os entrevistados também poderiam indicar diversos cursos que julgassem necessários ao município²⁵. Essas indicações serão apresentadas separadamente, visto que as entrevistas foram conduzidas de forma aberta, enquanto os questionários aplicados foram compostos majoritariamente por questões fechadas.

11.1 Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Gestores, a Membros de Organizações da Sociedade Civil, a Empresários e a Assentados do Município de Goiás

11.1.1 Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Gestores do Município de Goiás

Foram realizadas seis entrevistas junto aos gestores com posterior aplicação de questionário (APÊNDICE 2). As entrevistas foram realizadas com os representantes das Secretarias Municipais: de Administração e Finanças; de Obras; Meio Ambiente; de Educação; com representantes da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Goiás²⁶.

²⁵ Somente um dos representante da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Goiás (que respondeu o questionário destinado a Sociedade Civil) assinalou o número de cursos previsto, totalizando seis. São eles, os cursos técnicos: em Meio Ambiente, em Guia de Turismo e em Agroecologia; e os cursos tecnológicos em Agroecologia, em Gestão de Turismo e em Gestão Ambiental. O representante da Secretaria de Obras totalizou 10 indicações, porém indicou somente três cursos tecnológicos: em Laticínios, em Gestão Pública e em Agrimensura. Os demais gestores indicaram um número excessivo de cursos, sendo que um dos representante da UEG (que responderam o questionário destinado a Gestores) totalizou 46 indicações, o representante da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Goiás totalizou 147 indicações, o representante da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Goiás totalizou 82 indicações e o representante da Secretaria de Educação do Município de Goiás totalizou 141 indicações.

²⁶ Foram aplicados três questionários a representantes da UEG, um respondido pelo Coordenador do Curso de Geografia e um respondido pelo Coordenador de Extensão. As repostas foram sintetizadas e são apresentadas em conjunto. O outro questionário foi respondido como integrante da Sociedade Civil Organizada e as repostas são analisadas no tópico 11.1.2.

Na pergunta sobre a caracterização geral do Município as respostas se complementaram. Com 284 anos, Goiás já viveu momentos de glória e declínio. De acordo com as respostas da totalidade dos gestores do Município, ele se caracteriza, especialmente, pelo peso histórico da sua formação de característica rural e turística. Acentuaram que o município, tem um percentual da população vivendo no campo superior aos índices apresentados para o Brasil como um todo, são 24,62% da população morando no campo, enquanto a média nacional é de 16,01%. Essa realidade decorreu da existência de 22 projetos de assentamentos e 3 acampamentos de reforma agrária. Atualmente, suas atividades econômicas principais são o comércio, a gastronomia, o serviço público, a agropecuária (com destaque para a agricultura familiar) e o turismo²⁷ (que se destaca por seus patrimônios históricos e naturais).

Os principais problemas enfrentados pelo município, apontados pelos gestores, estão relacionados a questão do desenvolvimento econômico da região. Nos últimos vinte anos ocorreu diminuição da população, diagnosticado como decorrente da reduzida oferta de emprego e, conseqüentemente, baixa renda *per capita*. Também foi diagnosticado que a carência de qualificação de mão de obra contribuiu para a manutenção desse quadro. A grande quantidade de assentamentos rurais e a dispersão da população do município concorreu para outro problema: a falta de uma infraestrutura social eficiente para o atendimento da população nas áreas da saúde, educação, moradia e saneamento básico. No caso da população rural, a falta de estruturação de apoio técnico ligada ao fomento da produção e comercialização apresenta-se como entrave para o seu desenvolvimento.

Sobre a economia do Município, os gestores apontaram que a agricultura é marcadamente de subsistência, com mão de obra familiar (Agricultura Familiar). A pecuária se divide em dois segmentos: o gado de corte, majoritariamente de propriedade de grandes proprietários de terra, e a produção de leite, cuja maioria são pequenos proprietários rurais e assentados.

Os representantes da UEG indicaram que o setor de serviços tem apresentado crescimento relativo desde o início do processo de consolidação do turismo. Também foi apontada a Agricultura como setor que alavancou a economia de Goiás, visto que essa atividade participou de forma considerável do atendimento da demanda local e regional.

Para o Secretário de Obras, a cadeia produtiva da Construção Civil apresentou maior

²⁷ O termo “turismo” utilizado nos apontamentos das entrevistas deve ser compreendido como as atividades que compreendem os serviços de turismo e hospitalidade.

crescimento, quando se leva em conta o crescimento do setor em âmbito nacional.

Os entrevistados das áreas de Educação e de Administração e Finanças do município apontam a Agropecuária como setor de atividade econômica em crescimento, mesmo com poucos incentivos voltados para fomentar a melhora da qualidade dos produtos e a geração de mais empregos.

O representante da Secretaria de Meio Ambiente destacou que somente a pecuária, com a introdução de raças apuradas, tanto de corte quanto de leite, apresentou crescimento mais intenso.

Quando questionados sobre quais setores mais empregam e quais possuem maior carência de profissionais, alguns gestores apontaram os mesmos setores como os que mais empregam e os que possuem maior carência de profissionais.

Seguindo a divisão dos grandes setores de atividade econômica adotada pelo MTE/RAIS, os gestores da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Goiás indicaram o setor de Serviços como aquele que mais emprega no município.

Para o representante da Secretaria de Educação do Município de Goiás foram os setores de Serviços, Comércio e Agropecuária, para o entrevistado da Secretaria de Obras foram os setores de Construção Civil e Serviços, para o representante da Secretaria de Meio Ambiente foram os setores de Comércio e Indústria e para os representantes da UEG – Unidade Goiás, os setores de Serviços e Agropecuária.

Ilustração 11.1: Setores que mais empregam segundo os gestores

Gestores	Indicações
Sec. de Educação do Município de Goiás	Agropecuária, Comércio Local e Serviço Público
Sec. de Administração e Finanças	Serviço Público
Sec. de Obras	Construção Civil e Turismo
Sec. de Meio Ambiente	Comércio e Indústria
UEG – Unidade Goiás	Agricultura Familiar e Turismo

Em relação aos setores de atividade econômica que apresentaram falta de profissionais qualificados, seguindo a divisão adotada pelo MTE/RAIS, para os representantes da UEG eram os setores de Serviços e de Agropecuária. Para o entrevistado da Secretaria de Obras eram os setores de Serviços e de Construção Civil. Para o representante da Secretaria de Meio

Ambiente eram os setores da Construção Civil e de Agropecuária. O representante da Secretaria de Educação do Município de Goiás indicou os setores de Serviços, Construção Civil, Indústria e Agropecuária. O representante da Secretaria de Administração e Finanças não indicou nenhum setor.

Ilustração 11.2: Setores que possuem maior carência de profissionais segundo os gestores

Gestores	Indicações
Sec. de Educação do Município de Goiás	Serviço Público e Privado, Turismo e Indústria
Sec. de Administração e Finanças	-
Sec. de Obras	Construção Civil e Turismo
Sec. de Meio Ambiente	Agrícola e Construção Civil
UEG – Unidade Goiás	Turismo

As principais necessidades econômicas do Município, apontadas pelos entrevistados, foram a falta de emprego, de incentivos para a agricultura familiar e de política para o turismo, além da carência de mão de obra qualificada nas áreas de construção civil, agropecuária, turismo e meio ambiente. Ainda de acordo com a resposta dos gestores, o Câmpus Cidade de Goiás do IFG poderá contribuir ofertando cursos que venham a suprir essas necessidades, capacitando a população, preparando-a para o mercado de trabalho.

Questionados quanto a existência de Arranjos Produtivos Locais (APLs) estruturados ou potenciais no Município, a maioria das respostas foi afirmativa. Indicam APLs potenciais no turismo, nos assentamentos e cooperativas no setor rural, no setor de extração vegetal (de pequeno porte). Em contrapartida, os representantes da UEG – Unidade Goiás, responderam que não há efetivamente APLs, apenas estruturas incipientes no campo do turismo.

Na região, a existência de cadeias produtivas internacionalizadas é confirmada pelos entrevistados da UEG, apontando a agropecuária de corte, a produção avícola (empresa Super Frango situada no município de Itaberaí) e a produção de álcool (empresa Centro Álcool situada no município de Inhumas). Dentre os demais entrevistados, três negaram a existência de tal cadeia e um não respondeu.

No Município há granjas que produzem para o frigorífico da empresa Super Frango, um frigorífico municipal que se encontra desativado, uma fábrica de extração de polpa de frutas, facções de costura, indústrias do setor mineral (água e calcário), pequenas indústrias voltadas para o agronegócio e indústria artesanal manufatureira familiar.

Com relação as potencialidades turísticas foram unânimes ao afirmarem que o Município oferece tais possibilidades. Entretanto, para a efetivação das potencialidades falta planejamento e investimento no setor.

Quanto aos recursos minerais as respostas foram contraditórias. Segundo alguns gestores, existe minas de talco, calcário e água. Em decorrência, há a atuação de duas mineradoras, que exploram as minas de calcário, além de extratoras de areia e de água mineral. Em sua história, seus veios auríferos já foram bastante explorados. Entretanto, o representante da Secretaria de Administração e Finanças afirmou que não há mais exploração de minerais na região.

Dentre as questões referentes a Arranjos Produtivos e/ou Sociais Locais estruturados ou potenciais, contidas nos questionários, não houve respostas por parte dos representantes da Secretaria de Obras e da Secretaria de Meio Ambiente. Os entrevistados da UEG afirmaram desconhecer a existência de APLs e/ou ASLs no município. Contudo, as Secretarias de Educação e de Administração e Finanças do Município de Goiás, apontaram a Associação dos Artesãos, a Casa da Agricultura Familiar e a Feira dos Pequenos Produtores como APLs, ACLs e/ou ASLs.

Sobre a população, todos os entrevistados concordam que o município tem sofrido um decréscimo populacional nos últimos vinte anos, como apontado anteriormente, e a causa principal para tal fenômeno é a falta de oferta de emprego no Município de Goiás, posto que, em consequência, muitas pessoas passam a buscar oportunidades de empregos em outras regiões, sobretudo as mais jovens. De acordo com as respostas, o município deveria melhorar a educação e trazer novos cursos para o município. As respostas também apontaram frustração da população jovem quanto aos anseios nas áreas de saúde, segurança e sustentabilidade.

Em relação à expectativa de vida da população não foram citados dados, apenas apontaram que é alta. Sabe-se que no município houve crescimento da população idosa, pela migração da população jovem em busca de melhores oportunidades de vida e pelo aumento da expectativa de vida dessa população. Não foi identificado pelos entrevistados qualquer tipo de política pública dirigida à população idosa. Há ações básicas de saúde, contudo faltam moradias, geriatrias e preparo de pessoal para o atendimento dessa população.

Todos os entrevistados afirmaram existir evasão da população jovem e que ela ocorre, como citado acima, da busca de oportunidades de empregos e de educação de qualidade. Diversos entrevistados assinalaram a incompatibilidade entre as vagas ofertadas e a formação escolar/profissional como causa de evasão. Entre os jovens da área rural, muitos buscam

outros centros urbanos para estudar e conseguir emprego, pois não há atrativos e nem formação que os prenda ao campo. Em contrapartida, todos concordam que não há políticas que impeçam a evasão de jovens, pelo menos não concretamente ou especificamente. O SEBRAE oferta cursos de formação rápida, porém não há nenhuma política pública no município especificamente voltada para esse segmento da população.

A respeito da educação, as modalidades de ensino oferecidas no Município são a Educação Básica (ensino infantil – creches, fundamental e médio) e Educação Superior, sendo que esta última ocorre sob a forma de diversos cursos presenciais e à distância. Os cursos à distância são oferecidos através de convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Há instituições de ensino no Município que oferecem cursos técnicos e superiores, são elas: a Universidade Estadual de Goiás (UEG) que oferece um curso tecnológico e quatro cursos superiores; a Universidade Federal de Goiás (UFG) que oferece três cursos superiores e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em convênio com a Universidade de Brasília (UNB), que oferece dois cursos superiores, e o Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás – CEPCG, que oferece dois cursos técnicos e 29 cursos de formação inicial e continuada – FIC, sem elevação de escolaridade. Apesar de ter um número considerável de cursos no Município, o entrevistado da Secretaria de Meio Ambiente apontou que não atendem a demanda. Os demais entrevistados não opinaram.

Majoritariamente, os entrevistados apontaram problemas quanto a qualidade do ensino. Entretanto, os representantes da UEG não crêem em uma precariedade do ensino e sim em deficiências. Em comum, apontaram a falta de investimento dos poderes públicos em todos os níveis da educação (ensino fundamental, médio e superior) acarretando na falta de infraestrutura, de pessoal, entre outros. Apenas o representante da Secretaria de Obras não respondeu o questionamento.

No que diz respeito à existência de projetos de pesquisa e extensão voltados para a população da região, os entrevistados das Secretarias de Administração e Finanças e de Educação do Município de Goiás e da UEG afirmaram existir projetos desenvolvidos tanto pela UEG quanto pela UFG. Apontaram também que existe um projeto de política de assistência a mulher desenvolvido pela UFG. Os representantes das Secretarias de Obras e de Meio Ambiente não responderam.

Três entrevistados desconhecem a existência de Arranjos Sociais e/ou Culturais Locais (ASLs e/ou ACLs) no âmbito da educação. O representante da UEG desconheceu a existência desses arranjos. Os entrevistados das Secretarias de Educação e Administração e

Finanças do Município de Goiás afirmaram existir ASLs e/ou ACLs, apontando os cursos de formação continuada de professores da UNB/UAB nas áreas de diversidade etnicorracial, diversidade cultural, formação de dirigentes municipais da educação, formação em língua portuguesa, bem como a especialização em psicopedagogia clínica, oferecido pelo Instituto Consciência. Essas indicações não permitiram definir a existência de tais arranjos no Município.

11.1.2 Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Membros da Sociedade Civil do Município de Goiás

No Município de Goiás foram realizadas três entrevistas com membros de organizações da Sociedade Civil, a saber, Universidade Estadual de Goiás, Museu de Arte Sacra e Museu Casa de Cora Coralina /Associação Casa de Cora Coralina.

O representante da Universidade Estadual de Goiás caracterizou o município em estudo como uma cidade histórica e turística com tradições culturais e religiosas, sendo patrimônio da humanidade. Quando questionado sobre as principais necessidades sociais do município, o entrevistado da UEG apontou deficiências na saúde e na educação. Foi apontado ainda que a região possui o maior número de assentamentos rurais do Brasil. Com isso, a região necessita de ações extensionistas na área de Educação do Campo e Agroecologia. Em relação às expectativas com a criação do Câmpus do IFG, o entrevistado acredita que embora o município não tenha demanda significativa de oferta de empregos, os cursos técnicos poderiam qualificar parte da população vilaboense, atendendo talvez, demanda dos municípios vizinhos. Acredita também que as licenciaturas poderiam despertar e promover uma educação para que a população adquira senso crítico e também para que a educação básica seja melhor.

Os cursos técnicos indicados na prospecção foram: Meio Ambiente, Podologia e Orientação Comunitária. Os cursos tecnológicos indicados foram: Agroecologia, Produção Audiovisual e Gestão Pública.

A representante do Museu de Arte Sacra, por sua vez, caracterizou o município como agrícola, apontando como principal necessidade social a formação profissional em geral e também para a agricultura. De acordo com a entrevistada, as linhas de pesquisa e programas de extensão que atenderiam as necessidades sociais urbanas da região seriam: cozinha, sapataria, administração e informática. A representante da instituição acredita ainda que a

implantação do Câmpus IFG “será responsável por uma revolução nesta área de educação” (ensino técnico e tecnológico). Entretanto, a representante do Museu de Arte Sacra não indicou cursos técnicos ou tecnológicos na entrevista, porém, a partir da caracterização do município como agrícola, depreende-se que os cursos técnicos ou tecnológicos devem contemplar tais demandas.

A representante do Museu Casa de Cora Coralina / Associação Casa de Cora Coralina caracterizou o município de forma parecida com a caracterização feita pelo entrevistado da Universidade Estadual de Goiás, destacando aspectos como o turismo, a educação, a cultura e, sobretudo, o fato de ser patrimônio da humanidade. O entrevistado apontou como principal necessidade social do município a geração de emprego e renda, além da qualificação da mão de obra, apontando como linhas de pesquisa para atender as necessidades sociais da região as áreas de Hospitalidade e Lazer, Agronegócio e Meio Ambiente. Os programas de extensão indicados foram Artes Cênicas, Artes Visuais, Canto e Dança. Os cursos técnicos indicados na pesquisa foram: Técnico em Cozinha, Edificações e Artesanato e os cursos tecnológicos foram Conservação e Restauro, Gastronomia e Gestão da Tecnologia da Informação.

11.1.3 Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Empresários do Município de Goiás

Três representantes de empresas situadas no Município de Goiás participaram da pesquisa de prospecção: um diretor de hotel, portanto, com atuação no subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação e dois representantes de supermercados do município, atuando no comércio varejista.

O diretor do hotel, quando questionado sobre a carência de profissionais qualificados, afirmou que, com exceção do turismólogo, formado pelo Universidade Estadual de Goiás, as demais áreas da cadeia turística apresentam carências. Também afirmou haver estudos para viabilizar a pesquisa de capacidade de carga²⁸, quando questionado se haveria projetos de pesquisa e extensão voltados para atender as necessidades das empresas.

Segundo o diretor do hotel, os cursos oferecidos pelas instituições da região não suprem as necessidades das empresas, sendo que os alunos acabam direcionando seus estudos não para as suas áreas de formação, mas para concursos públicos e outras atividades. Conclui-

²⁸ Em turismo, capacidade de carga é, basicamente, o número de visitas, em determinado período (seja dia, estação, ano etc.), que um espaço turístico (prédio, espaço natural etc.) suportaria, visando minimizar os impactos negativos da atividade de visitação.

se que isto seria uma indicação de necessidade de cursos de camareira, garçom, serviços gerais, turismo, gestão hoteleira, focando o setor de hospitalidade e hotelaria, e de cursos voltados para atender a agricultura familiar, para suprir as demandas da região.

Em relação aos APL's potenciais, foi apontado um APL voltado para o setor hoteleiro e um APL voltado para o artesanato. Salientou-se que já existe na região uma Associação de Artesanato, o que facilitaria o estabelecimento do APL neste setor de atividade. De acordo com o diretor do hotel, o Câmpus do IFG poderia contribuir com a internalização de cadeias produtivas e com a criação/consolidação de APL's com vista a despessoalizar movimentos fechados, ou seja, ampliar o alcance de associações municipais, como a do artesanato.

O representante do Supermercado 01²⁹, afirmou que faltam profissionais qualificados na área da saúde. Questionado sobre a existência de projetos de pesquisa e extensão voltados para atender as necessidades das empresas, o mesmo sugeriu que fossem criados estudos acerca das políticas públicas. O entrevistado foi questionado ainda, acerca dos cursos oferecidos por instituições de ensino da região. Embora não tenha discorrido de forma crítica sobre os cursos oferecidos no município, reconheceu que a população que estuda e trabalha nas instituições de educação na região contribui para gerar circulação de renda no município, isto é, o Município de Goiás constitui um polo de educação em consolidação, que é uma das atividades econômico-sociais mais importantes do município.

O entrevistado não respondeu questões relacionadas aos APL's. Os cursos indicados por ele foram nas áreas de elétrica predial, enfermagem, turismo, mineração, pecuária e construção civil.

Outro entrevistado do setor de Comércio Varejista apontou haver carência de profissionais qualificados nas áreas de administração, recursos humanos e engenharia. Afirmou ainda que não há projetos de pesquisa e extensão voltados para atender as necessidades das empresas, sugerindo a criação de estágios e de pesquisas para levantamento de necessidades da região. O entrevistado acredita que os cursos oferecidos pelas instituições de ensino do município não suprem as exigências das empresas, pois há carência de cursos técnicos na região. Os cursos sugeridos pelo representante do Supermercado 02 foram: construção civil, manutenção em rede elétrica, informática, contabilidade, turismo e hotelaria. Quando questionado sobre APL's, o entrevistado afirmou que o setor de artesanato necessita de um projeto de articulação e desenvolvimento, que pode ser um APL.

²⁹ O nome verdadeiro do estabelecimento será preservado. O mesmo para o Supermercado 02.

11.1.4 Apontamentos das Entrevistas Realizadas Junto a Assentados do Município de Goiás

Goiás abriga o maior número de assentamentos rurais por município no país. Foi conduzida pesquisa de campo em dois assentamentos, a saber: Assentamento Rancho Grande e Assentamento Dom Tomás Balduino (também conhecido como São José do Ferreirinha).

O entrevistado do Assentamento Rancho Grande caracterizou o Município de Goiás como portador de um grande patrimônio histórico e cultural, reconhecido como Patrimônio da Humanidade com forte expressão no artesanato, em manifestações musicais e festivas como folia, catira e festas regionais. O município também possui uma grande extensão territorial marcado por serras e cursos d'água.

Em Goiás mais de 80% da população do campo (que totaliza 6.089 habitantes, ou 24,62% da população municipal) são agricultores familiares, que em parte, vivem nos 22 assentamentos de reforma agrária existentes na região. Ainda de acordo com o entrevistado do Assentamento Rancho Grande, os principais problemas enfrentados no município são a falta de emprego e renda e isso tem causado êxodo de parte dessa população para os grandes centros e municípios vizinhos. Além disso, a saúde pública é precária na região. Em relação à economia, a pecuária é extensiva e pouco desenvolvida, e a agricultura é voltada prioritariamente para a subsistência. Portanto, predomina a baixa produtividade nestas atividades.

As principais necessidades do assentamento residem na carência de competência técnico-profissional em cooperação, organização da produção e investimento. A representação do assentamento Rancho Grande, quando questionada sobre APL's estruturados ou potenciais, afirmou que há APL's do mel, artesanato e leite, sem distinguir quais são os APL's potenciais ou estruturados, bem como sem identificar o estágio de estruturação e/ou problemas por eles enfrentados.

Foi apontado também que tem sofrido com decréscimo populacional por falta de uma política para a juventude e para o assentamento como um todo. Todavia, destacaram que existem nesse assentamento políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Território da Cidadania. A população jovem também evadiu por falta de perspectivas econômicas, educacionais, de lazer, entre outras.

Quanto a Arranjos Sociais Locais estruturados ou potenciais, de acordo com o entrevistado do assentamento, destaca-se o cooperativismo, frutos do cerrado, leite, mel etc.

No que diz respeito à educação, apontou existir no município uma instituição de ensino que atende as demandas do assentamento, a saber, a Escola Família Agrícola. O entrevistado destacou que no começo do assentamento, houve um ótimo trabalho de assessoria para os professores do assentamento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Em consequência, tornou-se frequente a presença de universitários realizando pesquisas acadêmicas.

Segundo o entrevistado, a expectativa que o assentamento alimenta com relação à implantação do Câmpus Cidade de Goiás é que esta instituição venha oferecer formação técnica e superior voltada para a agricultura familiar, assessoria e melhorias na área da saúde e da educação do campo. O entrevistado afirma ainda que não existem Arranjos Sociais e/ou Culturais Locais estruturados ou potenciais no âmbito da educação.

Os cursos técnicos indicados pelo representante do assentamento Rancho Grande foram: controle ambiental, reciclagem, vigilância em saúde, técnico em eletroeletrônica, agricultura e zootecnia. os cursos tecnológicos indicados foram: agroindústria, agroecologia, sistemas para internet, biocombustíveis e gestão hospitalar.

O primeiro representante do assentamento Dom Tomás Balduino afirmou que o município precisa de maiores investimentos em saúde, educação, empregos para os jovens. Os principais problemas enfrentados são nas áreas de educação, saúde e transporte escolar.

No que diz respeito à agricultura, o entrevistado do assentamento Dom Tomás Balduino afirmou que faltam cursos, estrutura e acompanhamento técnico. Entretanto, a situação da pecuária é melhor.

As principais necessidades do assentamento, apontadas pelo entrevistado, são agentes de saúde, estradas em bom estado e acompanhamento dos entes públicos (sobretudo federais). A situação poderia melhorar com cursos na área de meio ambiente e recursos naturais. Os Arranjos Produtivos Locais potenciais apontados foram os de artesanato e produção de leite.

De acordo com o assentado, estaria acontecendo decréscimo populacional, pois os jovens estariam se deslocando para as cidades por falta de trabalho e renda. As instituições presentes no assentamento são: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Sobre aspectos educacionais, de acordo com o entrevistado, não há cursos na região que atendam as demandas do assentamento São José do Ferreirinha. Além disso, as instituições de ensino de Goiás não atuam no local. As expectativas em relação à implantação

do Câmpus Cidade de Goiás do IFG é que este venha ofertar cursos que atendam as necessidades do assentamento e garantam o acesso dos assentados aos cursos. Em relação aos ASL's e/ou ACL's estruturados ou potenciais no âmbito da educação, o entrevistado afirmou desconhecer a existência destes arranjos no município. O entrevistado não indicou cursos técnicos ou tecnológicos para o município.

O segundo entrevistado do Assentamento Dom Tomás Balduino, caracterizou o Município de Goiás como, de uma forma geral, atrasado. Os maiores problemas enfrentados pelo assentamento, segundo o entrevistado, são a falta de apoio na sustentabilidade do assentamento, além da falta de conhecimento da pedagogia utilizada.

De acordo com o entrevistado, a pecuária leiteira é relativamente desenvolvida e há carência de acompanhamento técnico na agricultura – atualmente ocorre uma visita de um técnico por mês, sendo este responsável por acompanhar cerca de 100 famílias.

As principais dificuldades do assentamento são as condições precárias das estradas, que dificulta o acesso das famílias e o escoamento da produção. Além disso, o local precisa da presença de agentes de saúde.

Em relação à diminuição da população jovem, o entrevistado afirmou que faltam opções de trabalho, mesmo para quem tem curso superior, por isso essa população evade. Afirmou que são oferecidos pelo Senar, cursos de pinga, rapadura (derivados da cana-de-açúcar), entre outros, atendendo precariamente as necessidades do assentamento. Quando questionado sobre a atuação das instituições de ensino no assentamento, o entrevistado afirmou que o Sebrae faz acompanhamento técnico, porém esse acompanhamento não é frequente ou suficiente.

O entrevistado não respondeu questões sobre Arranjos Produtivos, Sociais ou Culturais Locais, dirigidas a ele. Os cursos técnicos indicados na prospecção foram: Agricultura e Zootecnia. Não houve indicações de cursos tecnológicos.

As entrevistas permitiram a identificação de muitos problemas enfrentados pelos assentamentos. É comum entre eles a diminuição da população, principalmente a sua parcela jovem. Portanto, o Câmpus Cidade de Goiás do IFG deve atuar sobre as causas da evasão da população. O IFG também deve conduzir um trabalho de acompanhamento nesses assentamentos, sobretudo, por meio de programas, projetos e ações de extensão. As áreas de recursos naturais e agricultura familiar e de pequena produção artesanal deve receber uma atenção especial por parte do Câmpus Cidade de Goiás.

Essas grandes linhas de intervenção do Câmpus Cidade de Goiás, com vistas no desenvolvimento regional/local, demandarão uma articulação interinstitucional, sobretudo com instituições públicas municipais, estaduais e federais.

11.1.5 Síntese das Indicações de Cursos dos Membros da Sociedade Civil Organizada, Empresários e Assentados do Município de Goiás

A ilustração a seguir sintetiza as áreas e cursos indicados pelos membros da sociedade civil organizada, empresários e assentados do Município de Goiás durante as entrevistas descritas. As indicações dos gestores do Município de Goiás não são apresentadas nessa síntese devido ao número excessivo de indicações. É importante ressaltar que algumas indicações foram adaptadas visando a adequação ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Ilustração 11.3: Cursos Técnicos e Cursos Superiores de Tecnologia Indicados por Membros da Sociedade Civil Organizada, Empresários e Assentados do Município de Goiás

MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA		
	CURSOS TÉCNICOS INDICADOS	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA INDICADOS
Representante da UEG (Sociedade Civil)	Meio Ambiente; Podologia; Orientação Comunitária.	Agroecologia; Produção Audiovisual; Gestão Pública.
Representante do Museu Casa de Cora Coralina	Cozinha; Edificações; Artesanato.	Conservação e Restauro; Gastronomia; Gestão da Tecnologia da Informação.
Representante do Museu de Arte Sacra	-	-
EMPRESÁRIOS		
	CURSOS TÉCNICOS INDICADOS	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA INDICADOS
Representante do Hotel Vila Boa	Serviços de Restaurante e Bar ³⁰ ; Hospedagem ³¹ ; Agricultura ³² .	
Representante do	Eletrotécnica ³³ ;	Construção de Edifícios

³⁰ A indicação do entrevistado foi “garçom”, no entanto as características descritas apontaram para o Curso Técnico em Serviços de Restaurante e Bar. Também foi indicado curso na área de “serviços gerais”. No entanto, essa indicação não é contemplada por algum curso técnico.

³¹ A indicação do entrevistado foi “camareira”, “turismo” e “gestão hoteleira”.

³² A indicação do entrevistado foi “algum curso que contemple a agricultura familiar”.

³³ A indicação do entrevistado foi “elétrica predial”.

Supermercado I	Enfermagem; Hospedagem ³⁴ ; Mineração; Pecuária; Edificações ³⁵ .	
Representante do Supermercado II	Edificações; Eletrotécnica ³⁶ ; Informática; Contabilidade; Hospedagem ³⁷ .	
ASSENTADOS		
	CURSOS TÉCNICOS INDICADOS	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA INDICADOS
Entrevistado do Assentamento Rancho Grande	Controle Ambiental; Reciclagem; Vigilância em Saúde; Eletroeletrônica; Agricultura; Zootecnia.	Agroindústria; Agroecologia; Sistemas para Internet; Biocombustíveis; Gestão Hospitalar.
Entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino	-	-

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Observa-se que, de um modo geral, não ocorreu convergência significativa entre as indicações de cursos feitas pelos membros da sociedade civil organizada, empresários e assentados do Município de Goiás. Convergência relativa ocorreu com relação aos Eixos Tecnológicos dos cursos indicados, a saber no eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer (com os Cursos Técnicos em Hospedagem – indicado por três entrevistados – e em Cozinha); no eixo tecnológico Recursos Naturais (com os Cursos Técnicos em Agricultura, em Agropecuária e em Zootecnia); no eixo tecnológico Infraestrutura (com o Curso Técnico em Edificações – indicado por três entrevistados); no eixo tecnológico Controle e Processos Industriais (com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica – indicado por dois entrevistados – e em Eletroeletrônica); e no eixo tecnológico Ambiente e Saúde (com os Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Controle Ambiental).

³⁴ A indicação do entrevistado foi “turismo”.

³⁵ A indicação do entrevistado foi “construção civil”. Idem para a indicação ‘Edificações’ do Representante do Supermercado II.

³⁶ A indicação do entrevistado foi “manutenção em rede elétrica”.

³⁷ A indicação do entrevista foi “turismo e hotelaria”.

11.2 Pesquisa Junto a Alunos de Ensino Médio de Colégios Públicos Estaduais no Município de Goiás

A pesquisa realizada junto a alunos de Ensino Médio de Colégios Públicos Estaduais no Município de Goiás consistiu na aplicação de questionário (APÊNDICE 1) composto majoritariamente por perguntas fechadas. Foram aplicados 211 questionários, sendo 66 a alunos de 1º Ano, 75 a alunos de 2º Ano e 70 a alunos de 3º Ano do Ensino Médio, em três colégios, a saber: Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado, Colégio Estadual Dr. Albion de Castro Curado e Colégio Estadual Professor Alcide Jubé.

Quanto ao gênero dos alunos pesquisados, 45,9% são homens e 54% mulheres. Questionados a respeito de sua cor ou raça, três alunos não responderam, 58,7% se declararam pardos, seguidos de 15,5% que se declararam brancos; 14,6% dos alunos se declararam pretos, 5,2% amarelos e 2,3% indígenas, conforme apresenta a Ilustração abaixo.

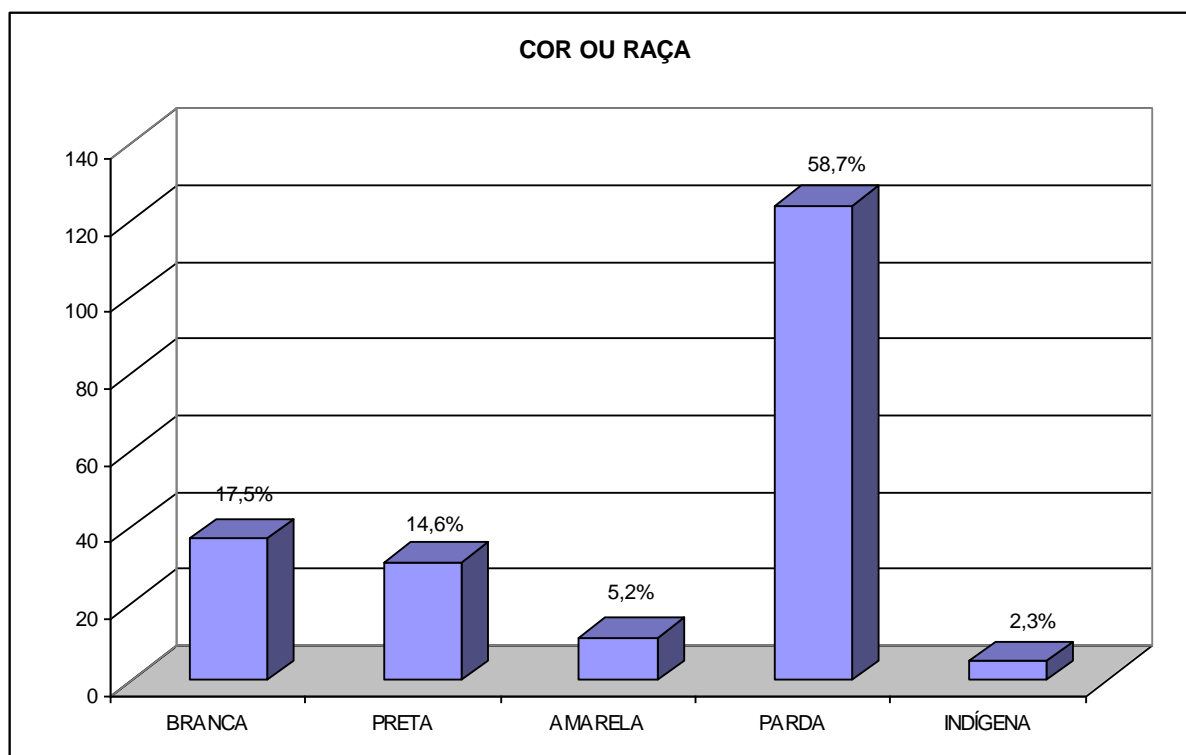


Ilustração 11.4: Cor ou Raça.

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Nota: Três alunos não responderam.

Conforme demonstra a Ilustração 11.5, nota-se que os alunos se encontravam, majoritariamente, nas faixas etárias de até 17 anos e de 18 a 24 anos. É importante observar

que essa última faixa etária é considerada ideal para o acesso ao ensino superior, conforme meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação – PNE: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001). Desta forma, infere-se que o Município de Goiás possui uma população significativa em idade escolar, porém não cursando o ensino superior, conforme previa o PNE.

Assim, o IFG por meio do Câmpus Cidade de Goiás deve contribuir para a ampliação das oportunidades de educação na região e elaborar programas e projetos de extensão que mobilize essa população no sentido de interagir com o Câmpus da Instituição. É igualmente importante buscar parcerias com instituições públicas ou privadas com vistas a proporcionar ações voltadas para estudantes e a juventude de um modo geral.

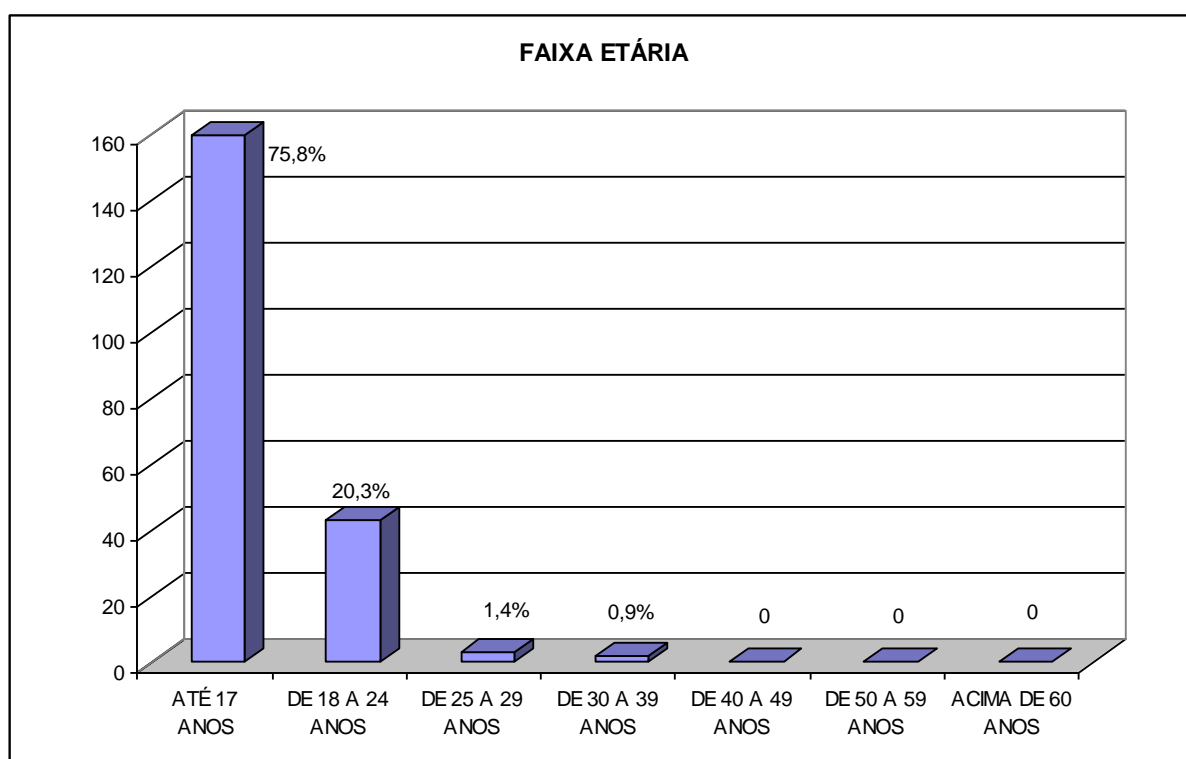


Ilustração 11.5: Faixa Etária.

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Nota: Três alunos não responderam.

Quanto à renda familiar dos alunos pesquisados, pode-se constatar que a maioria dos alunos integram famílias com renda entre um e três salários mínimos (40,7%), seguida de famílias com renda de até um salário mínimo (34,5%). A Ilustração 11.6 demonstra também

que 14,6% das famílias dos alunos possui renda entre três e cinco salários mínimos e 5,2% entre cinco e dez salários mínimos. Importante observar que 2,3% declararam renda familiar como “sem rendimento”, o que aponta para famílias com renda oriunda de trabalhos esporádicos ou informais.

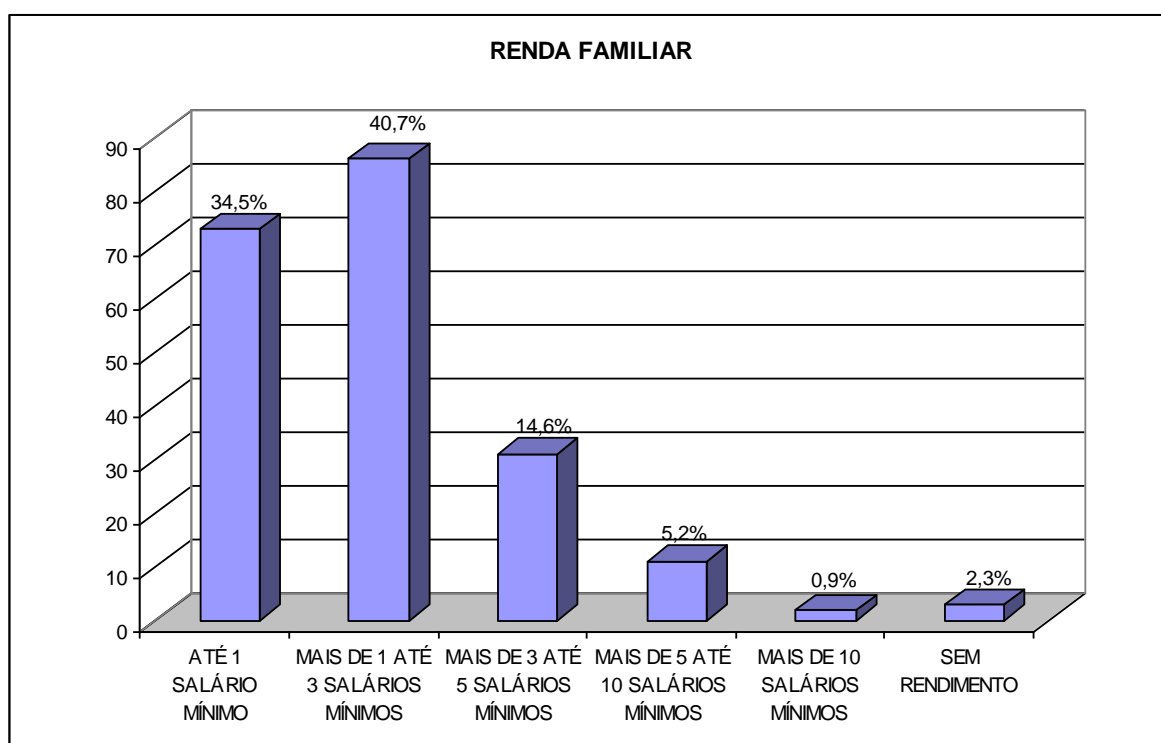


Ilustração 11.6: Renda Familiar.

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Nota: Cinco alunos não responderam.

Outro aspecto importante a ser considerado é a situação ocupacional dos alunos. Do total de alunos pesquisados, 36% possuem emprego, sendo 14,2% empregos formais e 21,8% empregos informais. Do total de alunos que trabalham, 76 estudantes, 47,3% trabalham o dia todo, 13,1% pela manhã, 31,5% à tarde e 5,2% à noite, conforme apresentam as Ilustrações 11.7 e 11.8.

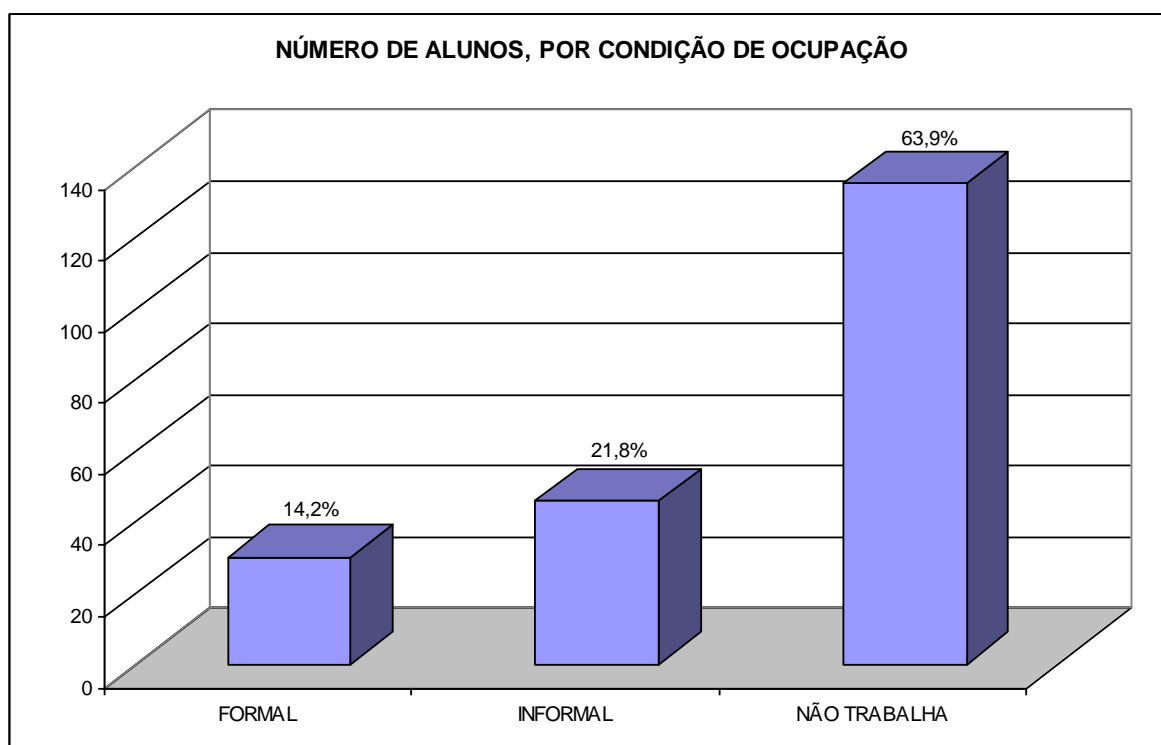


Ilustração 11.7: Número de Alunos, por Condição de Ocupação.
Fonte: Elaborado pelo Observatório.

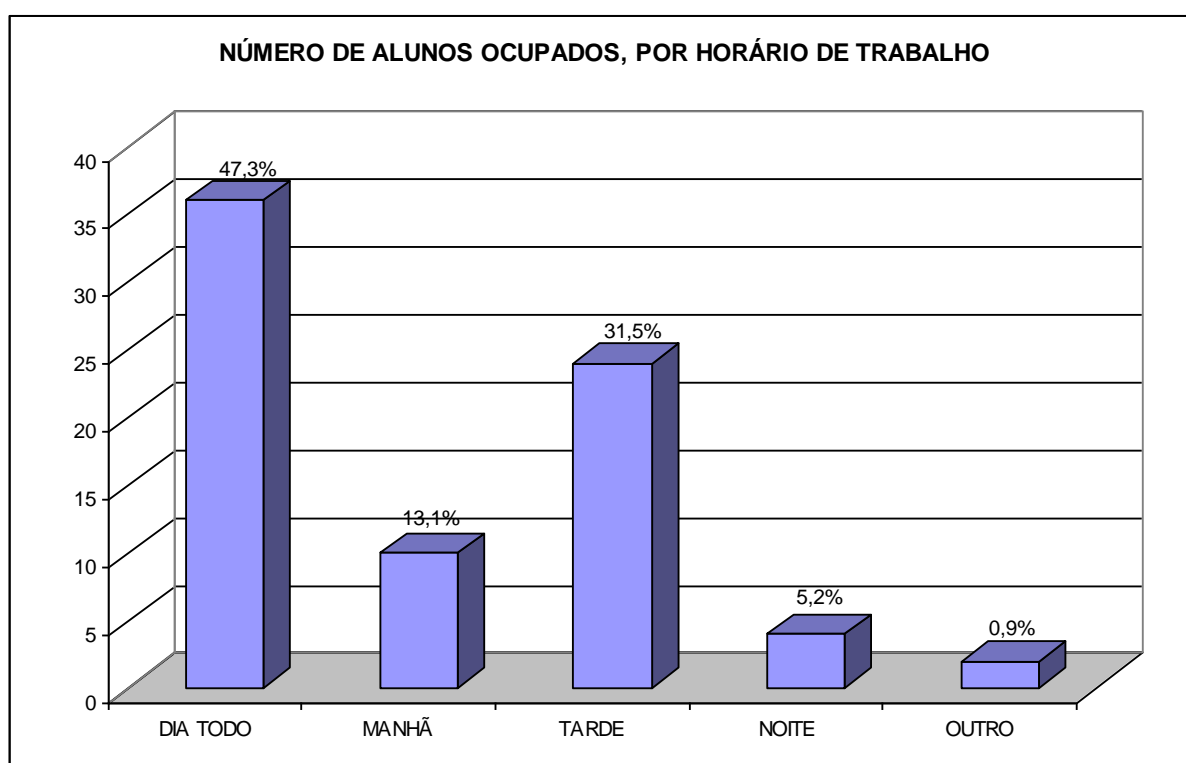


Ilustração 11.8: Número de Alunos Ocupados, por Horário de Trabalho.
Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Quanto a condição de vida escolar egressa dos alunos pesquisados nota-se que a maioria (84,3%) sempre estudou em escola pública. Os dados referentes a quantidade de alunos que trabalham, a renda familiar média desses alunos e a informação de vida escolar egressa apontam para a necessidade de uma atuação social bem articulada por parte do Câmpus Cidade de Goiás do IFG. Acompanhamento e assistência aos alunos oriundos das escolas pública e a oferta de bolsas de permanência são algumas das iniciativas que a Instituição deve promover.

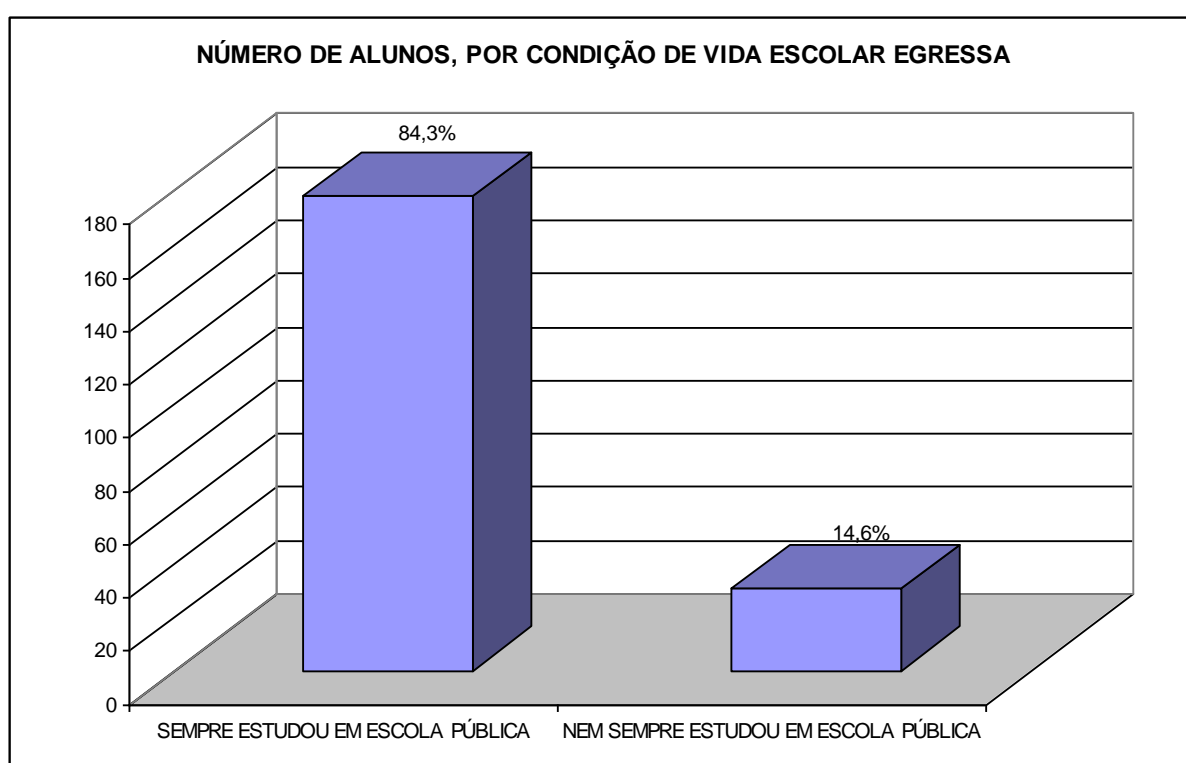


Ilustração 11.9: Número de Alunos, por Condição de Vida Escolar Egressa.

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Nota: Dois alunos não responderam.

Destaca-se que 95,7% dos pesquisados informaram que pretendem cursar o ensino superior. É importante considerar também o local em que os alunos pretendem cursar essa modalidade de ensino. Quando foi perguntado onde eles pretendem fazer o curso, 33% responderam que pretendem estudar em Goiás, 32% em Goiânia e 7% em São Luís de Montes Belos. Dentre os alunos entrevistados 15% não apontaram onde iriam estudar, mas indicaram em qual instituição de ensino superior pretendem cursar esse nível de ensino, a saber, 7% na UFG, 3% na UEG, 2% em Universidades Federais, 2% no IFG e 1% na UNB.

A implementação de cursos de licenciatura no Câmpus Cidade de Goiás demandará esforços futuros, visto que 75,3% dos alunos pesquisados informaram que não fariam curso de licenciatura, ao passo que 72,5% fariam algum curso de bacharelado. Salienta-se que a UEG em sua unidade no Município de Goiás, oferta os cursos de Licenciatura em História, Geografia, Matemática e Letras.

De um total de 53 indicações de cursos de licenciatura, 82% dos alunos indicaram os cursos relacionados abaixo, sendo que 15% dos alunos indicaram que fariam alguma licenciatura, mas não informaram qual seria especificamente o curso. Os cursos de licenciatura mais pretendidos pelos alunos estão presentes na Ilustração abaixo. Quanto aos cursos de bacharelado, de um total de 163 indicações, 66,84% dos alunos entrevistados indicaram cinco cursos principais, 20,85% outros 11 cursos de bacharelado e 12,26% responderam que teriam interesse em fazer um curso de bacharelado, sem indicar um curso especificamente.

Ilustração 11.10: Cursos de Licenciatura e Bacharelado Mais Indicados Pelos Alunos

LICENCIATURA	%	BACHARELADO	%
Educação Física	32,0	Direito	28,83
História	16,98	Engenharia Civil e outras	17,17
Matemática	15,0	Medicina	8,58
Geografia	9,43	Enfermagem	6,13
Letras	5,66	Administração	6,13

No que tange às informações sobre cursos técnicos e tecnológicos, ficou constatado que uma quantidade significativa de alunos (53%) tinha conhecimento sobre tais modalidades de cursos. Daqueles que já haviam se informado sobre cursos técnicos e tecnológicos, 90,9% pretendem cursar alguma dessas modalidades, conforme demonstram as Ilustrações a seguir.

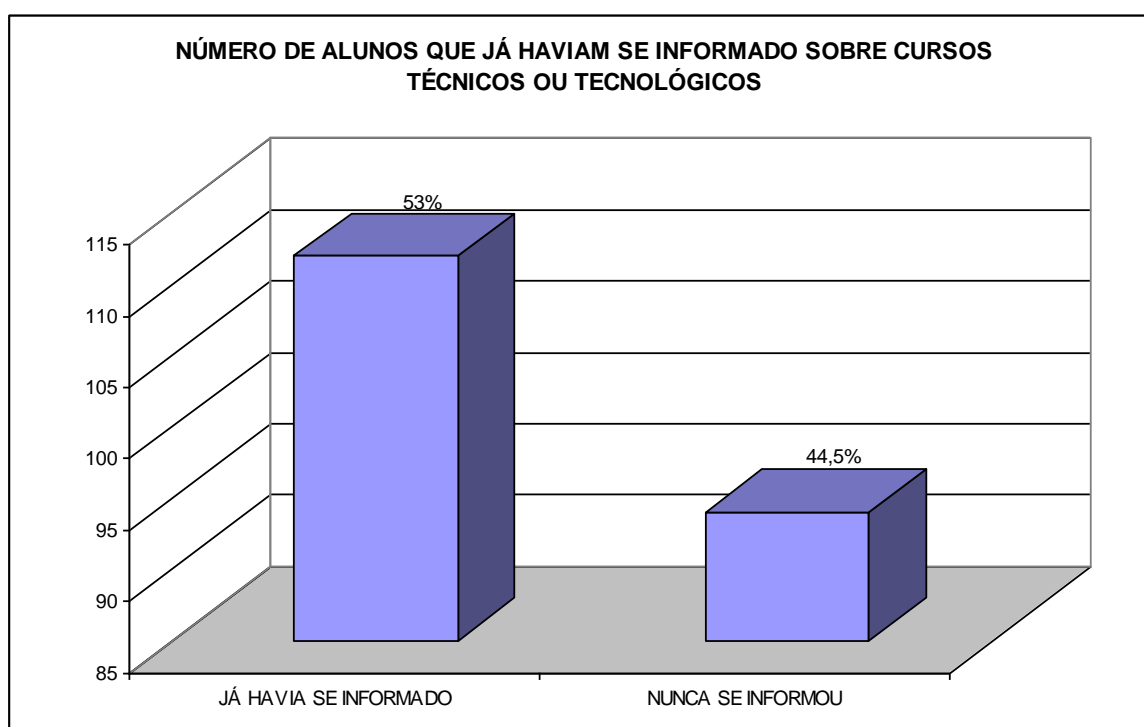


Ilustração 11.11: Número de Alunos que Já Haviam se Informado Sobre Cursos Técnicos ou Tecnológicos.
 Fonte: Elaborado pelo Observatório.
 Nota: Cinco alunos não responderam.

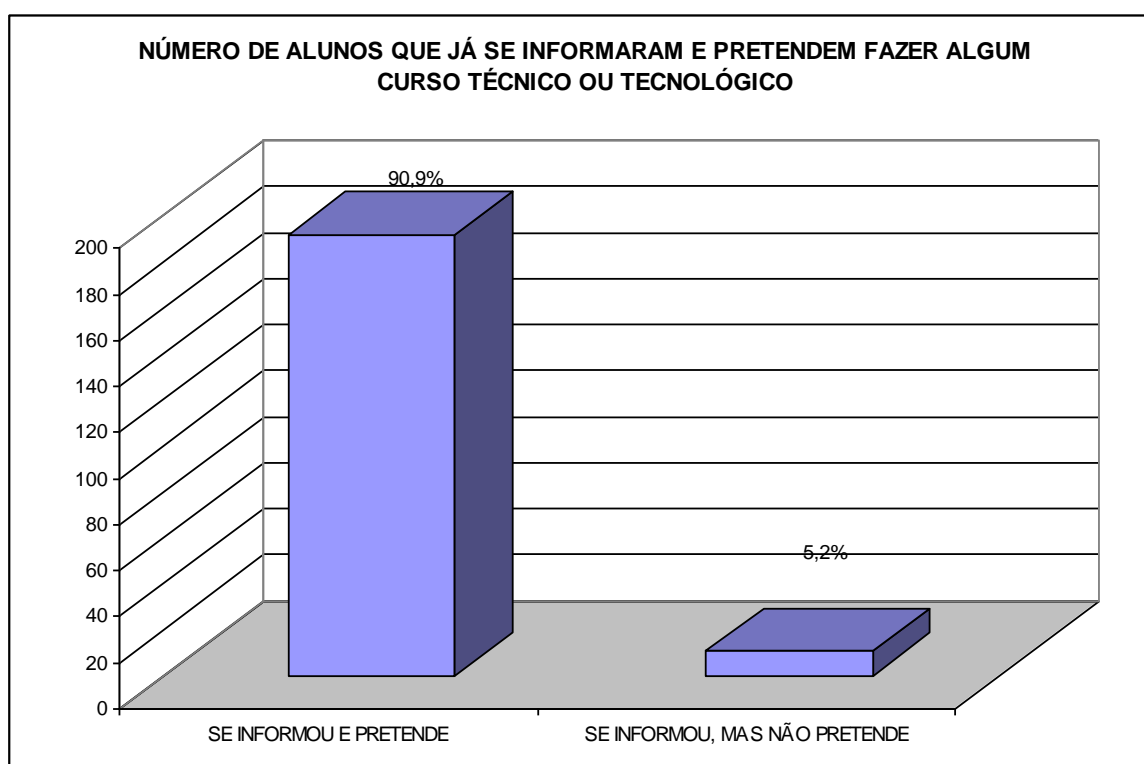


Ilustração 11.12: Número de Alunos que Já Haviam se Informado e Pretendem Fazer Algum Curso Técnico ou Tecnológico.
 Fonte: Elaborado pelo Observatório.
 Nota: Oito alunos não responderam.

As tabelas abaixo apresentam os cursos técnicos e tecnológicos mais indicados por parte dos alunos pesquisados em colégios públicos estaduais no Município de Goiás. Tendo em vista que foram aplicados 211 questionários e que cada um contempla três indicações de cursos técnicos e três indicações de cursos tecnológicos, considerou-se para a construção desta tabela os cursos que receberam a partir de 8 indicações³⁸.

Foram assinalados 114 cursos técnicos totalizando 575 indicações. Como mostra a tabela abaixo, 15 cursos técnicos foram mais indicados, contabilizando 294 indicações dos discentes, o que representa 51,13%. Esse percentual é muito significativo, pois os outros 48,87%, representando 281 indicações, são a soma dos outros 99³⁹ cursos técnicos assinalados, ou seja, apenas 13,15% dos cursos assinalados pelos alunos somam mais da metade das indicações.

³⁸ Apesar de ter sido entrevistados 211 alunos e de cada aluno poder indicar apenas três cursos técnicos e três cursos tecnológicos, foram considerados os questionários com o total de até sete indicações. Porém, houve alunos que não indicaram nenhum curso ou que indicaram um número excessivo de cursos. Nestes casos as indicações foram anuladas. As indicações dos cursos técnicos e tecnológicos referendados correspondem a 191 e 185 alunos, respectivamente.

³⁹ Os outros cursos assinalados foram os Técnicos em Eventos; em Cervejaria; em Dança; em Publicidade, com sete indicações cada. Com seis indicações cada, os Técnicos em Eletroeletrônica; em Eletrônica; em Mecânica; em Mecatrônica; em Finanças; em Guia de Turismo; em Mergulho; em Preparação Física e Desportiva Militar. Com cinco indicações cada, os Técnicos em Análises Clínicas; em Biotecnologia; em Saúde em Bucal; em Segurança do Trabalho; em Manutenção Automotiva; em Manutenção e Suporte em Informática; em Comunicações Aeronáuticas; em Agricultura. Com quatro indicações, os Técnicos em Agente Comunitário de Saúde; em Radiologia; em Eletrotécnica; em Petroquímica; em Serviços Públicos; em Cozinha; em Programador de Jogos Digitais; em Redes de Computadores; em Equipamentos de Vôo; em Operações de Engenharia Militar. Com três indicações cada, os Técnicos em Controle Ambiental; em Equipamentos Biomédicos; em Imobilizações Ortopédicas; em Reabilitação de Dependente Químicos; em Vigilância em Saúde; em Máquinas Navais; em Química; em Vendas; em Telecomunicações, em Edificações; em Arte Dramática; em Instrumento Musical; em Processos Fotográficos; em fabricação Mecânica; em Agronegócio; em Florestas. Com duas indicações cada, os Técnicos em Gerência de Saúde; em Hemoterapia; em Imagem Pessoal; em Prótese Dentária; em Reciclagem; em Secretaria Escolar; em Eletromecânica; em Metalúrgica; em Comércio; em Informática para Internet; em Manutenção de Aeronaves; em Trânsito; em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos; em Alimentos; em Confeitaria; em Artesanato; em Canto; em Conservação e Restauro; em Design de Interiores; em Multimídia; em Produção de Áudio e Vídeo; em Joalheria; em Agroecologia; em Mineração; em Recursos Minerais. E por fim, com apenas uma indicação os Técnicos em Massoterapia; em Óptica; em Órteses e Próteses; em Registros e Info. em Saúde; em Alimentação Escolar; em Infra-estrutura escolar; em Análises Químicas; em Automação Industrial; em Refrigeração e Climatização; em Transações Imobiliárias; em Serviços de Restaurante e Bar; em Sistemas de Comutação; em Agrimensura; em Estradas; em Transporte Rodoviário; em Estrutura e Pintura de Aeronaves; em Manobras e Equipamentos de Convés; em Operação de Radar; em Sensores de Aviação; em Agroindústria; em Artes Visuais; em Comunicação Visual; em Design de Móveis; em Paisagismo; em Rádio e Televisão; em Açúcar e Álcool; em Biocombustíveis; em Construção Naval.

Tabela 11.1: Cursos Técnicos mais Indicados Pelos Alunos, por Eixos Tecnológicos e Número de Indicações

Eixos Tecnológicos	Cursos Técnicos Mais Indicados	Número de Indicações
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem	53
	Farmácia	29
	Estética	11
	Meio Ambiente	11
	Nutrição e Dietética	10
Gestão e Negócios	Administração	35
	Marketing	17
	Recursos Humanos	11
	Contabilidade	9
Informação e Comunicação	Informática	15
Infraestrutura	Desenho de Construção Civil	21
Militar	Guarda e Segurança	9
	Desenho Militar	8
Recursos Naturais	Zootecnia	37
	Agropecuária	18

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Dos 112 cursos tecnológicos apresentados aos alunos, 86 foram assinalados totalizando 556 indicações. Dentre as indicações, 59,17% representam as 329 indicações que corresponde aos 21 cursos mais indicados, como mostra a tabela abaixo. Os outros 65⁴⁰ cursos tecnológicos assinalados somam 227 indicações.

⁴⁰ A saber, os outros cursos tecnológicos assinalados foram, com sete indicações cada, de Meteorologia Aeronáutica; Design de Interiores; Agrimensura; Eletrônica Industrial; Radiologia. Com seis indicações cada, os cursos de Processos Escolares; Produção de Cachaça; Produção Multimídia; Produção Publicitária; Comércio Exterior; Gestão de Turismo; Jogos Digitais; Sistemas para Internet. Com cinco indicações cada, cursos de Fotointeligência; Gerenciamento de Tráfego Aéreo; Alimentos; Gestão Financeira; Secretariado; Manutenção de Aeronaves; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Segurança no Trabalho; Serviços Penais. Com quatro indicações cada, os cursos de Aquicultura; Logística; Negócios Imobiliários; Transporte Terrestre; Mecatrônica Industrial; Processos Ambientais; Sistemas Elétricos; Gestão de Segurança Privada. Com três indicações cada, os cursos de Produção Audiovisual; Produção Cênica; Produção Fonográfica; Obras Hidráulicas; Transporte Aéreo; Eletrotécnica Industrial; Manutenção Industrial; Segurança no Trabalho. Com duas indicações cada, os cursos de Gestão e Manutenção Aeronáutica; Laticínios; Design de Produtos; Processos Químicos; Banco de Dados; Redes de Telecomunicações; Saneamento Ambiental. Por fim, com apenas uma indicação cada, os cursos de Produção de Grãos; Produção Pesqueira; Comunicação Institucional; Produção Cultural; Gestão da Qualidade; Gestão de Cooperativas; Estradas; Automação Industrial; Mecânica de Precisão; Biocombustíveis; Petróleo e Gás; Produção de Vestuário; Produção Gráfica; Produção Sucroalcooleira; Produção Têxtil; Hotelaria; Gestão de Telecomunicações; Segurança da Informação; Sistemas de Telecomunicações.

Tabela 11.2: Cursos Tecnológicos mais Indicados Pelos Alunos, por Eixos Tecnológicos e Número de Indicações

Eixos Tecnológicos	Cursos Tecnológicos Mais Indicados	Número de Indicações
Militar	Sistemas de Armas	63
Produção Alimentícia	Alimentos Agroindústria	11
Recursos Naturais	Agronegócio	23
	Agroecologia	10
Produção Cultural e Design	Design de Moda	34
	Fotografia	20
	Design Gráfico	8
Gestão e Negócios	Marketing	16
	Gestão Comercial	13
	Gestão de Recursos Humanos	11
	Gestão Pública	11
Infraestrutura	Construção de Edifícios	16
	Controle de Obras	11
	Pilotagem Profissional de Aeronaves	8
Produção Industrial	Construção Naval	8
Hospitalidade e Lazer	Gastronomia	14
	Eventos	8
Informação e Comunicação	Redes de Computadores	8
Ambiente e Saúde	Gestão Hospitalar	19
	Gestão Ambiental	9
	Sistemas Biomédicos	8

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

12 CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS, LICENCIATURAS E BACHARELADOS INDICADOS PELO OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO

12.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada Indicados pelo Observatório

No Município de Goiás o Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás (CEPCG) apresenta uma relação de 29 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Pode-se distribuir os cursos nas seguintes áreas: cozinha e alimentos; recepção e orientação de visitantes; e domínio de educação básica (linguagem, redação e cálculo). Ressalta-se que os cursos FIC oferecidos pelo CEPCG não são oferecidos de forma articulada com a elevação de escolaridade.

Com base no estudo/pesquisa que subsidia a criação do Câmpus Cidade de Goiás aponta-se como possíveis ofertas de cursos na modalidade FIC, com elevação de nível de escolaridade, nos seguintes arcos ocupacionais:

- Arco Ocupacional de Agro-Extrativismo: Trabalhador na criação de pequenos animais (com focos em apicultura, avicultura de corte, avicultura de postura – Código CBO 6234-10, 6234-15, 6234-20, 6233-20, 6233-05 e 6233-10); Trabalhador em cultivo regional (fruticultura, olericultura – Código CBO 6223 e 6225).
- Arco Ocupacional de Turismo e Hospitalidade: Recepcionista (com foco em Gestão e atendimento em pousadas, restaurantes e bares – Código CBO 4221-05) ;
- Arco Ocupacional de Construção e Reparos I (Revestimentos): Trabalhador da manutenção de edificações (reparos prediais – Código CBO 9914-05);
- Arco Ocupacional de Construção e Reparos II (Instalações): Trabalhador da manutenção de edificações (instalações – Código CBO 9914-05);
- Arco Ocupacional de Telemática: Helpdesk – apoio ao usuário de informática (Código CBO – 3172-10);
- Arco Ocupacional de Arte e Cultura II: Operador de câmara de vídeo (cameraman) (Código CBO – 3721-15);
- Arco Ocupacional de Alimentação: Cozinheiro Geral e Cozinheiro Geral com foco em derivados de cana-de-açúcar, frutos e pequenos animais (Código CBO – 5132-05).

Recomenda-se que o Câmpus Cidade de Goiás atue na oferta de FIC, com elevação de escolaridade, no universo das áreas acadêmicas dos cursos técnicos e superiores indicados e efetivamente oferecidos.

12.2 Cursos Técnicos Indicados pelo Observatório

Tomando como referência a pesquisa em bancos de dados e a pesquisa de campo, o estudo/pesquisa conduzido pelo Observatório apontou para a atuação do IFG Câmpus Cidade de Goiás nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, por meio dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia, de Informação e Comunicação, por meio do Curso Técnico em Informática para Internet, de Produção Cultural e Design, por meio do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, e de Infraestrutura, por meio do Curso Técnico em Edificações. Segue o detalhamento dos cursos, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.⁴¹

RECURSOS NATURAIS

Técnico em Agroecologia – 1.200 horas

Descrição

Atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção. Desenvolve ações integradas unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos. Atua na conservação do solo e da água. Auxilia ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos. Participa de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

Possibilidades de Temas as Serem Abordados na Formação

Sistemas agroecológicos. Desenvolvimento sustentável. Sistemas orgânicos de produção. Certificação de produtos agroecológicos. Recursos naturais. Legislação. Clima. Energias alternativas. Ferramentas de gestão. Sociologia rural. Ação territorial. Economia solidária. Associativismo e cooperativismo.

Possibilidades de Atuação

⁴¹ Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 01 nov. 2011.

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Instituições de certificação agroecológica. Instituições de pesquisa e extensão. Parques e reservas naturais..

Infraestrutura Recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de análise de solos. Laboratórios de biologia. Laboratórios de informática com programas específicos. Laboratórios didáticos: áreas de criação animal. Laboratórios didáticos: áreas de cultivo e produção agroecológica.

Técnico em Agropecuária – 1.200 horas

Descrição

Planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

Possibilidades de Temas a Serem Abordados na Formação

Ferramentas de gestão; Produção animal, vegetal e agroindustrial; Sustentabilidade; Silvicultura; Irrigação e drenagem; Topografia; Mecanização agrícola; Extensão rural; Legislação e políticas agropecuárias.

Possibilidades de Atuação

Propriedades rurais; Empresas comerciais; Estabelecimentos agroindustriais; Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa; Parques e reservas naturais.

Infraestrutura Recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de informática com programas específicos; Laboratórios didáticos: unidades de produção animal, vegetal e agroindustrial.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Técnico em Informática para Internet – 1.000 horas

Descrição

Desenvolve programas de computador para *internet*, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ferramentas de desenvolvimento de sistemas, para construir soluções que auxiliam o processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e *marketing* eletrônicos. Desenvolve e realiza a manutenção de sítios e portais na *internet* e na *intranet*.

Possibilidades de temas a serem abordados na formação

Lógica e linguagens de programação. Interface homem-máquina. Protocolos de comunicação. Sistemas operacionais. *Hardware*. Banco de dados. Interpretação de especificação de sistemas computacionais e redes de computadores.

Possibilidades de Atuação

Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem programação de computadores para Internet.

Infraestrutura recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado. Laboratório de informática com programas específicos.

PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

Técnico em Produção de Áudio e Vídeo – 800 horas

Descrição

Colabora na captação de imagem e som, na ambientação, operação de equipamentos, por intermédio de recursos, linguagem e tecnologia dentro dos padrões técnicos dos diferentes meios de comunicação. Colabora na investigação e utilização de novas tecnologias relacionadas com linguagem, tratamento acústico e de imagem, luminosidade, animação. Prepara material audiovisual. Elabora fichas técnicas, mapas de programação, distribuição, veiculação dos produtos e serviços de comunicação.

Possibilidades de temas a serem abordados na formação

Computação gráfica; Som e imagem; Interpretação de roteiros; Criação de cenários; Sequência de programas e inserção; Qualidade técnica de transmissão; Conceitos de linguagem, personagens e cenas; Edição e finalização de som e imagem.

Possibilidades de atuação

Empresas de radiodifusão e telecomunicações; Agências de publicidade; Provedores de internet; Laboratórios de desenvolvimento e pesquisa; Produtoras independentes, estúdios de gravação.

Infraestrutura recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado; Estúdio de produção audiovisual; Laboratório de informática com programas específicos.

INFRAESTRUTURA

Técnico em Edificações – 1.200 horas

Descrição

Desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e

de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

Possibilidades de temas a serem abordados na formação

Legislação e normas técnicas; Sistemas construtivos; Desenho técnico; Materiais de construção; Planejamento de obras; Topografia; Solos; Controle de qualidade em obras; Normas de segurança e saúde no trabalho.

Possibilidades de atuação

Empresas públicas e privadas de construção civil; Escritórios de projetos e de construção civil; Canteiros de obras.

Infraestrutura recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de informática com programas específicos; Laboratório de desenho; Laboratório de materiais de construção; Laboratório de mecânica dos solos; Laboratório de topografia; Laboratório didático: canteiro de obras.

12.2.1 Considerações Acerca dos Cursos Técnicos Indicados

A implantação dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia possibilitará a redução da carência de profissionais qualificados nas atividades agropecuárias no Município de Goiás e Região Limítrofe, bem como concorrerá para o fortalecimento da agropecuária familiar e de atividades agropecuárias alternativas, a exemplo das atividades agrofloretais. O Curso Técnico em Agropecuária em particular, também vem suprir demandas de municípios da região com forte presença de atividades vinculadas ao agronegócio, à exemplo do Município de Itaberaí e de regiões mais amplas, à exemplo do Vale do São Patrício e da própria Microrregião do Rio Vermelho.

No processo de implantação dos cursos técnicos supracitados deve-se compreender que o Curso Técnico em Agropecuária deve ser implantado primeiramente, posto que atende uma demanda mais abrangente em termos sociais e econômicos na região e a instalação das estruturas materiais e acadêmicas para a sua oferta proporcionará condições para a oferta do Curso Técnico em Agroecologia. Salienta-se, ainda, que o profissional formado pelo Curso

Técnico em Agropecuária integra uma categoria profissional mais reconhecida e consagrada em termos sociais e econômicos, o que amplia as condições de atratividade. A oferta do Curso Técnico em Agroecologia, por sua vez, demanda uma profunda articulação com o poder público e os segmentos e movimentos sociais vinculados à pequena produção familiar, inclusive para a definição da sua oferta em caráter ordinário ou extraordinário, mas sempre articulado a arranjos produtivos e sociais locais na região.

Sugere-se que sejam incluídas nas matrizes curriculares dos cursos indicados tópicos acerca da agricultura familiar e de associativismo e cooperativismo, posto que os técnicos formados poderão atuar em unidades agropecuárias empresariais, em unidades agropecuárias próprias e em associação de produtores, cooperativas e assentamentos rurais presentes na região. Compreende-se que a criação dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia, somado à criação de um possível Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, concorre para o estabelecimento de um eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Salienta-se que a conformação deste eixo científico-tecnológico, apesar de ser o eixo central de atuação do Câmpus, requer um processo de estruturação de médio prazo, que é complexo em face da demanda de articulação com segmentos e movimentos sociais vinculados à pequena produção familiar e da ausência de acumulação em termos de atuação neste eixo por parte do IFG. Neste sentido, à medida que sejam ofertados outros cursos técnicos, cuja oferta poderá ser inclusive transitória, deverão ser encaminhadas as condições de estruturação do Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

A oferta do Curso Técnico em Informática para Internet volta-se para suprir demandas de profissionais para instituições públicas e privadas, com atenção especial para divulgação e *marketing*. Ele permitirá a composição de uma área acadêmica voltada para informação e comunicação no Câmpus Cidade de Goiás em condições de atuar em cursos de Formação Inicial Continuada com elevação de escolaridade na Área Profissional de Informática.

Deve-se ter claro que a oferta do Curso Técnico em Informática para Internet, bem como outros cursos da área acadêmica de informática, não apresentam profundidade de demanda no Município de Goiás e Região Limítrofe. Deve-se ter claro, ainda, que são restritas as possibilidades de formação de técnico nessa área de perfil mais generalista. Em face dessa realidade, recomenda-se que a oferta desse e de outros cursos nessa área acadêmica seja avaliado periodicamente, com reconfiguração e/ou criação de novos projetos de cursos.

A constituição da área acadêmica de informática não abrirá espaço para a configuração de um eixo científico-tecnológico em informática e comunicação no Câmpus Cidade de Goiás, posto que não se justifica a criação de cursos de nível superior nessa área. Todavia, ele poderá compor a área acadêmica e profissional mais abrangente juntamente com a área de formação em Áudio e Vídeo, bem como poderá fornecer suporte para as demais áreas e cursos indicados para o Câmpus.

Por fim, recomenda-se a oferta do Curso Técnico em Edificações com vistas ao atendimento de necessidades do Município de Goiás e Microrregião Rio Vermelho, mas, sobretudo, dos demais municípios que integram a Mesorregião Noroeste Goiano: as Microrregiões de Aragarças e de São Miguel do Araguaia. Portanto, a carência de profundidade de demanda de técnicos formados em edificações nos Município de Goiás e na Microrregião Rio Vermelho deve ser suplantada com a atração de estudantes que residem em municípios e microrregiões que imediata e mediatamente circundam os referidos município e microrregião.

Os dados que o Observatório dispõe até o momento não apontam na direção da constituição de um eixo científico-tecnológico em construção civil e infraestrutura no Câmpus Cidade de Goiás. Portanto, com base nos dados disponíveis no momento, não se recomenda a implantação de cursos superiores na área de engenharia civil e afins.

O Câmpus Cidade de Goiás volta-se para o atendimento de demandas que ultrapassam em muito o Município de Goiás e a própria Microrregião Rio Vermelho, posto que o Município de Goiás tem assumido progressivamente a condição de polo de ensino superior, com vistas ao atendimento das demandas da sua microrregião, de outras microrregiões que integram a Mesorregião Centro Goiano e, em especial, dos municípios e microrregiões que integram a Mesorregião Noroeste Goiano.

Esta condição de polo de ensino tende a ser consolidada mediante a oferta de cursos técnicos pelo Câmpus Cidade de Goiás. Para tanto, o Câmpus deve se empenhar na criação das condições de deslocamentos e permanência de alunos oriundos de municípios periféricos àquele no qual se situa o Câmpus e, em especial, dos assentamentos rurais.

12.3 Cursos Superiores Indicados pelo Observatório

12.3.1 Cursos Superiores de Tecnologia Indicados pelo Observatório

Tomando como referência a pesquisa em bancos de dados e a pesquisa de campo o estudo/pesquisa conduzido pelo Observatório apontou para a atuação do IFG Câmpus Cidade de Goiás no Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Segue o detalhamento do curso, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

RECURSOS NATURAIS

Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

O tecnólogo em Agroecologia planeja, analisa, executa e monitora sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural de modo integrado, atuando em propriedades rurais, cooperativas, associações, órgãos governamentais e não governamentais. Manejo ecológico de sistemas de produção e da agrobiodiversidade, processos de certificação de sistemas agroecológicos, gestão, processamento e comercialização da produção agropecuária ecologicamente correta, utilização de metodologias participativas na organização da produção e da pesquisa, são algumas das atividades deste profissional. O conhecimento da produção agropecuária e de ecossistemas, legislação ambiental, a visão crítica das relações sociais de produção, a aplicação metodológica de princípios do desenvolvimento sustentável, trabalho em equipe, sensibilidade e ética são requisitos à atuação deste tecnólogo.

Carga horária mínima

2.400 horas

Infraestrutura recomendada

Biblioteca incluindo acervo específico e atualizado

Laboratório de solo

Laboratório de biologia

Laboratório didático: área de plantio e criação de animais

Viveiro de produção de mudas

Laboratório de processamento de alimentos de origem vegetal e animal

Laboratório de informática com programas específicos

A Microrregião Rio Vermelho possui características e paisagens fortemente marcadas pelas atividades turístico-culturais e agropecuárias. Especificamente no Município de Goiás, no qual a estas atividades se soma a educação em nível superior, estas características e paisagens são ainda mais realçadas.

Em função da forte presença de características planálticas na região, as atividades agropecuárias tem se desenvolvido com forte participação das pequenas unidades familiares e com grande demanda de assistência técnico-científicas. Ressalta-se a necessidade de desenvolvimento de atividades agropecuárias alternativas, de uma lado, às formas de agricultura e pecuárias extensivas e prioritariamente de subsistência, e, de outro, ao paradigma de intensividade asseguradas pela quimificação e mecanização próprios da chamada “revolução verde”. Temas como desenvolvimento agropecuário sustentável, atividades agroflorestais, reconversão de terras degradadas, pequena produção comercial alternativa, agropecuária orgânica e sistemas de compra, produção, armazenamento e comercialização cooperativos, ocupa grande importância na região em função das suas características geográficas e do tipo de atividade agropecuária em expansão.

Salienta-se que o desenvolvimento agropecuário familiar, que se caracteriza como sustentável alternativo, pode representar um sentido estratégico para o desenvolvimento sustentável da região. Isto porque o poder público municipal, as organizações da sociedade civil e as instituições públicas universitárias podem concorrer para que este desenvolvimento se constitua na vantagem comparativa da região, e do Município de Goiás em particular, no âmbito do Estado de Goiás e da Região Centro-Oeste.

Este desenvolvimento agropecuário alternativo articula-se com a atividade turístico-cultural na Microrregião Rio Vermelho, em particular no Município de Goiás. Em primeiro lugar, porque as paisagens naturais da microrregião e do município se constituem em grandes atrativos para atividades turísticas. Em segundo lugar, em função das possibilidades de articulação entre as atividades turísticas e as atividades produtivas urbanas e rurais, respectivamente artesanais e agropecuárias. E, em terceiro lugar, as próprias atividades

agropecuárias familiares podem ser integradas em modalidades de turismo rural, o que também materializa as referidas articulações.

Compreende-se que estas realidades demandam a criação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, articulado à criação dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia, de modo a conformar um Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Ressalta-se, novamente, que a conformação desta área tecnológica requer um processo de estruturação de médio prazo, que é complexo em face da demanda de articulação com segmentos e movimentos sociais vinculados a pequena propriedade familiar e da ausência de acumulação em termos de atuação nesta área por parte do IFG.

Ressalta-se, ainda, que a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia deve ocorrer no processo de estruturação do Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em especial após a implantação do Curso Técnico em Agropecuária e durante o processo de estruturação do Curso Técnico em Agroecologia.

12.3.2 Curso Superior de Licenciatura Indicado pelo Observatório

O Município de Goiás tem buscado se consolidar como um centro de ensino superior da Mesorregião Noroeste e em especial na Microrregião Rio Vermelho. Todavia, tal processo tem apresentado limitações, em especial no tange ao elevado índice de evasão, sobretudo nos cursos de licenciatura.

No âmbito desse nível de ensino, tem se destacado a oferta de cursos de licenciatura por meio da UEG e UFG, oferecendo cursos presenciais e à distancia, e a UNIP, oferecendo cursos à distancia.

Considerando a oferta de ensino superior na Microrregião Rio Vermelho como um todo, tanto na modalidade presencial quanto à distância, oferecidos pela UFG, UEG e UNIP, são: Pedagogia (1 presencial e 4 à distância), Geografia (1 presencial), História (2 presenciais), Letras (Português - Inglês (2 presenciais e 1. à distância); e Português - Espanhol (3. à distância)), Matemática (2 presencial e 1. à distância), Artes Cênicas (2 à distância), Artes Visuais (4. à distância), Ciências Biológicas - Biologia (1 à distância), Física (1 à distância), Filosofia (1 presencial), Serviço Social (1 presencial e 1 à distância) e Ciências Sociais (1 à distância).

Em resumo, os cursos não ofertados por instituições de ensino superior na forma presencial na Microrregião Rio Vermelho, são os Cursos de Licenciatura em Biologia, Artes

Cênicas, Artes Visuais, Música, Física e Ciências Sociais. O Curso de Licenciatura em Educação Física também pode ser situado no universo dos cursos que apresentam carência de oferta por instituição superior pública na modalidade presencial nessa microrregião.

Recomenda-se a realização de um estudo adicional de viabilidade de oferta de cursos de licenciatura pelo Câmpus Cidade de Goiás, com destaque para o Curso de Licenciatura em Biologia, posto que este curso encontra-se no universo dos cursos superiores de licenciatura não ofertados por instituições de ensino superior na modalidade presencial, bem como figura-se no universo das áreas acadêmicas em que reside déficits de professores. Salienta-se, ainda, que a oferta do curso de Licenciatura em Biologia, em sendo confirmado por estudos de viabilidade, somente deve ocorrer após a consolidação do Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais, concretamente materializados na oferta do Curso Técnico em Agropecuária, seguido posteriormente pela oferta do Curso Técnico em Agroecologia e do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, o que concorre para a consolidação de um eixo científico-tecnológico numa perspectiva interdisciplinar.

12.3.3 Curso Superior de Bacharelado Indicado pelo Observatório

O estudo/pesquisa conduzido pelo Observatório do Mundo do Trabalho, com base nos dados disponíveis até o momento, apontou na direção da oferta do Curso de Bacharelado em Cinema e Vídeo, posto que este se articula aos eventos de cinema e vídeo realizados no Município de Goiás, à consolidação de cursos voltados para as artes no Município de Goiás e a articulação que ele proporciona com atividades artísticas, culturais, ambientais e educacionais da Microrregião Rio Vermelho. A perspectiva é que a oferta deste curso concorra para a consolidação de Goiás num polo nacional de produção de cinema e vídeo, em especial nos campos ambientais e educacionais.

O Curso de Bacharelado em Cinema e Vídeo envolve as atividades de cinema, vídeo, animação, computação gráfica, interpretação e artes visuais, som, entre outras. Os campos de atuação profissional envolvem diversos empreendimentos, com destaque para estúdios de cinema, televisão, agências de publicidade e empresas de *marketing*.

A oferta deste curso, somado à oferta do Curso Técnico em Áudio e Vídeo, concorre para o estabelecimento de um Eixo Científico-Tecnológico em Cinema, Vídeo e Produção Cultural. A conformação deste eixo tende a conviver com grandes dificuldades em termos de seleção de pessoal qualificado, custo elevado para a montagem dos laboratórios, procura

diretamente condicionada à boa avaliação do curso e localização periférica aos grandes centros urbanos. A estas dificuldades soma-se a ausência de atuação e conhecimento do IFG quanto a este curso e à própria grande área de atuação.

Recomenda-se que a oferta deste curso ocorra somente após a conclusão da primeira etapa de estruturação do Câmpus Cidade de Goiás, ao final de dois ou três anos de funcionamento. Nesse momento também deverá ser realizado estudos de viabilidade da oferta de curso de bacharelado na área agrícola, em especial em Engenharia Agrícola.

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ACADÊMICA SUGERIDA

13.1 Referências para a Organização Curricular

A amplitude de demanda por Cursos Técnicos e por Cursos contrasta com a pouca profundidade da própria demanda – restrita em termos de número de profissionais qualificados que o mercado pode absorver. De outro lado, ocorre uma grande proximidade em termos de conhecimento e formação na maior parte dos Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores indicados.

Este formato tende a proporcionar uma maior flexibilidade quanto à definição dos Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores a serem oferecidos. Dessa maneira, esgotada a demanda em uma ocupação técnica na região, se poderia cessar seu oferecimento, sem maiores transtornos para a Instituição.

13.2 Referências para a Organização Acadêmica

Os Cursos Técnicos e os Cursos Superiores indicados nas entrevistas e nos questionários aplicados, bem como os dados e informações coletadas pelo Observatório nos bancos de dados e nas pesquisas de campo referentes ao Município de Goiás e Região Limítrofe, na perspectiva de oferta regular, compõem grandes áreas, a saber: Meio Ambiente e Recursos Naturais; e Cinema, vídeo e Produção Cultural.

13.3 Referências para o Regime de Trabalho no Câmpus Cidade de Goiás

O processo de estagnação demográfica e econômica do Município de Goiás demandará um forte envolvimento do Câmpus Cidade de Goiás com as atividades que se correlacionam com o seu patrimônio arquitetônico-cultural, ambiental e turístico, posto que estas atividades compõem algumas das vantagens comparativas deste município em relação a outros municípios do Estado de Goiás, bem como um dos núcleos básicos do desenvolvimento da própria Microrregião Rio Vermelho. Também demandará uma forte presença do Câmpus Cidade de Goiás junto às populações rurais presentes em assentamentos e pequenas propriedades rurais deste e de outros municípios. Populações estas envolvidas em atividades agrícolas familiares, mas também em atividades agropecuárias tradicionalmente vinculadas ao agronegócio e à agroindústria, à exemplo do Município de Itaberaí. Por fim, o

Câmpus Cidade de Goiás concorrerá para a consolidação do Município de Goiás como polo de ensino superior e de formação inicial continuada e dará início à constituição do polo de ensino técnico integrado.

Para tanto, o núcleo diretivo do Câmpus Cidade de Goiás deverá se empenhar no sentido de assegurar: 1. Exigência de dedicação exclusiva no concurso público para o cargo docente; 2. Articulação dos projetos de dedicação exclusiva com os processos de constituição dos polos de ensino e formação definidos para o Câmpus; 3. Avaliação rigorosa dos servidores no estágio probatório, tendo em vista confirmação ou não do contrato de trabalho.

Ilustração 12.1: Cursos Indicados no Estudo/Pesquisa

		CURSOS TÉCNICOS		CURSOS SUPERIORES		
		FIC	Curso Técnico Integrado	Tecnológico	Bacharelado	Licenciatura
S A R E S E D N A R G	AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA	-	-	-	-	-
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Telemática (Helpdesk)	Informática para Internet	-	-	-
	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	-	-	-	-	-
	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	-	-	-	-	-
	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Operador de câmera	Produção de Áudio e Vídeo-	-	Cinema e Vídeo	-
	INFRAESTRUTURA	Manutenção de edificações (instalações);	Edificações	-	-	-
	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	-	-	-	-	-
	RECURSOS NATURAIS	Criação de pequenos animais; Cultivo regional.	Agroecologia e Agropecuária	Agroecologia	-	Biologia
	HOSPITALIDADE E LAZER	Recepcionista; Cozinheiro geral; Cozinheiro geral (foco doces)	-	-	-	-
APOIO ESCOLAR	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório de estudo/pesquisa do Município Goiás e Região Limítrofe buscou proporcionar uma grade de referências que balizem as definições das modalidades de educação profissional e tecnológica e dos cursos a serem oferecidos, a implementação de programas de pesquisa e de extensão possíveis, a forma da organização acadêmica mais adequada para tanto, bem como de aspectos que devem nortear a interação entre a Instituição e os gestores públicos, os empresários e os movimentos sociais/organizações da sociedade civil.

O estudo realizado aponta as demandas mais urgentes do Município, da Região Limítrofe, da microrregião e da mesorregião em que será instalado o Câmpus do IFG. Verifica-se, frequentemente, uma coincidência de demandas nas diversas territorialidades investigadas e, conseqüentemente, indicações idênticas ou aproximadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal fato decorre da pouca diversificação das estruturas produtivas e de serviços do Estado de Goiás.

Caso se afirme a oferta de uma diversidade muito ampla de modalidades e de cursos em cada câmpus, ocorrerá o risco de fragmentação da Instituição, bem como da sua dispersão, o que pode determinar um processo de “senaização” da Instituição, rebaixando o papel que ela deve desempenhar como centro de formação, de pós-graduação, de pesquisa e desenvolvimento e de extensão.

Os eixos científico-tecnológicos devem nortear a seleção do corpo docente e técnico-administrativo, tendo em vista a mais elevada titulação e o perfil adequado para o desempenho do papel que a Instituição, em face das novas atribuições determinadas pela recente transformação institucional, requer.

Compreende-se que é necessário o estabelecimento de um ‘comitê de trabalho’ que envolva o corpo dirigente da Instituição para subsidiar a implantação do Câmpus Cidade de Goiás. Nessa perspectiva, esse comitê de trabalho deve apreender e amadurecer as implicações dos conceitos eixo científico-tecnológico e polo de ensino e formação no processo de implantação do Câmpus, identificar as formas e dinâmicas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão a partir dos eixos, definir os eixos de forma a contornar a sobreposição dos mesmos nas territorialidades sob influência compartilhada com outros Câmpus do IFG e de outros Institutos Federais e conduzir estudos para a identificação das áreas de concentração científica, tecnológica e cultural a serem apontadas nos editais de concurso público tendo em vista a instalação, a médio e longo prazos, os polos de ensino e

formação.

O IFG tem o desafio de concorrer para a elevação das condições socioculturais e de trabalho e renda do Município de Goiás e da Região Limítrofe. O desempenho dessa função social demanda uma forte sensibilidade social por parte dos dirigentes e dos servidores da Instituição.

A Instituição convive com uma oportunidade única para um salto institucional, em particular para o desempenho do papel de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, incorrer na carência de centralidade e na displicência político-administrativa na atual conjuntura do IFG, certamente acarretará prejuízos históricos e estruturais que poderão se prolongar por décadas na Instituição.

O Observatório do Mundo do Trabalho encontra-se aberto a críticas e sugestões para aperfeiçoar métodos, práticas e iniciativas que possam assegurar referências para o planejamento da expansão e das atividades da Instituição.

13. FONTES DE PESQUISA

AMORETTI, Juliana et. al. **Arranjos Produtivos Culturais e Sociais Locais e a Educação Profissional e Tecnológica**. In: I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica. Março de 2006.

BNDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Relatório de Pesquisa 01: Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. 2009. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_GO.pdf> Acesso em: 16 nov. 2011.

CASTRO, Sérgio Duarte. **Mapeamento das Aglomerações Produtivas Especializadas de Goiás**. Identificação e caracterização de APLs potenciais do Estado. Goiânia: Ed. Sebrae, 2004

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2010. Disponível em:
<www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/livro.asp> Acesso em: 27 abr. 2011

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Desempenho do Setor Mineral**. Ano Base: 2009. Exercício: 2010. DNPM. Disponível em:
<<http://www.dnpm.gov.br/go/conteudo.asp?IDSecao=614>>
Acesso em: 10 jan. 2011.

E-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em:
<<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: diversos meses 2011.

GOIÁS TURISMO. **Plano Estadual do Turismo: Goiás no Caminho da Inclusão**. Disponível em: <<http://www.4shared.com/document/x2GBLyDa/plano-estadual.html>>
Acesso em 26 out. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação – Sepin**. Disponível em:
<<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>> Acesso em: diversos meses 2010/2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5362&Itemid=>> Acesso em: 02 mai. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> Acesso em: 02 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso em: diversos meses 2011.

PORTAL ODM. **Relatório da Cidade de Goiás**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/go/goias#>> Acesso em: 22 nov. 2011.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Goiás**. Ed. Sebrae, 2011 Disponível em: <<http://www.pirenopolis.tur.br/arquivo/Ouro.pdf>> Acesso em: 21 out. 2011.

SILVA, Marcos Pedro da; ROCHA, Cleonice. Caracterização da Mineração Aurífera em Faina, Goiás, em um Contexto Ambiental Histórico e Atual. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2. jul-dez. 2008.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Polos da Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/index.php>> Acesso em: 01 jun. 2011.

ANEXO 1: Lista de Cursos Para Indicação dos Entrevistados

(Constante do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Comum a todos os Questionários do APÊNDICE 1 ao 4)

Cursos Técnicos

Ambiente, Saúde e Segurança

Téc. em Agente Comunitário de Saúde ()
Técnico em Análises Clínicas ()
Técnico em Biotecnologia ()
Técnico em Citopatologia ()
Técnico em Controle Ambiental ()
Técnico em Enfermagem ()
Téc. em Equipamentos Biomédicos... ()
Técnico em Estética ()
Técnico em Farmácia ()
Técnico em Gerência de Saúde ()
Técnico em Hemoterapia ()
Técnico em Saúde Bucal ()
Técnico em Imagem Pessoal.....()
Técnico em Imobilizações Ortopédicas ()
Técnico em Massoterapia ()
Técnico em Meio Ambiente ()
Técnico em Meteorologia..... ()
Técnico em Nutrição e Dietética ()
Técnico em Óptica ()
Técnico em Órteses e Próteses..... ()
Técnico em Podologia ()
Técnico em Prótese Dentária ()
Técnico em Radiologia ()
Téc. em Reabilit. de Dep. Químicos ... ()
Técnico em Reciclagem..... ()
Téc. em Registros e Info. em Saúde... ()
Técnico em Segurança do Trabalho ... ()
Técnico em Vigilância em Saúde ()

Apoio Educacional

Técnico em Alimentação Escolar ()
Técnico em Biblioteconomia ()
Técnico em Infra-estrutura escolar ()
Técnico em Multimeios Didáticos ()
Técnico em Secretaria Escolar ()
Técnico em Orientação Comunitária..... ()

Controle e Processos Industriais

Técnico em Análises Químicas ()
Técnico em Automação Industrial ()
Técnico em Eletroeletrônica ()
Técnico em Eletromecânica ()
Técnico em Eletrônica ()
Técnico em Eletrotécnica ()
Técnico em Manutenção Automotiva ()
Técnico em Máquinas Navais ()
Técnico em Mecânica ()
Técnico em Mecatrônica ()
Técnico em Metalurgia ()
Técnico em Petroquímica ()
Técnico em Química ()
Técnico em Refrigeração e Climatização ... ()
Técnico em Sistemas a Gás ()

Gestão e Negócios

Técnico em Contabilidade ()
Técnico em Cooperativismo ()
Técnico em Administração ()
Técnico em Comércio..... ()
Técnico em Comércio Exterior..... ()
Técnico em Finanças..... ()
Técnico em Logística ()
Técnico em Marketing..... ()
Técnico em Qualidade..... ()
Técnico em Recursos Humanos ()

Técnico em Secretariado ()
Técnico em Seguros ()
Técnico em Serviços de Condomínios ()
Técnico em Serviços Públicos ()
Técnico em Transações Imobiliárias ()
Técnico em Vendas ()

Hospitalidade e Lazer

Técnico em Agenciamento de Viagens ()
Técnico em Cozinha ()
Técnico em Eventos ()
Técnico em Guia de Turismo ()
Técnico em Hospedagem ()
Técnico em Lazer ()
Técnico em Serviços de Restaurante e Bar .. ()

Informação e Comunicação

Técnico em Informática ()
Técnico em Informática para Internet ()
Téc. em Manut. e Suporte em Informática .. ()
Téc. em Prog. de Jogos Digitais ()
Técnico em Redes de computadores..... ()
Técnico em Sistemas de Comutação ()
Técnico em Sistemas de Transmissão ()
Técnico em Telecomunicações ()

Infra-estrutura

Técnico Aeroportuário ()
Técnico em Agrimensura..... ()
Técnico em Carpintaria..... ()
Técnico em Desenho de Construção Civil .. ()
Técnico em Edificações ()
Técnico em Estradas ()
Técnico em Geodésia e Cartografia..... ()
Técnico em Geoprocessamento..... ()
Técnico em Hidrologia ()

Técnico em Manutenção de Aeronaves ()
Técnico em Portos..... ()
Técnico em Saneamento ()
Técnico em Trânsito ()
Técnico em Transporte Aquaviário ()
Técnico em Transporte de Cargas ()
Técnico em Transporte Dutoviário ()
Técnico em Transporte Rodoviário ()
Técnico em Transporte Ferroviário..... ()

Militar

Técnico em Comunicações Aeronáuticas ... ()
Técnico em Controle de Tráfego Aéreo..... ()
Técnico em Desenho Militar..... ()
Téc. em Eletricidade e Instr. Aeronáuticos... ()
Técnico em Equipamentos de Vão ()
Téc. em Estrutura e Pintura de Aeronaves... ()
Técnico em Fotointeligência..... ()
Técnico em Guarda e Segurança..... ()
Técnico em Hidrografia..... ()
Técnico em Informações Aeronáuticas..... ()
Téc. em Manobras e Equip. de Convés..... ()
Técnico em Material Bélico..... ()
Técnico em Mergulho..... ()
Técnico em Operação de Radar..... ()
Técnico em Operação de Sonar..... ()
Téc. em Operações de Engenharia Militar ... ()
Téc. em Preparação Física e Desp. Militar... ()
Técnico em Sensores de Aviação..... ()
Técnico em Sinais Navais..... ()
Técnico em Sinalização Náutica..... ()
Técnico em Suprimento ()

Produção Alimentícia

Técnico em Alimentos ()

Técnico em Agroindústria..... ()
 Técnico em Apicultura ()
 Técnico em Cervejaria ()
 Técnico em Confeitaria..... ()
 Técnico em Panificação..... ()
 Téc. em Processamento de Pescado... ()
 Técnico em Viticultura e Enologia ()
Produção Cultural e Design
 Técnico em Arte Circense ()
 Técnico em Arte Dramática ()
 Técnico em Artes Visuais ()
 Técnico em Artesanato ()
 Técnico em Canto ()
 Técnico em Composição e Arranjo ()
 Técnico em Comunicação Visual ()
 Técnico em Conservação e Restauro .. ()
 Técnico em Dança ()
 Técnico em Design de Calçados ()
 Técnico em Design de Embalagens ... ()
 Técnico em Design de Interiores ()
 Técnico em Design de Jóias ()
 Técnico em Design de Móveis ()
 Técnico em Documentação Musical ... ()
 Téc. em Fabricação de Instr. Musicais ()
 Técnico em Instrumento Musical ()
 Técnico em Modelagem do Vestuário . ()
 Técnico em Multimídia ()
 Técnico em Paisagismo ()
 Técnico em Processos Fotográficos ... ()
 Téc. em Produção de Áudio e Vídeo .. ()
 Técnico em Produção de Moda ()
 Técnico em Publicidade ()
 Técnico em Rádio e Televisão ()

Técnico em Regência ()
Produção Industrial
 Técnico em Açúcar e Alcool ()
 Técnico em Biocombustíveis ()
 Técnico em Calçados ()
 Técnico em Celulose e Papel ()
 Técnico em Cerâmica ()
 Técnico em Construção Naval ()
 Técnico em Curtimento..... ()
 Técnico em Fabricação Mecânica ()
 Técnico em Impressão Gráfica ()
 Técnico em Impressão Offset ()
 Técnico em Joalheria..... ()
 Técnico em Móveis ()
 Técnico em Petróleo e Gás ()
 Técnico em Plásticos ()
 Técnico em Pré-impressão Gráfica ()
 Técnico em Tecelagem ()
 Técnico em Vestuário ()
Recursos Naturais
 Técnico em Agricultura ()
 Técnico em Agroecologia ()
 Técnico em Agronegócio ()
 Técnico em Agropecuária ()
 Técnico em Aqüicultura ()
 Técnico em Cafeicultura..... ()
 Técnico em Equipamentos Pesqueiros ()
 Técnico em Florestas..... ()
 Técnico em Fruticultura..... ()
 Técnico em Geologia ()
 Técnico em Mineração ()
 Técnico em Pesca ()
 Técnico em Recursos Minerais ()

Técnico em Recursos Pesqueiros ()
 Técnico em Zootecnia ()

Cursos Tecnológicos

Apoio Escolar

Processos Escolares..... ()

Militar

Comunicações Aeronáuticas..... ()
 Fotointeligência..... ()
 Gerenciamento de Tráfego Aéreo..... ()
 Gestão e Manutenção Aeronáutica..... ()
 Meteorologia Aeronáutica..... ()
 Sistemas de Armas..... ()

Produção Alimentícia

Agroindústria..... ()
 Alimentos ()
 Laticíneos ()
 Processamento de Carnes..... ()
 Produção de Cachaça..... ()
 Viticultura e Enologia..... ()

Recursos Naturais

Agronegócio ()
 Agroecologia..... ()
 Aqüicultura..... ()
 Cafeicultura..... ()
 Horticultura ()
 Irrigação e Drenagem..... ()
 Produção de Grãos..... ()
 Produção Pesqueira..... ()
 Rochas Ornamentais..... ()
 Silvicultura..... ()

Produção Cultural e Design

Comunicação Assistiva..... ()
 Comunicação Institucional..... ()
 Conservação e Restauro..... ()
 Design de Interiores ()
 Design de Moda ()
 Design de Produto..... ()
 Design Gráfico..... ()
 Fotografia..... ()
 Produção Audiovisual..... ()
 Produção Cênica..... ()
 Produção Cultural..... ()
 Produção Fonográfica..... ()
 Produção Multimídia..... ()
 Produção Publicitária..... ()

Gestão e Negócios

Comércio Exterior..... ()
 Gestão Comercial..... ()
 Gestão da Qualidade..... ()
 Gestão de Cooperativas ()
 Gestão de Recursos Humanos..... ()
 Gestão Financeira..... ()
 Gestão Pública..... ()
 Logística ()
 Marketing..... ()
 Negócios Imobiliários..... ()
 Processos Gerenciais..... ()
 Secretariado..... ()
Infra-estrutura
 Agrimensura..... ()
 Construção de Edifícios..... ()
 Controle de Obras ()
 Estradas..... ()

Gestão Portuária.....	()
Material de Construção.....	()
Obras Hidráulicas.....	()
Pilotagem Profissional de Aeronaves.....	()
Sistemas de Navegação Fluvial.....	()
Transporte Aéreo.....	()
Transporte Terrestre.....	()
Controle e Processos Industriais	
Automação Industrial.....	()
Eletrônica Industrial.....	()
Eletrônica Industrial.....	()
Gestão da Produção Industrial.....	()
Manutenção de Aeronaves.....	()
Manutenção Industrial.....	()
Mecânica de Precisão.....	()
Mecatrônica Industrial.....	()
Processos Ambientais.....	()
Processos Metalúrgicos.....	()
Processos Químicos.....	()
Sistemas Elétricos.....	()
Produção Industrial	
Construção Naval.....	()
Biocombustíveis.....	()
Fabricação Mecânica.....	()
Papel e Celulose.....	()
Petróleo e Gás.....	()
Polímeros.....	()
Produção de Vestuário.....	()
Produção Gráfica.....	()
Produção Joalheira.....	()
Produção Moveleira.....	()
Produção Sucroalcooleira.....	()
Produção Têxtil.....	()

Hospitalidade Lazer

Eventos.....	()
Gastronomia.....	()
Gestão de Turismo.....	()
Gestão Desportiva e de Lazer.....	()
Hotelaria.....	()

Informação e Comunicação

Análise e Desenvolvimento de Sistemas.....	()
Banco de Dados.....	()
Geoprocessamento.....	()
Gestão da Tecnologia da Informação.....	()
Gestão de Telecomunicações.....	()
Jogos Digitais.....	()
Redes de Computadores.....	()
Redes de Telecomunicações.....	()
Segurança da Informação.....	()
Sistemas de Telecomunicações.....	()
Sistemas para Internet.....	()
Temática.....	()

Ambiente e Saúde

Gestão Ambiental.....	()
Gestão Hospitalar.....	()
Oftálmica.....	()
Radiologia.....	()
Saneamento Ambiental.....	()
Sistemas Biomédicos.....	()

Segurança

Gestão de Segurança Privada.....	()
Segurança no Trabalho.....	()
Segurança no Trânsito.....	()
Segurança Pública.....	()
Serviços Penais.....	()

APÊNDICE 1: Questionário Aplicado a Alunos de Ensino Médio de Colégios Públicos Estaduais no Município de Goiás

1. Gênero:

- () Masculino
() Feminino

Se “Sim”, em qual horário trabalha?

- () Dia todo
() Manhã
() Tarde
() Noite
() Outro

Se “Sim”, pretende fazer algum curso técnico ou tecnológico?

- () Sim
() Não

2. Qual sua Cor ou Raça?

- () Branca
() Preta
() Amarela
() Parda
() Indígena

6. Qual sua renda familiar (incluindo a sua, se tiver)?

- () até 1 SM
() de 1 até 3 SM
() de 3 até 5 SM
() de 5 até 10 SM
() de 10 SM
() Sem rendimento

9. Pretende cursar o Ensino Superior?

- () Sim
() Não

Se “Sim”, onde?

3. Faixa Etária:

- () até 17 anos
() de 18 a 24 anos
() de 25 a 29 anos
() de 30 a 39 anos
() de 40 a 49 anos
() de 50 a 59 anos
() 60 anos ou mais

7. Sempre estudou em escola pública?

- () Sim
() Não

10. Faria algum curso de Licenciatura (Formação de professores)?

- () Sim
() Não

Qual:

4. Ano em Curso:

- () 1º Ano
() 2º Ano
() 3º Ano

8. Já se informou sobre cursos técnicos ou tecnológicos?

- () Sim
() Não

11. Faria algum curso de Bacharelado?

- () Sim
() Não

Qual:

5. Possui emprego

- () Formal
() Informal
() Não possui

APÊNDICE 2: Roteiro de Entrevista Aplicada aos Gestores Públicos

Município: _____

Secretaria: _____

Orientações para preenchimento

1. Indicar no máximo 3 (três) Cursos Técnicos e no máximo 3 (dois) Cursos Tecnológicos.
2. Analisar, se necessário, as características dos Cursos Técnicos e dos Cursos Tecnológicos por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, disponíveis no sítio <http://portal.mec.gov.br/setec>.
3. Agregar, se necessário, informações adicionais como anexo ao questionário.
4. Enviar o questionário, se possível, por e-mail (observatorio@ifg.edu.br).

Sobre o Município no seu conjunto

1. Qual é a caracterização geral do Município?
2. Quais são os principais problemas enfrentados?

Sobre a Economia

3. Como se caracteriza a agricultura e a pecuária na Região?
4. Qual(is) setor(es) da economia tem apresentado maior crescimento? Por quê?
5. Há cadeias produtivas internacionalizadas na Região?
6. Quais as principais necessidades do Município, em termos econômicos? Como a Unidade de Ensino poderia contribuir para superá-las?
7. Há Arranjos Produtivos Locais estruturados ou potenciais no Município? Quais?
8. O Município possui frigoríficos, granjas, e estabelecimentos industriais? Quais?
9. Quais os setores que mais empregam?
10. Qual (is) setor(es) possui(em) maior carência de profissionais?

Sobre os Recursos Naturais

11. Há ocorrências minerais no Município? Há mineradoras atuando no Município?
12. O Município oferece potencialidades turísticas?
13. Há Arranjos Produtivos e/ou Sociais Locais estruturados ou potenciais no Município? Quais?

Sobre a População

14. Houve crescimento ou decréscimo populacional? Por quê? Em caso de

crescimento, como foi a preparação do Município para tal fenômeno?

15. Qual é a expectativa de vida da população? Houve crescimento da população mais idosa? Há ações públicas dirigidas à essa população?

16. Houve evasão da população jovem? Por quê?

17. Há política(s) que empeça(m) a evasão da população jovem? Qual(is)?

18. Há Arranjos Sociais Locais estruturados ou potenciais no âmbito demográfico? Quais?

Sobre a Educação

19. Quais as modalidades de ensino que o Município oferece?

20. Quais as instituições que oferecem cursos técnicos e superiores no Município?

21. Quais os cursos oferecidos por essas instituições? Quais atendem às demandas?

22. Há uma precariedade na qualidade do ensino (fundamental, médio, técnico e superior)?

23. Há projetos de pesquisa e extensão na região voltados para população?

24. Há Arranjos Sociais e/ou Culturais Locais estruturados ou potenciais no âmbito da educação? Quais?

APÊNDICE 3: Roteiro de Entrevista Aplicada a Empresários/Executivos

Nome da empresa: _____

Orientações para preenchimento

1. Indicar no máximo 3 (três) Cursos Técnicos e no máximo 3 (dois) Cursos Tecnológicos.
2. Analisar, se necessário, as características dos Cursos Técnicos e dos Cursos Tecnológicos por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, disponíveis no sítio <http://portal.mec.gov.br/setec>.
3. Identificar as demandas do Setor de Atividade Econômica como um todo relacionando-as com as necessidades da empresa.
4. Agregar, se necessário, informações adicionais como anexo ao questionário.
5. Enviar o questionário, se possível, por e-mail (observatorio@ifg.edu.br).

Identificação do Setor de Atividade Econômica da Empresa

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Extrativa mineral | <input type="checkbox"/> Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico |
| <input type="checkbox"/> Indústria de produtos minerais não metálicos | <input type="checkbox"/> Serviços industriais de utilidade pública |
| <input type="checkbox"/> Indústria metalúrgica | <input type="checkbox"/> Construção civil |
| <input type="checkbox"/> Indústria mecânica | <input type="checkbox"/> Comércio varejista |
| <input type="checkbox"/> Indústria do material elétrico e de comunicações | <input type="checkbox"/> Comércio atacadista |
| <input type="checkbox"/> Indústria do material de transporte | <input type="checkbox"/> Instituições de crédito, seguros e capitalização |
| <input type="checkbox"/> Indústria da madeira e do mobiliário | <input type="checkbox"/> Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico... |
| <input type="checkbox"/> Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica | <input type="checkbox"/> Transportes e comunicações |
| <input type="checkbox"/> Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversas | <input type="checkbox"/> Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, |
| <input type="checkbox"/> Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,... | <input type="checkbox"/> Serviços médicos, odontológicos e veterinários |
| <input type="checkbox"/> Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos | <input type="checkbox"/> Ensino |
| <input type="checkbox"/> Indústria de calçados | <input type="checkbox"/> Administração pública direta e autárquica |
| | <input type="checkbox"/> Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal. |
| | <input type="checkbox"/> Outros |

1. A Região possui carência de profissionais qualificados? Em qual (is) setores?
2. Há projetos de pesquisa e de extensão voltados para atender as necessidades das empresas? Quais deveriam ser criados?
3. Os cursos oferecidos pelas instituições da Região suprem as exigências das empresas? Por quê?
4. Quais cursos (técnicos e superiores) contemplariam essas demandas? Por quê?
5. Há APLs implantados? Quais? Eles apresentam debilidades e necessidades?
6. Há APLs potenciais? Quais?
7. A Unidade de Ensino poderia contribuir com a internalização de cadeias produtivas e com a criação/consolidação de APLs? Em caso afirmativo, como?

APÊNDICE 4: Roteiro de Entrevista Aplicada à Sociedade Civil

Entidade: _____

Área de Atuação: _____

1. Qual é a caracterização geral do Município?
2. Quais as principais necessidades sociais do Município?
3. Quais as linhas de pesquisa e de programa de extensão atenderiam as necessidades sociais da região?
4. Há outras expectativas com a criação do Câmpus do IFG?

Observatório do Mundo do Trabalho

Ministério da
Educação



RENAPI



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS